

ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DE VITÓRIA – EMESCAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO LOCAL

LUDIMILA NUNES MANTOVANI

**A UNIVERSIDADE PÚBLICA E A DEMOCRATIZAÇÃO DA
CULTURA: O CASO DO AUXÍLIO CIDADANIA CULTURAL**

VITÓRIA

2018

LUDIMILA NUNES MANTOVANI

**A UNIVERSIDADE PÚBLICA E A DEMOCRATIZAÇÃO DA
CULTURA: O CASO DO AUXÍLIO CIDADANIA CULTURAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, como pré-requisito para obtenção do grau de mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Angela Maria Caulyt Santos da Silva

VITÓRIA

2018

LUDIMILA NUNES MANTOVANI

**A UNIVERSIDADE PÚBLICA E A DEMOCRATIZAÇÃO DA
CULTURA: O CASO DO AUXÍLIO CIDADANIA CULTURAL**

Dissertação apresentada à Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, como pré-requisito para obtenção do grau de mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Aprovada em 03 de abril de 2018.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof^ª Dr^ª Angela Maria Cauty Santos da Silva
EMESCAM
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Silvia Moreira Trugilho
EMESCAM
Membro Interno

Prof.^ª. Dr.^ª Gerda Margit Schütz Foerste
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro Externo

AGRADECIMENTOS

Agradeço às forças que me impulsionaram para a conclusão deste trabalho. Por várias vezes a vontade de desistir veio à tona.

Agradeço aos meus filhos Guilherme, Cássio e Maria Dulce que são obviamente a razão de eu não ter desistido. Tudo é por eles e para eles.

Ao meu esposo e amigo Ulisses, que sempre me incentivou e dividiu comigo as tarefas domésticas para que eu pudesse me dedicar a este estudo.

Agradeço aos meus pais e irmãos por sempre me incentivarem para o aperfeiçoamento e o crescimento pessoal e profissional.

Aos meus colegas de trabalho por me ensinarem muito e continuamente, para o bem ou para o mal.

Aos amigos da Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória, que estiveram presentes num dos momentos mais difíceis e decisivos da minha vida...

Ao amigo Joel Guilherme Costa, que foi o primeiro a me incentivar a fazer o mestrado... Nosso vínculo é eterno...

À minha orientadora Prof^ª Angela pela compreensão, pelas conversas, pelo incentivo e aprendizado.

A Deus... sempre presente em minha vida!

RESUMO

Delimitou-se como objeto da pesquisa o papel da Universidade Pública no âmbito da democratização da cultura. Soma-se a isso a relevância da temática que se expressa, no cotidiano de milhares de pessoas, embora ainda seja pouco debatida e pesquisada. Neste contexto, apresentou-se o Auxílio Cidadania Cultural, vinculado ao Programa de Assistência Estudantil, como experiência de ação cultural implantada em 2016, na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). A prática profissional, enquanto assistente social atuante no âmbito da cultura, também foi enfatizada na pesquisa com o objetivo de contribuir com a categoria profissional para a ampliação do debate em torno do objeto, porém sem a intenção de esgotá-lo; sugerir novas possibilidades de construção de um espaço cultural democrático no âmbito da Universidade Pública, assim como fomentar outros estudos acerca do tema. Os objetivos da pesquisa foram construídos com base no objeto e na experiência profissional. Sendo assim, o objetivo principal da pesquisa foi analisar o papel da Ufes na democratização da cultura. Para tanto, se delimitaram como objetivos específicos: conhecer a trajetória histórica do conceito de cultura e de cultura popular como prática de liberdade; conhecer o papel da Universidade Pública; conhecer e analisar os documentos oficiais da Ufes na perspectiva da cultura; descrever a experiência da construção, implementação e execução do Auxílio Cidadania Cultural enquanto proposta para a democratização da cultura na Ufes e relatar a experiência enquanto assistente social atuante no âmbito da cultura. A pesquisa foi estruturada pelo viés da narrativa dialética e nesse sentido, optou-se pela pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, baseada em relato de experiência. Foi realizado também levantamento bibliográfico e documental sobre o objeto proposto. Durante a análise dos documentos pesquisados, buscou-se uma articulação com a teoria e a legislação vigente com o objetivo de melhor compreender o conteúdo e reconstruí-lo de acordo com a realidade apresentada. Após a análise crítica dos documentos, passou-se ao relato de experiência e sistematização dos dados advindos da prática profissional. As inquietações, advindas da prática profissional que impeliram à busca pelo descerramento das múltiplas faces e expressões da cultura, deram base e nortearam a implementação de uma política pública de democratização da cultura no âmbito da Ufes com a ativa participação dos estudantes. O resultado foi a concepção do Auxílio Cidadania Cultural como forma de estímulo ao protagonismo estudantil, através do repasse de recurso financeiro ao estudante cadastrado no Programa de Assistência Estudantil, para que

este desenvolvesse projetos no âmbito da cultura, assim como atividades relacionadas a ações afirmativas nos *campi* da Ufes. Conclui-se que a democratização da cultura na Ufes precisa ser construída no cotidiano. O amadurecimento e comprometimento dos profissionais envolvidos serão de fundamental importância para a fixação de novas estratégias para enfrentamento das dificuldades e fomento das oportunidades.

Palavras-chave: Cultura; Educação como cultura; Democratização da cultura; Programa de Assistência Estudantil; Universidade.

ABSTRACT

The function of the public university in the context of the democratization of culture was delimited as an object of the research, adding to this the relevance of the thematic that is expressed in the daily lives of thousands of people, although it is still little debated and researched. In this context, the Cultural Citizenship Aid was presented, linked to the Student Assistance Program, as an experience of cultural action implemented in 2016, at the Federal University of Espírito Santo (Ufes). Professional practice as a social worker working in the field of culture was also emphasized in the research with the objective of contributing to the professional category to broaden the debate around the object, but without intending to exhaust it, suggest new possibilities of construction of a democratic cultural space within the scope of the public university, as well as to foment other studies on the subject. The objectives of the research were based on the object and the professional experience. Thus, the main objective of the research was to analyze Ufes' role in the democratization of culture. For this purpose, specific objectives were defined: to know the historical trajectory of the concept of culture and popular culture as a practice of freedom; to know the function of the Public University; to know and analyze the official documents of Ufes in the perspective of culture; to describe the experience of the construction, implementation and execution of the Cultural Citizenship Assistance as a proposal for the democratization of culture in Ufes and to report the experience as a social worker working in the field of culture. The research was structured by the bias of the dialectical narrative, in this sense, we opted for the qualitative research of an exploratory character based on an experience report. A bibliographic and documentary survey was also carried out on the proposed object. During the analysis of the documents researched, an articulation with the current theory and legislation was sought with the objective of better understanding the content and reconstructing it according to the presented reality. After the critical analysis of the documents, the report of experience and systematization of the data coming from professional practice was carried out. The worries arising from the professional practice that impelled the search for the uncovering of the multiple faces and expressions of the culture gave base, and guided the implementation of a public policy of democratization of the culture within Ufes with the active participation of the students. The result was the design of the Cultural Citizenship Assistance as a way to stimulate the student protagonism through the transfer of financial resources to students enrolled in the Student Assistance Program, to develop projects in the field of culture, as well as activities related to affirmative action on

campuses of Ufes. It is concluded that the democratization of culture in Ufes needs to be built in daily life. The maturation and commitment of the professionals involved will be of fundamental importance for the establishment of new strategies to face difficulties and foster opportunities.

Keywords: Culture; Education as culture; Democratization of culture; Student Assistance Program; University.

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas e Técnicas
CAR – Centro de Artes
CCAE – Centro de Ciências Agrárias e Engenharias
CCE – Centro de Ciências Exatas
CCENS – Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde
CCHN – Centro de Ciências Humanas e Naturais
CCJE – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
CCS – Centro de Ciências da Saúde
CE – Centro de Educação
CEFD – Centro de Educação Física e Desportos
CEUNES – Centro Universitário do Norte do Espírito Santo
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CT – Centro Tecnológico
DAE – Departamento de Assistência Estudantil
DAOCS – Departamento de Administração dos Órgãos Colegiados Superiores
DAS – Departamento de Atenção à Saúde
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DCIDH – Departamento de Cidadania e Direitos Humanos
DGAP – Departamento de Gestão e Acompanhamento de Projetos
DPAE – Departamento de Projetos e Acompanhamento ao Estudante
EDUFES – Editora da Ufes
EMESCAM – Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória
FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
GEPED – Grupo de Estudos e Pesquisa em Cultura e Diversidade
HUCAM – Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
INIT – Instituto de Inovação Tecnológica
IOUFES – Instituto de Odontologia da Ufes
ITUFES – Instituto de Tecnologia da Ufes
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LGBTI - lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas intersex
MEB – Movimento Educacional de Base
MEC – Ministério da Educação
MINC – Ministério da Cultura
NAUFES – Núcleo de Acessibilidade da Ufes
NLC – Núcleo de Línguas para a Comunidade
NTI – Núcleo de Tecnologia da Informação
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PEC – Projeto de Emenda Constitucional
PIB – Programa Integrado de Bolsas
PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil
PROAD – Pró-Reitoria de Administração
PROAECI – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania
PROAES – Programa de Assistência Estudantil
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão
PROGEP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação
PRONAC – Programa Nacional de Apoio à Cultura

PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento
PRPPG – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PU – Prefeitura Universitária
REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RU – Restaurante Universitário
SCIELO – Scientific Electronic Library Online
SEAD – Secretaria de Ensino à Distância
SEAVIN – Secretaria de Avaliação Institucional
SIB – Sistema Integrado de Bibliotecas
SRI – Secretaria de Relações Internacionais
SUPECC – Superintendência de Cultura e Comunicação
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 REFLEXÕES E CONCEPÇÕES SOBRE O CONCEITO DE CULTURA.....	27
2.1 CULTURA NA SOCIEDADE DE CLASSES	32
2.2 CULTURA E DEMOCRACIA – O DIREITO À CULTURA	38
2.3 CULTURA POPULAR.....	45
2.4 A EDUCAÇÃO COMO CULTURA E PRÁTICA DE LIBERDADE.....	49
3 A UNIVERSIDADE ENQUANTO <i>LOCUS</i> DA PRODUÇÃO DE CULTURA...56	
3.1 A UNIVERSIDADE E A DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA	63
4 UM POUCO DE HISTÓRIA: SITUANDO A UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	70
4.1 A PERSPECTIVA DA CULTURA NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO.....	73
4.1.1 O Estatuto da Ufes.....	73
4.1.2 O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2015-2019	78
4.2 O PLANO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFES.....	82
4.2.1 O Programa de Assistência Estudantil da Ufes – PROAES.....	90
5 O AUXÍLIO CIDADANIA CULTURAL.....	95
5.1 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA CULTURA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	107
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
7 REFERÊNCIAS	116

1 INTRODUÇÃO

A trajetória percorrida nesta pesquisa representa e integra minha prática e experiência profissional no âmbito da efetivação da democratização da cultura na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), através do Programa de Assistência Estudantil (PROAES). A escolha do tema decorreu devido a essa experiência e também por ser um tema pouco discutido pelo Serviço Social. A atuação do assistente social na educação já é uma realidade e vem se consolidando, porém, a inserção desse profissional na área da cultura ainda é horizonte a ser conquistado. O assistente social que atua no âmbito da cultura no contexto de uma Instituição Pública é ainda mais raro de se encontrar. Nesse sentido, acredita-se que este trabalho contribuirá para o debate e para o aprofundamento do tema na categoria profissional.

É importante ressaltar que a cultura, apesar de ser um direito constitucional, ainda não o é na prática. Dessa forma, justifica-se a atuação profissional no âmbito da cultura, uma vez que o Código de Ética do Assistente Social preconiza como um dos princípios fundamentais a “Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras” (CFESS, 2011).

Nesse sentido, o meu incômodo sempre foi o fato de que os estudantes, para terem a possibilidade de concretizar seus projetos no âmbito da cultura, do esporte, do lazer e até mesmo na área acadêmica, se submetiam à “política dos favores” tão comum nas instituições públicas. Não havia regras ou normas de concessão de apoio a projetos. Isso ocasionava grande demanda para o Serviço Social que era visto pela maior parte da comunidade universitária, como o profissional que “resolvia tudo”, mesmo que isso se resumisse a referendar o “não” da Universidade perante as demandas dos estudantes.

Outro fator que influenciou a delimitação do tema desta pesquisa foi minha atuação na gestão do Programa de Assistência Estudantil (PROAES). Iniciei minha carreira na UFES, no ano de 2008, atuando diretamente na construção e consolidação do PROAES. Ao integrar a gestão técnica da Universidade, foi possível construir um olhar não só de assistente social, mas também de gestora há oito anos, o que me permitiu o conhecimento mais aprofundado dos problemas que devem ser enfrentados e superados para a consolidação dos direitos dos estudantes em termos de permanência e conclusão do curso de graduação. Atualmente estou como Diretora do Departamento de Gestão e Acompanhamento de Projetos (DGAP),

trabalhando com projetos nas áreas de cultura, esporte, lazer, acesso ao estudo de língua estrangeira, inclusão digital, prevenção em saúde dentre outras áreas.

A aproximação com o tema cultura não é recente em minha trajetória. Desde minha infância, a música, a dança e as letras estavam presentes. Essa aproximação se concretizou através de aulas de dança, artes manuais e o curso de piano ao qual me dediquei oito anos. Cheguei a prestar vestibular para o curso de Composição e Regência na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mas fui reprovada na última fase de provas discursivas. É interessante que enquanto a maior parte das colegas gostava das músicas da moda e da cultura massificada em geral, eu tinha interesses peculiares e chegava a ser tida como intelectual ou até mesmo esquisita, antiquada e brega. Porém, o interesse por música, dança, teatro dentre outras expressões culturais foi marcante e decisivo em minha vida. Tanto que tem suas imbricações até hoje em minha vida pessoal e em minha prática profissional.

É importante frisar que considero um privilégio poder trabalhar no âmbito da cultura, depois de atuar em questões mais burocráticas de gestão como planejamento e execução de processos de cadastramento no PROAES e ingresso por meio da reserva de vagas, planejamento orçamentário, pagamento de auxílios dentre outras.

A questão da democratização¹ do conhecimento e da cultura necessita ser contextualizada no âmbito da sociedade do capital². Para tanto, procederei a uma breve relação de elementos teóricos norteadores da pesquisa.

De acordo com Leontiev (1978), se o modo de organização social vinculado à divisão do trabalho, as condições de acesso à cultura desenvolvida historicamente é desigual, resultando em diferentes desenvolvimentos de funções e habilidades intelectuais dos indivíduos, “as desigualdades existentes em nossa sociedade não são produzidas pelo aparato biológico (o animal se adapta de maneira eficaz ao meio), mas pelas diferenças de acesso dos sujeitos à riqueza produzida pela humanidade” (LEONTIEV, 1978, p. 117). Prosseguindo nesse raciocínio o mesmo autor afirma que:

¹ Tornar algo acessível a todos os indivíduos.

² Sociedade fundada na propriedade privada dos meios de produção e no lucro de forma a fomentar a acumulação de capital, o trabalho assalariado, a troca voluntária, e um sistema de preços e mercados competitivos.

Esta desigualdade entre os homens não provém das suas diferenças biológicas naturais. Ela é o produto da desigualdade econômica, da desigualdade de classe e da diversidade consecutiva das suas relações com as aquisições que encarnam todas as aptidões e faculdades da natureza humana, formadas no decurso de um processo sócio-histórico (LEONTIEV, 1978, p. 274).

Esse autor também pondera que quando as produções humanas materiais e intelectuais designam-se nos produtos desenvolvidos pela humanidade elas se desvinculam das leis biológicas, e criam um distanciamento entre a vida dos indivíduos e as produções humanas. Essa separação aparece na forma de “alienação econômica” que se dá por meio da propriedade privada, da divisão social do trabalho e da luta de classes: “O produto toma um caráter totalmente impessoal e começa a sua vida própria, independente do ser humano, a sua vida de mercadoria” (LEONTIEV, 1978, p. 275).

Nessa mesma concepção, a divisão social do trabalho gera também outro tipo de segregação: entre a atividade material e a intelectual. Ou seja, quem produz determinado bem material, não significa que participou da ideia intelectual do mesmo, assim como não tem o mesmo acesso que a classe dominante no consumo de tal bem. “A concentração das riquezas materiais nas mãos de uma classe dominante é acompanhada de uma concentração da cultura intelectual nas mesmas mãos” (LEONTIEV, 1978, p. 274).

A sociedade tem a ilusão de que todos os bens produzidos estão à disposição de todos, porém uma pequena parcela da sociedade (elite, classe dominante) tem acesso às riquezas produzidas. Se, por um lado, se produz conhecimentos e progressos tecnológicos, representando o interesse da maior parte da população, por outro, se produz a ideologia e concepção burguesas da classe dominante, contribuindo para a justificativa da disparidade e injustiça existentes. Nesse contexto de conflito de interesses entre classe dominante e classe trabalhadora insere-se a “luta ideológica”.

Nesse sentido, a superação da alienação remete à construção de um novo modelo social, novas formas de interação entre os humanos, indo além da propriedade privada e, portanto, da sociedade em classes. Assim, deslocando-se da unilateralidade do acesso à cultura humana produzida e da formação do ser humano de forma alienante, a apropriação destes seria omnilateral, ou seja, a formação seria de forma integrada e em sua totalidade, perpassando por saberes e procedimentos técnico-tecnológicos assim como pela concepção e pela produção dos bens, capacitando o sujeito para que este atue de forma ativa na sociedade.

Para Marx, [...] ao mesmo tempo em que o capitalismo criou a universalidade da alienação do indivíduo perante si mesmo e perante os outros seres humanos, essa mesma sociedade produziu a universalidade e a multilateralidade das relações e habilidades humanas. Ou seja, no capitalismo existe uma contradição que só poderá ser resolvida com a superação da própria sociedade capitalista, que é a contradição entre a criação das condições para a objetivação livre e universal do gênero e a forma alienada pela qual ocorre essa objetivação (DUARTE, 2013, p. 85-86).

Sobre objetivação e apropriação da cultura, Leontiev (1978) afirma que o indivíduo se desenvolve como ser humano, a partir da apropriação dos objetos e fenômenos culturais, colocando-se muito acima do mundo animal. Em contradição a isso, a propriedade privada e a divisão do trabalho travam essa apropriação, impedindo que ela ocorra de forma generalizada.

Malanchen (2014), Duarte (2013) e Leontiev (1978) defendem que a construção de outro modelo de sociedade pode superar a alienação e levar o indivíduo à apropriação da cultura, porém apenas em condições que permitam ao indivíduo libertar-se do fardo da necessidade material, que permitam um desenvolvimento multilateral e harmonioso “que dê a cada um a possibilidade de participar enquanto criador em todas as manifestações da vida humana” (LEONTIEV, 1978, p. 284).

Apesar do direito à cultura³ estar previsto na Constituição Federal de 1988, o que se observa é que esse direito é distorcido, ou seja, o direito à cultura é confundido com a massificação da mesma, com o objetivo de atender à indústria cultural.

Podemos dizer que a democracia propicia, pelo modo mesmo do seu enraizamento, uma cultura da cidadania à medida que só é possível a sua realização através do cultivo dos cidadãos. Se podemos pensar numa cidadania cultural, podemos ter certeza de que ela só é possível através de uma cultura da cidadania, viável apenas numa democracia (CHAUÍ, 2008, p. 75).

Entende-se que a Universidade tem papel primordial na produção e democratização da cultura. Nesse sentido, este estudo buscou conhecer e refletir melhor sobre que papel é esse. Além de ser um instrumento de desenvolvimento social, político, econômico e tecnológico e exercer também um papel fundamental na promoção de uma visão crítica das metamorfoses da sociedade, é fundamental que a Universidade seja o lugar onde as culturas sejam

³ Entende-se Direito à cultura como o direito de participar das decisões no âmbito do fazer cultural; direito de usufruir dos bens culturais; direito de estar bem informado sobre os bens e serviços culturais existentes e sobre a possibilidade de participar e usufruir; direito à formação cultural e artística pública nas escolas e oficinas de cultura; direito a experimentar e inventar o novo nas artes e nas humanidades e o direito a espaços para reflexão, debate e crítica.

democratizadas, estimuladas e difundidas, fomentando a universalidade e diversidade de modos de pensar e ser.

Em termos gerais, a noção de democracia não pode estar separada da ideia de espaço público, daí surge o objeto dessa pesquisa que concebe que a Universidade pública tem papel fundamental na democratização da cultura. Na contemporaneidade, o conceito de democracia foi ampliado e esta não é mais vista apenas como ligada a um sistema político-eleitoral, mas também como forma geral da existência social de uma sociedade, como um sistema onde predomina o princípio e a isonomia (igualdade dos cidadãos perante a lei) onde o conflito é considerado legítimo e necessário.

A democratização da cultura no espaço da Universidade traz consigo a relação da educação com a cultura. Porém, é preciso trabalhar o conceito de cultura antes de analisar essa relação. De acordo com Eagleton (2003), cultura é uma das palavras mais complexas da nossa língua. Derivada da palavra “natureza”, um de seus significados é “lavoura” ou “cultivo agrícola”. Dessa forma, a atividade humana que pode ser considerada a mais bela de todas, deriva de trabalho e agricultura, colheita e cultivo. Em outras palavras, cultura é a transformação da natureza pela ação do homem.

Assim sendo, conhecer a trajetória histórica do conceito de cultura e cultura popular, articulando a cultura como prática de liberdade; e refletir sobre a possibilidade de implementação dessa concepção, no âmbito da Universidade Pública, torna-se importante e necessário diante da conjuntura capitalista.

Através desse conhecimento e reflexão, busquei entender se e como cultura é vista e democratizada na UFES através da análise de seus documentos oficiais.

Minha prática profissional, enquanto assistente social atuante no âmbito da cultura, também foi enfatizada na pesquisa com o desígnio de contribuir para a categoria, para a ampliação do debate em torno do objeto, porém sem a intenção de esgotá-lo, sugerir novas possibilidades de construção de um espaço cultural democrático no âmbito da Universidade Pública, assim como fomentar outros estudos acerca do tema.

Diante do exposto, construí o objeto da pesquisa que é o papel da Universidade Pública no âmbito da democratização da cultura. Busquei conhecer como a cultura é vista pela instituição, como a democratização da cultura ocorre no espaço universitário de forma prática.

Do mesmo modo, os objetivos da pesquisa foram construídos com base no objeto e na minha experiência. Sendo assim, o **objetivo principal** foi analisar o papel da Universidade Federal do Espírito Santo na democratização da cultura. Para tanto, delimiti como **objetivos específicos**: Conhecer a trajetória histórica do conceito de cultura e de cultura popular como prática de liberdade; Conhecer o papel da Universidade Pública; Conhecer e analisar os documentos oficiais da UFES na perspectiva da cultura; Descrever a experiência de construção, implementação e execução do Auxílio Cidadania Cultural enquanto proposta para a democratização da cultura na UFES, pelo viés da minha experiência enquanto assistente social atuante no âmbito da cultura.

Na primeira seção, trabalhei o conceito de cultura pela perspectiva marxista, relacionando-o à ordem capitalista e suas consequências, e o processo histórico de formação do ser humano. Embora o termo “cultura” não apareça nos escritos de Marx, a ideia está intrinsecamente atrelada às suas discussões sobre a constituição do ser social. A título de ilustração, o trabalho é a ação consciente do homem sobre a natureza transformando-a em objetos que atendam às suas necessidades. O que distingue o ser humano dos animais, além de outros fatores fisiológicos, é a produção de seus meios de vida (MARX; ENGELS, 2007, p. 87).

Na teoria marxista, a formação do ser humano como ser social está conectada ao trabalho, que é o problema central do pensamento de Marx. Dessa forma, compreendo que o trabalho é determinante nas relações do ser humano com a natureza e com os outros homens e condição básica e fundamental de toda a vida humana. É exatamente neste ponto, em que o homem se relaciona com a natureza para transformá-la através do trabalho, processo este, onde ocorre a produção da cultura. Ou seja, cultura é trabalho.

Busquei fazer também uma reflexão sobre o direito à cultura. O direito à cultura está assegurado na Constituição Federal de 1988, além de ser um dos direitos humanos previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Essa reflexão foi fomentada pelo pensamento de Chauí (2009) que contribui para a discussão da cultura como direito através de seu relato de experiência enquanto gestora de cultura na Prefeitura de São Paulo nos anos 1990. A proposta de Cidadania Cultural de Chauí, como Secretária de Cultura, era a de

romper com a lógica da cultura administrada, onde esta se limitava a comprar bens e serviços culturais oferecidos por empresas que administram a cultura, a partir de critérios de mercado, fomentando privilégios e exclusões. A ideia era gerir uma política cultural que representasse o povo, norteadada pelo conceito de cultura como direito.

A seção 1 foi finalizada abordando a cultura popular e a educação como cultura e prática de liberdade com as ideias de Brandão (1985) articuladas a Freire (1967). Brandão (1985) afirma que a cultura é popular quando pode ser comunicável ao povo, ou seja, quando as significações, valores, ideais e obras são destinadas ao povo e expressam sua consciência histórica real. A cultura é popular quando estimula o ser humano⁴ a assumir sua posição de sujeito da sua própria criação cultural. É a cultura pensada pelo povo e não para o povo. Uma cultura livre e autêntica deve ser elaborada com o povo.

A ideia de educação popular inaugurada nas experiências de Paulo Freire, na década de 1960, trouxe grandes contribuições para este trabalho, uma vez que utiliza a cultura, principalmente a cultura popular, como práticas e ações político-pedagógicas. É através de uma ideia de cultura, enquanto instrumento popular de conscientização, que a democratização da mesma se consolida. Essa democratização deve se concretizar através do Estado, por meio da concepção de cultura, enquanto direito do cidadão, assegurando o direito de acesso às obras produzidas, o direito de criar obras que reflitam sua consciência social e o direito de participar das decisões das políticas culturais (CHAUÍ, 2008, p. 65).

Na segunda seção, enfatizei a discussão em torno da Universidade. Além de ser um instrumento de desenvolvimento social, político, econômico e tecnológico e exercer também um papel fundamental na promoção de uma visão crítica das metamorfoses da sociedade, é essencial que a Universidade seja o lugar onde as culturas sejam democratizadas, estimuladas e difundidas, fomentando a universalidade e diversidade de modos de pensar e ser. A discussão desta seção contribuiu para identificar qual o papel da Universidade e como a cultura é tratada no espaço acadêmico.

⁴ Em consideração à relevância das questões de gênero e ao meu posicionamento político, optei por substituir a palavra “homem” por “ser humano”.

No âmbito da Universidade, o investimento em cultura é o investimento no protagonismo dos estudantes enquanto criadores de símbolos e manifestações culturais. Permeiam hoje na Universidade inúmeros grupos, coletivos e movimentos sociais e culturais que, para ampliarem seus debates, suas reflexões críticas, suas produções artísticas e intelectuais, necessitam de apoio logístico e instrumental para efetivar essas formas de expressão. É preciso viabilizar a participação desses grupos, porém de forma indireta. Sem moldar, sem influenciar, sem massificar a cultura.

A democracia cultural na Universidade deve ser através do investimento no trabalho de criação cultural dos estudantes. Isso pode se dar, por exemplo, por meio de editais para apoio a projetos estudantis no âmbito da cultura. Todavia, qualquer política dirigida a estudantes deve ser dialogada e construída com os mesmos, pois é, também, através da participação ativa dos estudantes, que a democracia é efetivada.

Na terceira seção, analisei os documentos oficiais da UFES na perspectiva da cultura, ou seja, observei como a cultura é evidenciada em tais documentos como o Estatuto da UFES e o Plano de Desenvolvimento Institucional. Em ambos os documentos, verifiquei uma preocupação formal com a questão cultural na instituição. Criou-se, por exemplo, unidades administrativas e órgãos suplementares de natureza cultural. Atualmente a UFES, campus Goiabeiras, dispõe de equipamentos culturais importantes: o Teatro Universitário, a Galeria de Arte Espaço Universitário, a Biblioteca Universitária, o Cine Metrópolis e a Rádio Universitária. Além disso, muitos programas e projetos de extensão na área cultural estão em funcionamento. Talvez o mais reconhecido seja o Coral da UFES. Outros exemplos são: Acervos e Coleções fotográficas do ES, Conservação e Restauração de bens culturais, Dança Sênior, Jongos e Caxambu: Culturas Afro-Brasileiras no Espírito Santo, Cia de Dança Andora, dentre outros. Além das ações de extensão, a UFES possui também uma Secretaria de Cultura que visa promover e oferecer serviços e produtos culturais para a comunidade acadêmica e para a sociedade, assim como gerenciar os equipamentos culturais supramencionados.

Assim como visto no Estatuto da UFES, a questão da cultura aparece na Missão e nos Valores da Instituição. O “gerar” avanços culturais está atrelado a todas as atividades fim: ensino, pesquisa e extensão. Ao refletir sobre a questão de “gerar”, percebi o retorno à questão da

liberdade de expressão, do debate, da crítica e da produção de cultura e conhecimento que foram discutidas nesta dissertação.

A seção foi finalizada com a descrição e análise do Plano de Assistência Estudantil da UFES, permeado por um breve histórico da assistência estudantil nos contextos nacional e institucional. A assistência estudantil deve ser vista pela Universidade como um direito social, que tem como finalidade fornecer os recursos necessários para a superação dos obstáculos que impedem o bom desempenho acadêmico. Esse investimento pode permitir que o estudante desenvolva suas atividades curriculares em condições menos desiguais e tenha um bom desempenho acadêmico e social, minimizando, dessa forma, o percentual de retenção e evasão universitária. Numa visão prática, a Assistência Estudantil articula todas as áreas dos direitos humanos com ações que proporcionam a prevenção à saúde até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante, tais como: moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros.

Na quarta seção desta dissertação, descrevi o resultado de toda a pesquisa realizada no bojo do objeto escolhido. A forma de democratização da cultura na Ufes é detalhada por meio do Auxílio Cidadania Cultural. Relatei como este foi pensado e elaborado. Descrevi também como foi sua implementação na UFES. Todo o processo de operacionalização e avaliação dos projetos propostos pelos estudantes foi sistematizado. A análise do processo foi realizada, sob a ótica da atuação do assistente social no âmbito da cultura, através de relato de experiência.

Os dilemas impostos aos profissionais de Serviço Social para colocar em prática projetos de democratização da cultura na UFES requeria tempo, dedicação, investimentos, desburocratização, apoio da gestão e recursos humanos. Com a reestruturação interna da PROAECI, os servidores foram realocados de forma a atender às demandas dos três departamentos e, conseqüentemente, impulsionou-se a implementação de projetos que atendessem a todas as áreas do Plano Nacional de Assistência Estudantil: moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acessibilidade.

No que tange aos projetos na área de cultura, este foi o maior desafio, mas também onde a busca por alternativas culminou na criação do Auxílio Cidadania Cultural. Nesse momento, resgatei a ideia de apoiar os estudantes para que estes desenvolvessem seus projetos na área

de cultura, esporte e lazer. Partindo-se da minha experiência profissional, onde observei o esvaziamento nas ações realizadas pela instituição, o melhor era estimular o protagonismo estudantil. Em outras palavras, o estudante prefere participar das atividades organizadas e realizadas por eles mesmos do que participar de atividades oferecidas pela instituição.

Parti então do princípio de que o estudante deve ter a liberdade de expressão e autonomia garantida no espaço universitário e essa expressão deve impulsionar uma reflexão crítica na gestão da Universidade, de modo que esta se reinvente, pois é disso que a cultura sobrevive. A cultura só se dá com a liberdade. A Universidade deve ser espaço de educação libertadora e educação para a liberdade.

Conclui que a atuação do assistente social, no âmbito da cultura, contribui para a efetiva consolidação do acesso dos usuários a esse direito social. Essa atuação implica não somente em garantir o acesso dos usuários aos bens culturais, mas também, contribui no sentido de democratização dos processos de elaboração e execução das políticas de cultura.

Quanto aos aspectos metodológicos da pesquisa, toda construção metodológica insere-se em uma determinada concepção de mundo, sem o que permanece desprovida de sentido. Esta pesquisa partiu de uma ótica que dá ênfase às relações entre a objetividade e a subjetividade, no âmbito da dialética.

Assim sendo, a pesquisa foi estruturada tendo como viés a narrativa dialética a partir do conceito exposto por Kosik (2002) e Konder (1993) que desenvolvem a mesma discussão e compreendem a dialética como “[...] o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação” (KONDER, 1993, p. 8). O método dialético permite uma melhor apreensão dos estudos e leituras realizadas, uma vez que viabiliza as conexões entre os fenômenos, as relações das partes com a totalidade, a historicidade dos fenômenos, bem como suas contradições. É importante destacar que as idas e vindas às principais ideias e concepções do objeto de estudo foram imprescindíveis para sua melhor compreensão.

Totalidade significa: realidade como um todo estruturado e dialético, no qual pode ser compreendido racionalmente qualquer fato [...]. O princípio metodológico da investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da realidade concreta, que antes de tudo significa que cada fenômeno pode ser compreendido como elemento do todo [...] Esta interdependência e mediação da parte e do todo significa,

ao mesmo tempo, que os fatos isolados são abstrações, elementos artificialmente separados do conjunto, que só mediante sua união ao conjunto correspondente adquirem veracidade e concreção (KOSIK, p. 55, 2002).

De acordo com Holliday (2006), na concepção dialética, os fenômenos sociais não podem ser tratados como se fossem coisas ou fatos imutáveis. É preciso se aproximar dos mesmos como sujeitos participantes na construção da história, implicados de forma ativa no processo. A prática individual de cada um faz parte da prática social e histórica da humanidade, ou seja, cada indivíduo é protagonista dos movimentos da mesma. Nesse sentido, cada ser humano é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto de conhecimento e transformação.

Por isso, não podemos aspirar simplesmente a “descrever” os fenômenos e a “observar” seus comportamentos e sim devemos nos propor a intuir e compreender suas causas e relações, identificar suas contradições profundas, situar honestamente nossa prática como parte dessas contradições, e chegar a imaginar e a empreender ações tendentes a transformá-la. “Transformar a realidade”, a partir da perspectiva dialética, significa transformarmos a nós mesmos como pessoas, com nossas ideias, sonhos, vontades e paixões (HOLLIDAY, 2006, p. 49).

Sobre essa questão, Freire (1967) enfatiza que os homens são seres da práxis, uma vez que seus atos sobre o mundo criam a cultura, a história e a si mesmos. Daí que a conexão entre a teoria e a prática, entre ação e reflexão, estabelecem a fonte de todo saber.

Práxis que, sendo reflexão e ação verdadeiramente transformadora da realidade, é fonte de conhecimento reflexivo e criação. Com efeito, enquanto a atividade animal, realizada sem práxis, não implica criação, a transformação exercida pelos homens a implica (FREIRE, 1967, p. 92).

Nesse sentido, optou-se pela pesquisa qualitativa de caráter exploratório baseada em relato de experiência. Foi realizado também um levantamento bibliográfico e documental sobre o objeto proposto. Acredita-se que, por situar-se como um tema ainda pouco examinado, um estudo exploratório para coleta de dados atenderá com mais eficácia aos objetivos da pesquisa, uma vez que o mesmo permite uma ampla aproximação com o objeto de análise através de informações contidas em variadas publicações.

O instrumento metodológico utilizado para o estudo dos dados foi a análise de conteúdo que pode ser definida como uma técnica de pesquisa que visa uma descrição do conteúdo manifesto de comunicação de maneira objetiva, sistemática e quantitativa.

Tal técnica de análise de dados foi escolhida, pois se acredita que esta não deve estar meramente conectada ao texto ou a técnica, num formalismo excessivo, que prejudique a criatividade e a capacidade intuitiva do pesquisador e nem tão subjetiva ao ponto de impor as suas próprias ideias ou valores.

A partir do objeto de pesquisa, realizei a busca por livros, artigos, teses e dissertações sobre os descritores da pesquisa: cultura, educação como cultura, democratização da cultura e Universidade, disponíveis nos bancos de dados. Essa busca se efetivou através do acervo da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo [UFES], Biblioteca da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória [EMESCAM], *Scientific Electronic Library Online* (Scielo), Google Acadêmico, Cadernos da ABNT e diversos bancos de teses e dissertações de variadas universidades Brasileiras.

Para leitura e análise do material selecionado, utilizei o seguinte roteiro:

- 1- Descrição do referencial teórico e localização da obra;
- 2- Caracterização da obra com identificação de seu tema central, objetivos, principais conceitos utilizados relacionados aos objetivos da pesquisa, o paradigma e referencial teórico utilizado por cada autor;
- 3- Verificação das contribuições da obra para a pesquisa em curso registrando as questões que poderiam ser abordadas na conclusão do estudo.

Após a revisão de literatura, fiz uma avaliação prévia do material que de fato relacionava-se ao objeto da pesquisa através de uma leitura rápida e exploratória. Feita essa leitura inicial, procedi à leitura seletiva do material procurando o que de fato interessava, relacionando diretamente aos objetivos da pesquisa, seguida da leitura crítica e interpretativa com foco em relacionar as ideias expressas na obra com o problema para o qual se busca resposta. É uma interpretação das concepções de cada autor, seguida, ao mesmo tempo, de uma inter-relação destas com a finalidade do estudo. “Requer um exercício de associação de ideias, transferência de situações, comparação de propósitos, liberdade de pensar e capacidade de criar. O critério norteador nesse momento é o propósito do pesquisador” (MIOTO; LIMA, 2007, p. 41).

Para atender ao objetivo de se analisar os documentos oficiais da UFES, na perspectiva da cultura, o levantamento documental foi realizado nos sites da Universidade Federal do

Espírito Santo: sítio da Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), sítio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (PROAECI) e sítio do Departamento de Administração dos Órgãos Colegiados Superiores (DAOCS). Cabe mencionar que o principal descritor analisado foi “cultura”.

A pesquisa documental difere da pesquisa bibliográfica pela natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica utiliza as ideias de diversos autores, a pesquisa documental baseia-se na análise de matérias que podem não ter passado ainda por análise crítica. Dessa forma, após a busca pelos documentos relacionados ao objeto de estudo, realizei a leitura dos mesmos e destaquei os elementos para a análise crítica diante dos objetivos da pesquisa.

Durante a análise dos documentos pesquisados, busquei uma articulação com a teoria e a legislação vigente com o objetivo de melhor compreender o conteúdo e reconstruí-lo de acordo com a realidade apresentada. Após a análise crítica dos documentos, decorri ao relato de experiência e sistematização dos dados advindos da prática profissional.

Dentre os objetivos desta pesquisa, destaca-se o de descrever a experiência de construção, implementação e execução do Auxílio Cidadania Cultural, enquanto proposta para a democratização da cultura na Ufes e relatar a experiência enquanto assistente social atuante no âmbito da cultura. Nesse sentido, procurei fornecer alguns elementos da prática articulados com o pensamento teórico do Serviço Social, com o intuito de provocar uma reflexão sobre o exercício profissional na cultura.

Nessa perspectiva situa-se o relato de experiência, enquanto método utilizado na última seção, entendido como uma sistematização da prática profissional onde teoria e prática se conectam. Porém, essas conexões não são visíveis num primeiro momento, é preciso situá-las através da interpretação teórica com uma visão de totalidade.

Essa visão de realidade como totalidade histórica, contraditória e mutante, produto da prática transformadora da humanidade, que exige um esforço teórico-prático de conhecimento e transformação, coloca-nos ante os processos sociais com uma atitude fundamental: ter disposição criadora, ter a convicção de que o que hoje existe não é a única realidade possível e que não tem sentido se propor a conhecer a realidade só para “constatar como é”. É necessário chegar a propor como queremos que seja, que realidade poderia existir. Por isso, assumir uma Concepção Metodológica Dialética significa situar-se ante a história a partir de uma posição profundamente crítica, questionadora e criadora, para enfrentar de forma ativa e consciente os problemas como problemas reais (HOLLIDAY, 2006, p. 50).

A sistematização da prática refere-se ao exercício de apropriar-se da experiência vivida e compartilhar com os outros o apreendido. A experiência é composta por processos sociais dinâmicos e complexos que estão em constante mudança. Nesses processos sociais estão presentes fatores objetivos e subjetivos. Conforme afirma Holliday (2006), esses fatores referem-se às condições do contexto em que se desenvolvem, às situações particulares a serem enfrentadas, às ações dirigidas para se conseguir determinado objetivo, às percepções, interpretações e intenções dos diferentes sujeitos inseridos no processo, aos resultados esperados e inesperados que vão surgindo e às relações e reações entre os participantes do processo.

No entender de Paulo Netto (1988), a sistematização de dados referente a um determinado fenômeno constitui-se em um procedimento necessário e prévio à reflexão teórica. O autor afirma ainda que, de acordo com a vertente dialética, a sistematização da prática permite o movimento do intelecto de se apropriar da realidade e reconstruí-la.

A reflexão teórica, nesta ótica, não constrói um objeto: ela reconstrói o processo do objeto historicamente dado. A resultante da elaboração teórica, o produto teórico por excelência é a reprodução ideal de um processo real (PAULO NETTO, 1988, p. 143).

A teoria e a prática constituem-se em elementos inseparáveis no processo de conhecimento conforme afirma Kameyama (1988): “[...] levando em conta que a teoria não só se nutre na prática social e histórica como também representa uma força transformadora que indica à prática os caminhos da transformação” (KAMEYAMA, 1988, p. 101).

Considerando o exposto, busquei no relato de experiência trazer o meu olhar sobre a prática perpassada por citações teóricas com o objetivo de fundamentar esse olhar. Nesse sentido, é possível afirmar que a pesquisa contém traços de uma pesquisa participante, pois possibilita e instrumentaliza o pesquisador e os sujeitos envolvidos para uma análise crítica e contundente da realidade social, para a objetivação de suas práticas, intenções e perspectivas ideológicas.

A pesquisa participante, de acordo com Freire (1984), é uma metodologia de opção libertadora onde a realidade não se dá de forma imóvel e imutável, mas sim na dinâmica entre objetividade e subjetividade. O autor afirma ainda que não se pode conhecer uma realidade a não ser estando nela. Dessa forma, ele se coloca como educador e educando enquanto pesquisa.

Na pesquisa participante, pesquisadores e pesquisados são sujeitos de um mesmo trabalho. O que difere um dos outros são as tarefas de cada um. Nesse sentido, a participação envolve a vontade do pesquisador para conhecer melhor a cultura que pesquisa. Participar também infere que o pesquisador queira conhecer para poder intervir (BRANDÃO, 1984).

Defini como referencial teórico os estudiosos clássicos que permeiam o objeto, sob o ponto de vista marxista, a saber: Marx, Leontiev, Gramsci, Freire, Chauí, Brandão e outros teóricos marxistas.

Como se sabe, a contribuição de Marx serve de base para os demais autores escolhidos para serem citados na pesquisa. As ideias de Marx sobre *desigualdade social, alienação, democracia e cultura*, mesmo que não estejam expostas com o vocabulário utilizado atualmente, inaugurou a discussão em torno do capitalismo e suas consequências, como vemos no trabalho de Leontiev (1978) que discute a alienação econômica proveniente da divisão social do trabalho e da propriedade privada, e o conseqüente afastamento da população da produção cultural, material e intelectual.

Gramsci (1979) discute a separação entre educação e cultura. O autor entende que a cultura fica extremamente prejudicada, uma vez que é concebida apenas como um conjunto de elementos, ficando restrita ao saber intelectual. Tem-se aqui, nesse sentido, uma articulação entre as ideias de Gramsci, Freire e Brandão já que estes defendem a educação e a cultura como mecanismo de emancipação do ser humano. A educação e a cultura devem caminhar juntas, pois têm o mesmo objetivo: libertar através da consciência política.

Chauí (2003) muito contribui para tal discussão, pois além de trazer importantes elementos teóricos no âmbito da Universidade Pública e seu papel, a autora oferece o relato de sua experiência concreta na gestão de uma política democrática de cultura.

2 REFLEXÕES E CONCEPÇÕES SOBRE O CONCEITO DE CULTURA

O objetivo desta seção é conhecer os principais conceitos de cultura, assim como refletir sobre sua relação com o capitalismo. Conceituar cultura na contemporaneidade tem sido um desafio para as ciências humanas e sociais. O termo vem sendo, com frequência, utilizado como sinônimo de civilização, sendo essa uma ideia limitada de cultura o que torna necessária uma explicação mais específica ao termo como: cultura popular, cultura pedagógica, cultura da infância, cultura da favela, cultura do campo, cultura dos índios dentre outras. Etimologicamente definindo a palavra cultura, esta significa lavoura, cultivo, plantio, ou seja, é o que provém da natureza e se transforma através da ação do homem.

Como este trabalho se orienta pela ótica marxista, não é possível analisar o conceito de cultura sem relacioná-lo à ordem capitalista e suas consequências, assim como não se pode compreender o que é cultura sem analisar a relação que existe entre ela e o processo histórico de formação do ser humano.

Conforme observado acima, o conceito de cultura na contemporaneidade tem-se colocado como uma provocação, pois a maior parte do debate produzido, não se baseia na abordagem marxista, gerando, de acordo com Duarte (2013), uma vulgarização do termo. Logo, definir o conceito de cultura, a partir dessa perspectiva ideológica, demanda um empenho no sentido de relacioná-lo com a história da humanidade e, portanto, com a formação do ser social.

Na perspectiva marxista, encontra-se o conceito de cultura de duas formas: uma mais ampla e outra mais restrita. Assim sendo, para compreender o conceito, é importante promover um passeio sobre a formação da consciência social, da humanização, isto é, como o ser humano se forma. Compreender sua base material em seu próprio processo histórico.

Deste modo, em sua própria origem a cultura é uma síntese da dupla capacidade de agir fisicamente e de representar mentalmente, que o homem adquire ao se ir constituindo fisiológica e psiquicamente em animal diferenciado. Sendo uma síntese, é uma reunião de modos opostos de ser, de produzir. Desvenda-se, assim, um aspecto capital do conceito de cultura: seu caráter de mediação de toda realização humana (PINTO, 1985, p.135).

Embora o termo “cultura” não apareça nos escritos de Marx, a ideia está intrinsecamente atrelada às suas discussões sobre a constituição do ser social. A título de ilustração, o trabalho é a ação consciente do homem sobre a natureza transformando-a em objetos que atendam às

suas necessidades. O que distingue o ser humano dos animais, além de outros fatores fisiológicos, é a produção de seus meios de vida (MARX; ENGELS, 2007, p. 87).

Nas palavras de Chauí (2008), “a cultura era concebida como uma ação que conduz à plena realização das potencialidades de alguma coisa ou de alguém; era fazer brotar, frutificar, florescer e cobrir de benefícios” (CHAUÍ, 2008, p. 55). Porém, no decorrer da história ocidental, cultura ganhou outro significado: tornou-se sinônimo de civilização.

No Iluminismo⁵, o grau de civilização era medido pela cultura de um povo e esta passa a ser vista como um conjunto de artes, ciências, técnicas, filosofia que permitiam avaliar e hierarquizar o valor dos regimes políticos de acordo com um critério de evolução. Porém aos poucos o conceito de cultura é resignificado e quanto mais cultura existisse numa civilização, mais possibilidade de progresso esta teria. Aliás, essa é a concepção de cultura dos antropólogos ao final do século XIX, quando essa ciência social foi criada e o padrão de cultura norteador da época era o da Europa capitalista. A partir desse ponto, as sociedades eram avaliadas de acordo com a presença de certos elementos presentes no ocidente capitalista. Tais elementos são o Estado, o mercado e a escrita. A ausência desses elementos demonstrava falta de cultura ou uma cultura pouco evoluída. “Todas as sociedades que desenvolviam formas de troca, comunicação e poder, diferentes do mercado, da escrita e do Estado europeu foram definidas como culturas primitivas” (CHAUÍ, 2008, p. 56).

Com a filosofia alemã no século XIX, a noção de cultura passa por uma transformação importante, pois é concebida como a diferença entre natureza e história. Aqui, o termo cultura passa a ter uma compreensão nunca tida anteriormente, consistindo então como produção e criação da linguagem, da religião, da sexualidade, dos instrumentos e das formas do trabalho, das formas da habitação, do vestuário e da culinária, das expressões de lazer, da música, da dança, das relações sociais entre os indivíduos, sobretudo nas relações familiares, nas relações de poder, na guerra e na paz, no significado da vida e da morte.

⁵ O *Iluminismo* foi um movimento cultural e intelectual do século XVIII que procurou mobilizar o poder da razão, a fim de reformar a sociedade e o conhecimento herdado da tradição medieval. O Iluminismo não foi um movimento homogêneo, quer dizer, não se trata de um conjunto de ideias sistemáticas ou de uma escola. Trata-se de uma postura e uma mentalidade em comum que envolve filósofos, matemáticos, físicos, de intelectuais de uma determinada época que procuravam, acima de tudo, se deixar guiar pelas “luzes da razão” para dar sua contribuição ao progresso intelectual, social e moral.

A cultura passa a ser compreendida como o campo no qual os sujeitos humanos elaboram símbolos e signos, instituem as práticas e os valores, definem para si próprios o possível e o impossível, o sentido da linha do tempo (passado, presente e futuro), as diferenças no interior do espaço (o sentido do próximo e do distante, do grande e do pequeno, do visível e do invisível), os valores como o verdadeiro e o falso, o belo e o feio, o justo e o injusto, instauram a ideia de lei, e, portanto, do permitido e do proibido, determinam o sentido da vida e da morte e das relações entre o sagrado e o profano (CHAUÍ, 2008, p. 57).

De outro lado, Chauí (2008) afirma que esse conceito tão abrangente de cultura tropeça na sociedade moderna em forma de um problema, que é exatamente o fato de ser sociedade e não comunidade. A diferença entre sociedade e comunidade baseia-se no princípio de que comunidade traz a ideia de bem comum e indivisão interna, ideia essa totalmente obscura na sociedade contemporânea, onde o eixo central está mais nas diferenças presentes na humanidade do que nas suas semelhanças, deixando o bem comum em detrimento da valorização do individual e do subjetivo. A essa valorização dos desejos individuais, da separação uns dos outros se dá o nome de sociedade. “Sociedade significa isolamento, fragmentação ou atomização de seus membros, forçando o pensamento moderno a indagar como os indivíduos isolados podem se relacionar, tornar-se *sócios* (CHAUÍ, 2008, p. 57).

Na teoria marxista, a formação do ser humano como ser social está conectada ao trabalho, que é o problema central do pensamento de Marx. Dessa forma, compreende-se que o trabalho é determinante nas relações do ser humano com a natureza e com os outros homens e condição básica e fundamental de toda a vida humana. É exatamente neste ponto, em que o homem se relaciona com a natureza para transformá-la através do trabalho, que se começa a produção da cultura.

Ainda sobre esse ponto de reflexão, Brandão (1985) afirma que a história humana é o percurso por meio do qual o trabalho do homem opera a dialética da transformação da natureza em cultura. “Opera a passagem de um mundo dado ao homem para um mundo construído pelo homem. Portanto, a posição do homem no mundo não é de inserção, de imersão, mas de oposição criadora” (BRANDÃO, 1985, p. 22). O autor continua sua análise afirmando que o trabalho que transforma e dá significado ao mundo é o mesmo que transforma e significa o homem.

Como ser histórico o homem é um ser cultural. Compreendendo e transformando a natureza ele a humaniza; reconhecendo o outro, ele se humaniza. Assim ele cria um mundo propriamente humano que é o mundo da cultura, o mundo histórico. [...] Assim, a consciência é histórica. Ela tem o seu lugar e o seu tempo. E é como histórica que a consciência desdobra para o homem o sentido de suas tarefas

concretas, da sua atividade criadora de cultura, o sentido de sua existência como ser histórico (BRANDÃO, 1985, p. 132).

Leontiev (1978) afirma que o trabalho do homem não se limita em transformar a natureza, mas em transformá-la em função do aparecimento de suas novas necessidades. “Assim, o ser humano apropria-se das funções essenciais dos instrumentos que utiliza e, assim, desenvolve, por meio da apropriação da cultura, a formação de novas capacidades e novas funções intelectuais” (MALANCHEN, 2014, p. 115).

Ao se desenvolver como ser social, o homem mantém contato com os instrumentos e fenômenos por ele criados, porém a comunicação é fundamental para o desenvolvimento do gênero humano no sentido de possibilitar a interação com outros homens, condição esta fundamental para a vida em sociedade. Assim sendo, o homem produz sua cultura material e simbólica e a transmite, de geração a geração. Essa transmissão da produção cultural se dá, segundo Leontiev (1978), através da educação.

Mas o ponto principal que deve ser bem sublinhado é que este processo deve sempre ocorrer sem o que a transmissão dos resultados do desenvolvimento sócio-histórico da humanidade nas gerações seguintes seria impossível, e impossível, conseqüentemente, a continuidade do progresso histórico [...] O movimento da história só é, portanto, possível com a transmissão, às novas gerações, das aquisições da cultura humana, isto é, com educação (LEONTIEV, 1978 p. 272-273).

Compreende-se, dessa forma, que a cultura é aquilo que não é natural. É produto da experiência humana e consequência de sua vida material na sociedade em que vive. Em outras palavras, é a própria consciência humana enquanto produto do trabalho. É um pensar social “na” e “sobre” a história (BRANDÃO, 1985, p. 23).

De forma resumida, Malanchen (2014) descreve a cultura em Marx como resultante do trabalho, isto é, da ação do ser humano sobre a natureza e, por isso mesmo, pode ser definida como cultura material. Com a cultura material, se constituem os elementos que formam a cultura imaterial ou simbólica (linguagem, as ideias, a ciência, a filosofia e a arte). Essas então são uma parte da cultura, e não seus sinônimos. O aprendizado da cultura é sempre um processo educativo.

Antonio Gramsci (1979), intelectual italiano, analisa o desenvolvimento cultural e sobre a educação. Em sua obra intitulada *Quaderni Del Carcere*⁶ concebe elementos importantes para a discussão da função educativa e política dos intelectuais. Pode-se extrair de sua obra, a ideia de que a educação é um campo onde teoria e prática, a cultura e a política se confundem. Em geral, se faz uma diferenciação entre esses dois aspectos da educação. O emprego ideológico da cultura e da ciência pode desencadear uma neutralização das implicações educativas e políticas do desenvolvimento cultural e a justificativa do poder político, através de teorias massificadas, que podem ser entendidas como ideologias. De acordo com Monasta (2010), a educação ocorre de maneira tradicional e conservadora, desarticulada entre as disciplinas e os campos de investigação cultural, considerando que a educação segue em paralelo ao crescimento das crianças e de sua escolarização, desde o Jardim de Infância à Universidade.

Sobre essa desarticulação entre educação e cultura, Gramsci (1979) entende que a cultura fica demasiado prejudicada, uma vez que é concebida apenas como um conjunto de dados, limitada apenas a um saber enciclopédico. Não pode ser entendida como cultura, mas sim como “bagagem intelectual”.

É preciso perder o hábito e deixar de conceber a cultura como saber enciclopédico, no qual o homem é visto sob a forma de recipiente para encher e amontoar com dados empíricos, com fatos ao acaso e desconexos, que ele depois deverá arrumar no cérebro como nas colunas de um dicionário para poder então, em qualquer altura, responder aos vários estímulos do mundo externo. Esta forma de cultura é deveras prejudicial, especialmente para o proletariado. Serve apenas para criar desajustados, ente que crê ser superior ao resto da humanidade porque armazenou na memória certa quantidade de dados e de datas, que aproveita todas as ocasiões para estabelecer quase uma barreira entre si e os outros. [...] A estudantada que sabe um pouco de latim e de história, o advogado que conseguiu arrancar um canudo à indolência e ao deixar-correr dos professores, acreditarão ser diferentes e superiores mesmo em relação ao melhor operário especializado que preenche na vida um papel bem preciso e indispensável e que, na sua atividade, vale mil vezes mais do que valem os outros na sua. Mas isso não é cultura, é pedanteria, não é inteligência, mas bagagem intelectual, e contra ela se reage com razão (GRAMSCI, 1979, p. 52).

Gramsci (1979) defende a cultura como sendo a organização e expressão da consciência humana. “É tomada de posse da própria personalidade, é conquista de consciência superior pela qual se consegue compreender o próprio valor histórico, a própria função na vida, os

⁶ Os Cadernos do Cárcere são a coleção de notas, textos e notas que Antonio Gramsci começou a escrever em 8 de fevereiro de 1929, durante sua prisão nas prisões fascistas. No entanto, deve-se dizer que dos 33 cadernos recebidos, muitos foram escritos entre 1934 e 1935 já fora da prisão.

próprios direitos e os próprios deveres” (GRAMSCI, 1979, p. 53). Afirma ainda que essa consciência não surge de maneira espontânea, mas sim por meio da reflexão inteligente, estimulada pelo processo educativo.

Dai compreende-se a importância da educação para a formação da consciência cultural do indivíduo. Essa educação também desenvolve a crítica que, de acordo com Gramsci, (1979) é cultura. “É através da crítica da civilização capitalista que se formou ou se está formando a consciência unitária do proletariado, e a crítica quer dizer cultura e não evolução espontânea e naturalista” (GRAMSCI, 1979, p. 54).

Com esse pensamento de Gramsci (1979) subentende-se também que a cultura desempenha função especial na formação da consciência do proletariado no sistema capitalista. Pode-se afirmar que Gramsci analisava o processo de educação como cultura e como uma prática libertadora. Assim sendo, ele atenta para a necessidade do indivíduo conhecer-se e conhecer a história, e esse processo ocorre através da educação:

Conhecer-se a si próprio quer dizer ser ele próprio, isto é, ser dono de si próprio, distinguir-se, sair do caos, ser um elemento de ordem, mas da própria ordem e da própria disciplina que tendem para um ideal. E não se pode obter isto se não se conhecem também os outros, a sua história, o desenrolar dos esforços que fizeram para serem o que são, para criar a civilização que agora queremos substituir pela nossa, quer dizer, ter noções de como é a natureza e as suas leis para conhecer as leis que governam o espírito. E aprender tudo sem perder de vista o objetivo último que é o de conhecer-se melhor a si próprio através dos outros e os outros através de si próprio (GRAMSCI, 1979, p. 55).

De acordo com Severino (2001), a educação é um poderoso instrumento que a classe dominante utiliza para exercitar sua hegemonia. O autor afirma que a coesão social, baseada na aceitação do poder da classe dominante, é decorrente dessa hegemonia fundada no senso comum, nos costumes, na moral e na filosofia, onde a educação é um dos principais meios de elaboração e difusão da ideologia que sustenta a coesão social.

2.1 CULTURA NA SOCIEDADE DE CLASSES

A cultura se desenvolve através da ação do homem na natureza para a melhoria de suas condições de vida. Mas o homem não pode ser considerado de forma isolada, uma vez que está inserido na sociedade. Nesse contexto, a cultura é um fenômeno sócio-histórico no qual o

homem é o protagonista. E na sociedade do capital, a cultura acabou se tornando o instrumento fundamental da opressão de classe. Isso também vale para a cultura, uma vez que existe na sociedade a cultura dominante e a cultura dominada, fruto da luta de classes. Isso resulta na concepção de cultura popular da classe dominada que passa a incorporar, em seu cotidiano, a cultura burguesa, em vez de apreender os processos pelos quais a cultura popular é produzida no âmbito das lutas sociais e políticas.

De acordo com Leontiev (1978), por ser o modo de organização social vinculado à divisão do trabalho, às condições de acesso à cultura, desenvolvida através da história é desigual, resultando em diferentes desenvolvimentos de funções e habilidades intelectuais dos indivíduos. Portanto,

[...] as desigualdades existentes em nossa sociedade não são produzidas pelo aparato biológico (o animal se adapta de maneira eficaz ao meio), mas pelas diferenças de acesso dos sujeitos à riqueza produzida pela humanidade (LEONTIEV, 1978, p. 117).

Nessa sociedade desigual, portanto, de acordo com Chauí (2008), é impossível manter esse conceito amplo de cultura devido à existência da divisão cultural que recebe vários nomes: cultura dominante e cultura dominada, cultura opressora e cultura oprimida, cultura de elite e cultura popular. Dessa forma, a distinção entre o que é cultura e o que não é, predomina na divisão social e traz consigo vários significados diferentes para cultura. Esta passou a ser dividida entre cultura da elite – a dos intelectuais e artistas da classe dominante; e cultura popular – a dos trabalhadores urbanos e rurais.

Nesse contexto, se de um lado, a cultura dominante é o *locus* onde a exploração econômica, dominação política e exclusão social ganham legitimidade, de outro, este se constitui também, como o lugar onde a cultura popular é evidenciada como o que é pensado e elaborado pelo povo, pelas classes populares, ou seja, pela classe trabalhadora, em forma de protesto, dependendo do contexto histórico. “[...] a cultura é histórica, no sentido de que a atividade humana que cria a história é aquela que faz a cultura” (BRANDÃO, 1985, p. 22).

É importante retomar a ideia de que, numa sociedade desigual, toda cultura criada perde sua autenticidade por estar dividida entre cultura dominante e cultura dominada. Quando o homem domina outros homens, através da divisão desigual das relações de trabalho e de poder, a cultura se traduz num produto do trabalho feito por homens envolvidos em relações

desiguais, por isso essa cultura produzida expressa a dominação. É uma cultura inautêntica, alienada. A cultura dominante legitima a exploração econômica, a dominação política e a exclusão social. “Dada uma sociedade dividida em classes e dada à dominação de uma das classes sobre as demais, estão dadas as condições objetivas e suficientes para o florescimento da cultura alienada” (ESTEVAM, 1963, p. 12).

Considerando a ideia marxista de que as ideias que dominam uma determinada época são as ideias da classe dominante da época, o povo reproduziria o chamado por Chauí (2007) “autoritarismo das elites” que se traduz numa imitação dos padrões culturais vindos da classe dominante. Obviamente que o povo reproduziria essa cultura de acordo com seus recursos materiais. Nesse sentido, ao contrário de ser a recusa dos padrões da elite⁷, a cultura seria um instrumento de dominação por parte dela, pois são vistos pelo povo como o “melhor” e o que todos querem obter e usufruir (CHAUÍ, 2007, p. 50).

Neste caso, o autoritarismo das elites se manifestaria na necessidade de dissimular a divisão, vindo abater-se contra a cultura do povo para anulá-la, absorvendo-a numa universalidade abstrata, sempre necessária à dominação em uma sociedade fundada na luta de classes (CHAUÍ, 2007, p. 50).

De acordo com Chauí (2007), a elite está no poder não só porque detém os meios de produção⁸ e o aparelho do Estado, mas também porque tem capacidade intelectual para detê-los, ou seja, porque detém o conhecimento. Diante disso, o autoritarismo não se reduz ao uso da força, da repressão, da censura, mas passa a ser entendido como a legitimação da autoridade.

Retomando-se a ideia de divisão cultural é preciso ter claro que a divisão cultural tende a ser disfarçada pela cultura de massa, criando-se a ilusão de que essa divisão não existe, de que todos os cidadãos têm acesso e direito a todos os bens culturais. Outro fator que precisa de atenção é a tendência em se transformar a cultura em entretenimento, deixando em segundo

⁷ Elite conota a ideia de *optimi* que quer dizer “melhor”.

⁸ Segundo a teoria marxista, meios de produção é o conjunto formado por meios de trabalho e objetos de trabalho - ou tudo aquilo que medeia a relação entre o trabalho humano e a natureza, no processo de transformação da natureza em si. Os meios de trabalho incluem os instrumentos de produção: instalações prediais (fábricas, armazéns, silos etc), infraestrutura (abastecimento de água, fornecimento de energia, transportes, telecomunicações, máquinas, ferramentas, etc). Os objetos de trabalho são os elementos sobre os quais é aplicado o trabalho humano - recursos naturais (terra, matérias-primas).

plano a transformação do trabalho cultural, das obras de arte, das manifestações cívicas e religiosas em festas, simplesmente. Tem-se, como exemplo disso, os grandes festivais⁹ espalhados pelo Brasil em que a cultura é vendida como mercadoria a um alto custo, movimentando o capitalismo.

O entretenimento é uma dimensão da cultura tomada em seu sentido amplo e antropológico, pois é a maneira como uma sociedade inventa seus momentos de distração, diversão, lazer e repouso. No entanto, por isso mesmo, o entretenimento se distingue da cultura quando entendida como trabalho criador e expressivo das obras de pensamento e de arte (CHAUÍ, 2008, p. 61).

Cultura é trabalho, é a criação que dá sentido às coisas. É uma experiência nova e do novo, quando as obras de arte e de pensamento captam a experiência do mundo e a interpretam sem criticá-la. Cultura é um ato de solidariedade para com os expectadores, pois propicia o pensar, o ver, o refletir, o imaginar e o sentir em torno do que se esconde debaixo das experiências cotidianas (CHAUÍ, 2008, p. 61).

Ao transformar a cultura em cultura de massa ou massificação da cultura, as obras de pensamento e de arte podem se tornar inexpressivas e repetitivas, em vez de serem um trabalho de criação e criatividade, tornam-se meros eventos para consumo. Passam a ser a consagração do modismo e do consumo, e não mais a experiência do novo, tornando-se parte do mercado da moda, sem história, sem passado e sem futuro. Meras mercadorias. Apenas propaganda. Além disso, a cultura de massa toma posse das obras culturais para consumi-las, anulando-as e destruindo-as. Isso ocorre porque o espetáculo se torna uma simulação em forma de entretenimento, uma vez que os meios de comunicação transformam tudo em entretenimento. Até mesmo as tragédias, as guerras, as festas e cerimônias religiosas tornam-se parte do mercado cultural.

De acordo com Brandão (1985) a cultura tem duas dimensões: uma de criação e uma de conflito, situando a cultura numa dualidade estrutural. Ao explicar essa afirmação, o autor propõe que se por um lado a cultura é o ato de afirmar o mundo que o homem produz e onde este se socializa, por outro lado, a cultura implica esforço, enfrentamento e uma possibilidade

⁹ O festival é uma apresentação a céu aberto de diversas associações folclóricas, sendo o ponto mais importante do evento atualmente. É a disputa entre dois bois folclóricos, o Boi Caprichoso de cor azul e o Boi Garantido de cor vermelha. O Festival de Parintins se tornou uma das maiores demonstrações da cultura enquanto mercadoria.

de dominação. O autor continua nesse raciocínio inferindo que o homem pode dominar outro homem para que este reproduza a estrutura dessa relação desigual de trabalho. “Quando a cultura é o produto do trabalho feito por homens envolvidos em relações desiguais, ela espelha a dominação e, por isso, é uma cultura inautêntica, alienada” (BRANDÃO, 1985, p. 26).

Nessa perspectiva, é possível identificar o modo como essa dominação acontece na sociedade desigual, produzida pela lógica do capital. Quando os elementos culturais são apropriados por determinados grupos ou classes sociais, as técnicas de trabalho, instrumentos, princípios e valores são utilizados como objetos culturais de reprodução da desigualdade.

Da ferramenta à crença religiosa, os mesmos elementos de cultura que por princípio deveriam afirmar a liberdade e o domínio universal do homem sobre o mundo afirmam a dominação de classes entre os homens e a perda da dimensão histórica de que o homem é sujeito (BRANDÃO, 1985, p. 26).

Leontiev (1978) afirma que numa organização social baseada na divisão do trabalho, as condições de acesso à cultura produzida são desiguais. Ainda segundo o autor, essa desigualdade deve-se ao fato de haver diferenças de acesso dos sujeitos à riqueza produzida pela humanidade. “A concentração das riquezas materiais nas mãos de uma classe dominante é acompanhada de uma concentração da cultura intelectual nas mesmas mãos” (LEONTIEV, 1978, p. 276).

Essas diferenças surgem em forma de alienação econômica por meio da propriedade privada, da divisão social do trabalho e da luta de classes. A cultura alienada é aquela em que o homem que a produz, não se apropria da mesma. É a cultura produzida para a classe dominante. É a cultura estranha ao seu criador. Não é a cultura em que as forças subjetivas do homem se exteriorizam nas obras por ele produzidas.

O mesmo autor vai mais longe e afirma que a maioria da população tem pouco ou nenhum acesso às riquezas materiais e intelectuais produzidas por ela mesma. Esse cenário produz uma estratificação da cultura, o que resulta na alienação descrita por Marx (2004):

A alienação do trabalhador em seu objeto se expressa, segundo as leis econômicas, da seguinte forma: quanto mais o trabalhador produz, tanto menos tem para consumir; quanto mais valores cria, tanto mais sem valor, tanto mais indigno ele é;

quanto mais elaborado é o produto, tanto mais disforme é o trabalhador; quanto mais civilizado é o seu objeto, tanto mais bárbaro é o trabalhador (MARX, 2004, p. 82).

Para Leontiev (1978), a alienação econômica que procede da divisão social do trabalho e da propriedade privada, não como consequência apenas afastar a população da cultura material e intelectual. Segundo o autor, a cultura intelectual origina sentidos ideológicos opostos: “umas progressistas, democráticas, servindo ao desenvolvimento da humanidade; e as outras que levantam obstáculos a esse progresso, penetram-se nas massas, e formam o conteúdo da cultura declinante das classes reacionárias da sociedade” (LEONTIEV, 1978, p. 276). Assim sendo, dentro dessa ótica, a superação da ordem alienante só será possível através da constituição de outro modelo social, que transforma a relação entre os homens e supera a propriedade privada e a sociedade de classes.

Compreendemos, com isso, que a superação da forma unilateral de apropriação da cultura humana produzida e da formação do ser humano de forma alienante, só pode ocorrer num outro modelo social, num modelo comunista, que fará dessa apropriação um processo omnilateral (MALANCHEN, 2014, p. 128).

Como já foi citada, a massificação da cultura cria a ilusão de que o acesso à cultura é democratizado e universalizado. Mas é sabido que os interesses da elite são baseados no lucro, no aumento da riqueza e do capital. Sendo assim, se a difusão da cultura é mediada pela lucratividade, essa democratização não passa de uma mentira.

Ao mesmo tempo em que o acesso aos bens culturais é administrado por programas assistenciais e por meios de comunicação, acredita-se numa falsa concepção de que o conhecimento está sendo largamente socializado. Porém, quanto mais a propagação do conhecimento for conduzida por leis econômicas, mais superficiais se tornam as necessidades intelectuais dos sujeitos, produzindo, desse modo, a decadência do saber e colaborando para o esvaziamento intelectual (MALANCHEN, 2014, p. 131).

Assim sendo, a cultura não é voltada para a emancipação da classe trabalhadora. Não é uma cultura que liberta, mas sim, que aliena. A sociedade capitalista contemporânea traz grandes contribuições para essa alienação. Os shoppings centers lotados, onde todos têm “acesso” é o lugar de consumo e o consumo do lugar. A classe trabalhadora tem a ilusão do acesso, mas na verdade são conquistadas pelo imaginário da cultura de massas produzido pela classe dominante. É lugar do consumo, pois traduz o fardo da necessidade material e é também o lugar em que se pode consumir, uma vez que, na consciência do trabalhador alienado, estar naquele lugar o faz crer que tem acesso ao mesmo.

Porém se a cultura pode ser alienada e negar a liberdade ao homem, ela também pode ser desalienante e fazer parte da luta pela conquista da liberdade. É nessa conjuntura que surge a ideia de cultura popular.

2.2 CULTURA E DEMOCRACIA – O DIREITO À CULTURA

Na contemporaneidade, o conceito de democracia foi ampliado e esta não é mais vista apenas como ligada a um sistema político-eleitoral, mas também como forma geral da existência social de uma sociedade, como um sistema onde predomina o princípio da isonomia (igualdade dos cidadãos perante a lei) onde o conflito é considerado legítimo e necessário. “A democracia não é o regime do consenso, mas do trabalho dos e sobre os conflitos” (CHAUÍ, 2001, p. 10).

De acordo com Chauí (2001), a democracia surge da noção de direitos e os diferencia entre privilégios e carência. Na definição da autora citada, privilégios são particulares e não podem ser generalizados nem universalizados para atender ao interesse comum. Se assim fossem, deixariam de ser privilégios. Já as carências são sempre específicas e particulares e não conseguem superar o interesse comum para se tornarem direitos. Se assim fosse, deixariam de ser carências. Chauí afirma ainda que esse é um problema central da sociedade brasileira onde as desigualdades se polarizam no meio social entre o privilégio (classe dominante) e as carências (classe dominada) e dificulta a instituição e conservação da cidadania.

Diante dessa análise de Chauí (2001), pode-se identificar que a instituição da democracia no Brasil é fato difícil e complexo, pois a polarização entre privilégio e carência expressa a existência de uma sociedade onde o espaço público não consegue se constituir. Isso se dá, pois a sociedade brasileira tem em suas marcas o autoritarismo onde o domínio do espaço privado prevalece sobre o público, centrado na hierarquização das relações.

As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. O outro jamais é reconhecido como sujeito nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade. As relações, entre os que julgam iguais, são de “parentesco”, isto é, de cumplicidade; e, entre os que são vistos como desiguais, o relacionamento toma a forma do favor, da clientela, da tutela ou da cooptação, e, quando a desigualdade é muito marcada, assume a forma de opressão (CHAUÍ, 2001, p. 13).

Essa lógica neoliberal ocasiona prejuízos extremos à produção cultural e ao processo democrático. A massificação da cultura caminha em sentido inverso à sua democratização. Massificar não é democratizar. Massificar a cultura é negar a democratização da mesma. A massificação da cultura a qualifica como alienante, uma vez que não serve àquilo que lhe infere sentido. É a cultura que aprisiona e não liberta. Deixa de ser a expressão autêntica da consciência histórica do homem.

Chauí (2008) analisa a questão da cidadania cultural e da cultura como direito enquanto política cultural. Mas uma política cultural que ultrapassa o supérfluo, a cultura de massa, ao entretenimento padronizado pelo mercado cultural. A autora valoriza e concebe a cultura como direito de todos os cidadãos.

Direito a partir do qual a divisão social das classes ou a luta de classes possa manifestar-se e ser trabalhada porque no exercício do direito a cultura, os cidadãos, como sujeitos sociais e políticos, se diferenciam, entram em conflito, comunicam e trocam suas experiências, recusam formas de cultura, criam outras e movem todo o processo cultural (CHAUÍ, 2008, p. 66).

Ao se colocar a cultura como direito, rompe-se com a ordem neoliberal que a tudo transforma em mercadoria, abandona a garantia dos direitos e transforma-os em serviços para serem vendidos, ou seja, em privilégios de classe. Chauí (2008) argumenta que a ideia de cultura como direito inaugura uma nova concepção de democracia. Segundo ela, a sociedade está acomodada numa noção liberal restrita de democracia onde a mesma é entendida como “regime da lei e da ordem para a garantia das liberdades individuais”. Reduz-se, dessa forma, a democracia a um regime político eficaz com base numa cidadania organizada em partidos políticos, que se manifesta nas urnas para escolher os representantes, na rotatividade de governantes e na solução técnica para os problemas socioeconômicos.

O direito à cultura está legalmente assegurado na Constituição Federal de 1988, além de ser um dos direitos humanos previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). A Constituição de 1988 assim diz:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1.º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal de 1988 afirma também ser papel do Estado financiar atividades culturais que garantam a preservação da diversidade das manifestações culturais. O mecanismo mais significativo do Governo Federal é o Programa Nacional de Apoio à Cultura (*PRONAC*), mais conhecido como *Lei Rouanet* gerida pelo Ministério da Cultura (MINC). Seus instrumentos são o Fundo Nacional de Cultura, os Fundos de Investimento Cultural e Artístico, e o Mecenato Federal. O Programa Nacional de Apoio à Cultura (*PRONAC*), no Art. 1º da Lei 8.313/1991, afirma que uma de suas finalidades é “contribuir para facilitar, a todos, os meios para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais”, ou seja, é democratizar a cultura.

De acordo com o Plano Nacional de Cultura, Lei 12.343, de 02 de dezembro de 2010, os mecanismos de democratização da cultura são:

[...] ações a serem incluídas na proposta, conforme a natureza desta, que tenham como objetivo promover igualdade de oportunidades ao acesso e fruição de bens, produtos e serviços culturais, bem como ao exercício de atividades profissionais. Democratizar o acesso pressupõe atenção a camadas da população menos assistidas ou excluídas do exercício de seus direitos culturais por sua condição social, etnia, deficiência, gênero, faixa etária, domicílio, ocupação (BRASIL, 2010).

Em 2003, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), por meio da Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, traz o acesso à cultura como um de seus princípios diretores:

O acesso equitativo a uma rica e diversificada gama de expressões culturais provenientes de todo o mundo e o acesso das culturas aos meios de expressão e de difusão constituem importantes elementos para a valorização da diversidade cultural e o incentivo ao entendimento mútuo (UNESCO, 2003, p. 4).

Inclusive cabe destacar que a UNESCO na Convenção supracitada destaca diversos elementos importantes para o debate acerca da cultura, da diversidade cultural e do acesso equitativo aos bens culturais produzidos pela humanidade. Afirma, por exemplo, que o acesso à cultura contribui para o desenvolvimento social dos seres humanos, o que contribui para a sociedade como um todo. Reconhecem ainda que a cultura não deve ser tratada como mercadoria, como valor meramente comercial. A Convenção destaca também as medidas para a promoção das expressões culturais que é o incentivo aos grupos sociais no âmbito da criação, produção, difusão, distribuição e acesso as suas próprias expressões culturais.

O objetivo principal da Convenção foi fortalecer os cinco elos inseparáveis da mesma corrente: a criação, a produção, a distribuição/disseminação, o acesso e o usufruto das expressões culturais veiculados por atividades, bens e serviços culturais – em particular nos países em desenvolvimento. Dessa forma, acredita-se que a Convenção não poderia deixar de ser citada neste trabalho, uma vez que traz contribuições para o debate da democratização da cultura e da cultura como direito.

Entretanto, numa sociedade polarizada entre a carência absoluta da população de baixa renda e o privilégio absoluto da elite, a consolidação da democracia e do direito à cultura é bloqueado. Fundada na noção dos direitos, a democracia diferencia privilégios e carências. Privilégio, por exemplo, pode ser definido como aquilo que não é universal, pois se o fosse deixaria de ser privilégio. Carência é algo particular e também não consegue se generalizar. Um direito, em posição antagônica à carência e ao privilégio, deve ser universal. Não é particular, mas sim geral e deve ser válido para todos os indivíduos, grupos e classes sociais. Dentro dessa lógica, a divisão econômico-social da sociedade neoliberal se constitui no maior obstáculo para a instituição da cultura como direito, como ora mencionado.

Marilena Chauí (2008) destaca que, no caso brasileiro, a ordem neoliberal leva ao extremo a divisão entre carência e privilégio. Isso significa a exclusão sócio política da população mais vulnerável e a desorganização da sociedade como massa de desempregados. A filósofa defende ainda que diante desse cenário, as políticas sociais de afirmação de direitos econômicos e sociais contra os privilégios, assim como as políticas culturais de afirmação da cultura como direito e o acesso à cultura constituem uma revolução democrática no Brasil (CHAUI, 2008, p. 75).

Podemos dizer que a democracia propicia, pelo modo mesmo do seu enraizamento, uma cultura da cidadania à medida que só é possível a sua realização através do cultivo dos cidadãos. Se podemos pensar numa cidadania cultural, podemos ter certeza de que ela só é possível através de uma cultura da cidadania, viável apenas numa democracia (CHAUI, 2008, p. 75).

Chauí (2009) traz contribuições importantes para superar o modelo neoliberal com a ideia da Cidadania Cultural, ou seja, a cultura como direito dos cidadãos, tirando-os do status de consumidor e contribuinte. A filósofa relata na obra *Cidadania Cultural: o direito à cultura*,

sua experiência como Secretária de Cultura da cidade de São Paulo, entre 1989 e 1992, no governo da petista Luiza Erundina. Acredita-se ser importante ilustrar um pouco da vivência da autora na gestão da cultura para fomentar a discussão e o conhecimento em democratização da cultura.

Segundo Chauí (2009), a cidade de São Paulo encontrava-se dividida por carências e privilégios, assim sendo, propor e conduzir uma política cultural torna-se um grande desafio, principalmente num contexto de crise econômica. Porém, os objetivos eram claros: garantir direitos existentes, criar novos e desmontar os privilégios.

O projeto de cidadania cultural desenvolvido por Chauí iniciou-se com a recusa de concepções enraizadas no âmbito da política cultural: a da cultura oficial do Estado, da populista e da neoliberal. De acordo com autora, a cultura oficial coloca o Estado como produtor de cultura, determinando para a sociedade modelos e conteúdos culturais a serem seguidos, com o objetivo de legitimar sua ideologia. Enquanto a concepção populista pretende apropriar-se da cultura popular para depois devolvê-la ao povo.

[...] O centro dessa operação é a divisão entre cultura de elite (ou elitista) e cultura popular, a primeira considerada diretamente vinculada à classe dominante, enquanto a segunda seria a expressão autêntica da classe dominada e oprimida. Nessa divisão, pouco a pouco, a “cultura de elite” vai sendo satanizada, à medida que a “cultura popular” vai adquirindo uma aura quase messiânica e salvífica. Os órgãos públicos de cultura surgem, então, como agentes de salvação sociopolítica, desde que traduzam para um nível de consciência maior e mais claro a função pedagógica da cultura popular e sua missão redentora, conseguindo que o “povo” se reconheça nas formas e ,nos conteúdos que lhe são devolvidos pelo Estado (CHAUÍ, 2009, p. 68).

Na concepção neoliberal a cultura é apenas administrada. Chauí (2009) afirma que o papel do Estado é minimizado no plano cultural, uma vez que este se limita a comprar bens e serviços culturais oferecidos por empresas que administram a cultura a partir de critérios de mercado, fomentando privilégios e exclusões.

Com esse posicionamento político de ruptura, Marilena Chauí entrega um documento formal a então prefeita, com sua proposta de gestão inovadora através de uma política cultural que representasse o povo. De acordo com ela, a Secretaria Municipal de Cultura seria um espaço de participação dos criadores da cultura. Seria espaço de encontro para aqueles sujeitos que desejassem construir os bens culturais e desenvolver suas capacidades. Mas para isso, a

cultura seria entendida como direito do cidadão. Seria concebida pelo ponto de vista da cidadania cultural (CHAUÍ, 2009, p. 70).

A proposta de Cidadania Cultural de Chauí (2009) entendia como direito à cultura:

1. Direito de produzir cultura seja pela apropriação de meios culturais, seja pela invenção de novos meios e significados;
2. Direito de participar das decisões no âmbito do fazer cultural;
3. Direito de usufruir dos bens culturais;
4. Direito de estar bem informado sobre os bens e serviços culturais existentes e sobre a possibilidade de participar e usufruir;
5. Direito à formação cultural e artística pública nas escolas e oficinas de cultura;
6. Direito a experimentar e inventar o novo nas artes e nas humanidades;
7. Direito a espaços para reflexão, debate e crítica;

Em outras palavras, a gestão da cultura não seria produtora de cultura e nem doutrinaria a mesma. Caberia à Secretaria estimular e promover as condições para que a população criasse e usufrísse da cultura. A cultura não seria gerida pela ótica do monopólio das iniciativas culturais, uma vez que todos os cidadãos poderiam propor projetos (CHAUÍ, 2009, p. 71).

Chauí (2009) demonstrou que foram muitas as dificuldades para se instituir um campo democrático de direitos. Uma dessas dificuldades relatadas foi a divisão social em classes onde carências e privilégios eram gritantes, de ambos os lados. Nessa divisão se configurava, de um lado, a carência extrema: moradia, alimentação, saúde, educação e trabalho. De outro lado, privilégios absolutos que se manifestava na naturalidade com que o público era tratado como privado.

As carências são tão específicas e singulares, tão particulares, que não chegam a transformar as demandas em interesses gerais de um grupo ou uma classe social nem muito menos a universalizar-se e aparecer como direitos. Os privilégios, por seu turno, porque o são, não podem generalizar-se em interesses comuns e menos ainda universalizar-se como direitos (CHAUÍ, 2009, p. 74).

Outros dilemas também apareceram. O clientelismo¹⁰ de movimentos e grupos para os quais a Secretaria servia de balcão, o bloqueio jurídico e a burocracia. Esta última merece destaque, pois caminha na contramão da democracia.

A burocracia opera, de acordo com Chauí (2009), em três fundamentos: no da hierarquia - “manda quem pode e obedece quem tem juízo”; no fundamento do segredo do cargo para que seja garantido o poder dos dirigentes superiores e nas rotinas administrativas que são indiferentes ao objeto administrado, ou seja, a compra de tijolos, contratação de um músico ou se um médico é tratado da mesma forma, com procedimentos administrativos e burocráticos idênticos.

Hierarquia, segredo e rotina são o contrário e a negação da democracia, que opera com igualdade de direitos, e não com distinções hierárquicas; com a plena circulação da informação e o direito de produzi-la tanto quanto de recebê-la e não com o segredo; e, em vez da rotina, opera com a inovação contínua, suscitada pela dupla marca do democrático, isto é, legitimidade dos conflitos e a criação de novos direitos (CHAUÍ, 2009, p. 76).

Chauí (2009) continua sua crítica à burocracia quando alega que a inflexibilidade da burocracia e a rotina administrativa no âmbito da cultura inviabilizam a atividade cultural, sua lógica, seu tempo e seu sentido. A burocracia é um bloqueio à ação cultural democrática. Exemplo disso é quando um processo é aberto. Sua tramitação pode ocorrer em dois dias, dois meses ou dois anos, pois o que determina o tempo de resolução de um problema não é o objeto do mesmo, mas sim a vontade política dos gestores. Assim, a burocracia, ao invés de funcionar com impessoalidade, funciona de acordo com as relações de favor, tutela, boa ou má vontade, interesse ou desinteresse do gestor.

A burocracia não é uma “máquina administrativa” e sim um sistema de poder movido por gente, e no qual a vontade dos indivíduos-burocratas é mais determinante e imperiosa do que as leis e os procedimentos. Os hábitos burocráticos operam para a manutenção de mando e poderes e não para a proteção efetiva da coisa pública (CHAUÍ, 2009, p. 77).

Chauí (2009) salienta que para conseguir efetivar o propósito da Cidadania Cultural, foi adotado o modelo de Projetos Especiais, onde os grandes temas políticos e culturais da cidade de São Paulo foram transformados em ações e programas realizados pela própria cidade, sob a

¹⁰ Prática do favor como norma à ação de um órgão público.

orientação, coordenação e financiamento da Secretaria Municipal de Cultura. Tais projetos eram formalizados através de portarias e decretos da Prefeitura.

Em resumo, a política de Cidadania Cultural proposta e dirigida por Marilena Chauí garantiu o direito à informação, direito à fruição cultural, direito à produção cultural e direito à participação.

Infere-se, a partir da experiência de Chauí, que o serviço público deve ser garantidor do direito à cultura e não produtor e reproduzidor de cultura. É preciso fomentar, estimular e motivar o povo a fazer sua própria cultura. Nesse sentido, uma política cultural deve incentivar a produção cultural, rompendo com a hegemonia que a indústria cultural promove, reforçando a ideia de cultura dominante, impondo ao povo a ideologia da classe dominante. Esse é o sentido da democratização da cultura. É a cultura como direito. É a cultura como forma de expressão do povo e para o povo. É a cultura autêntica que liberta.

Sobre a indústria cultural, Tinhorão (2006) deixa subentendido que a divisão de classes também ocorre e é construída por meio do mercado cultural. O autor afirma que quem tem o maior poder de colocar no mercado as suas ofertas culturais possuirá também o poder de determinar quais os gêneros ou estilos musicais que representarão a moda, o atual.

2.3 CULTURA POPULAR

Ao se falar sobre cultura popular, entendida enquanto cultura dominada e como expressão da classe trabalhadora, a tendência é identificá-la como massacrada pela cultura de massa e pela indústria cultural¹¹, permeada pelos valores da classe dominante, subalternizada intelectualmente pela elite “[...] como impotente face à dominação e arrastada pela potência destrutiva da alienação” (CHAUÍ, 2007, p. 72).

De acordo com Brandão (1985), os intelectuais representam a cultura popular como “tradições do povo”, um simples folclore que não expressa as relações de poder entre os seus diferentes produtores. Para lutar contra essa ideia surgem, na década de 1960, movimentos que tinham

¹¹ Indústria Cultural encontra-se voltada única e exclusivamente para satisfação dos interesses comerciais dos detentores dos veículos de comunicação, que veem a sociedade como um mercado de consumo dos produtos por eles impostos, dando origem a um processo de massificação da cultura.

como objetivo retomar a cultura popular para recriá-la com o povo e conscientizá-lo através dela.

O cerne da ideia de cultura popular vem à tona nessa mesma época (anos 1960) através do movimento de criação de vários movimentos de cultura popular. Dentre esses grupos destacaram-se a *Ação Popular*¹², o *Centro Popular de Cultura*¹³, os *Movimentos de Cultura Popular*¹⁴, a *Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler*, dentre outros. Cabe salientar que, apesar de sua breve existência, esse movimento trouxe uma intensa contribuição para a construção de uma cultura de classe “consciente, crítica, politicamente mobilizadora, capaz de transformar tanto os símbolos com se que representa e ao seu mundo, quanto a sua própria dura realidade material” (BRANDÃO, 1985, p. 15).

Esses movimentos de cultura popular, de acordo com Brandão (1985), tinham como objetivo principal cultivar experiências políticas de cunho cultural, com a finalidade de transformações sociais e simbólicas que potencializassem a reorganização e a mobilização de grupos populares, fortalecendo o seu poder de classe. Em outras palavras, a intenção desses movimentos era a construção de uma cultura popular libertadora. Dessa forma, os movimentos denunciam a verdadeira intenção do Estado em obter o controle político, escondida sob as ações de trabalho social com o povo. Esses movimentos substituem palavras alienantes, utilizadas nos discursos e ações do governo, por palavras que simbolizavam a libertação: invés de “comunidade” utilizam “classe”, substituem “organização” por “mobilização”, “mudança de atitude” por “conscientização”, “educação fundamental” por “educação libertadora”, “desenvolvimento de comunidade” por “cultura popular”.

Merece ênfase nos movimentos de cultura popular, o fato de a palavra “cultura” dar significado e sentido a tudo. Trazem a ideia de que cultura é história, no sentido em que a atividade humana que cria a história é a mesma que faz a cultura. “Assim, a própria história humana não é outra coisa senão a trajetória do processo por meio do qual o trabalho social do homem opera a dialética da transformação da natureza em cultura” (BRANDÃO, 1985, p. 22).

¹² Ação Popular foi um partido político oriundo em parte, por militantes católicos.

¹³ Criado pela União Nacional dos Estudantes – UNE, representava o movimento universitário estudantil.

¹⁴ Os Movimentos de Cultura Popular envolveram um grande número de estudantes, artistas e outros intelectuais. O militante mais importante desses movimentos foi Paulo Freire.

Brandão (1985) afirma que a cultura é popular quando pode ser comunicável ao povo, ou seja, quando as significações, valores, ideais e obras são destinadas ao povo e expressam sua consciência histórica real. A cultura é popular quando estimula o homem a assumir sua posição de sujeito da sua própria criação cultural. É a cultura pensada pelo povo e não para o povo. Uma cultura livre e autêntica deve ser elaborada com o povo.

Os movimentos de cultura popular da década de 1960 tinham como ideologia: a libertação política, social e econômica do povo. Apesar de algumas divergências teóricas e práticas no movimento, a ideia de um trabalho político de conscientização das massas através do poder da cultura era ponto pacífico. Alguns grupos se limitaram à participação de populares em uma democratização da cultura, outros vincularam essa participação à luta pela conquista popular do poder. Esse poder seria o poder das classes populares que, legitimadas, superariam a dualidade da cultura, indo além da imposição de sua cultura de classes, até atingirem uma reinvenção da cultura solidária, numa sociedade sem classes, sem desigualdade social entre os sujeitos (BRANDÃO, 1985, p. 39).

É importante ressaltar que outros grupos eram mais pragmáticos e trabalhavam no sentido de melhorar a expressão das massas através da cultura, tornando-a instrumento de aumento de poder e de capacidade crítica e política. Nesse sentido, esses grupos desenvolviam um trabalho de mediação através de uma prática pedagógica horizontal. Para esses grupos a cultura:

Não deve ser imposta, como se faz costumeiramente no contexto da cultura dominante e, no limite, não deve ser nem mesmo “para” o povo, ainda que politicamente “em seu nome” e “a seu favor”. Ao contrário, toda a prática dos Movimentos de Cultura Popular deve incorporar-se de maneira concreta aos espaços e ao modo de vida do povo, acrescentado ali apenas aquilo que, por conta própria, as classes populares não conseguem ainda produzir. Um dos princípios mais unitários era o de que não existe uma verdadeira conscientização sem o diálogo e não há diálogo solto. Ele só existe no campo das relações sociais diretas, quando elas garantem uma efetiva participação popular no trabalho de realizá-lo através da Cultura Popular (BRANDÃO, 1985, p. 40).

Diante disso, infere-se que democratizar a cultura é torná-la de fato popular. É deixar que o povo produza sua cultura por meio de suas experiências. É apoiar o povo em suas necessidades e prover o que estes não têm condições de alcançar sozinhos. É suprir o que falta para a produção da cultura popular, sem impor um padrão de cultura, de instrumentos ou de

ideias. É propiciar à classe dominada a expressão de seu cotidiano. Nesse sentido, Brandão (1985) esboça outra face da cultura popular que anseia por transformações sociais importantes:

[...] eles anseiam por uma prática política que torne o movimento aquilo que as classes subalternas vivem dentro da rotina. De um cotidiano cujos limites não ultrapassam a reprodução de sua própria dependência, de sua inserção dominada, de que a sua cultura folclórica não é outra coisa senão o espelho simbólico de um modo de vida subalterno, vivido à margem da história como cultura. Um modo de vida que é o que é necessário transformar, tornando-o um campo político de trabalho de classe (BRANDÃO, 1985, p. 40-41).

Para enfatizar ainda mais a importância da cultura popular na transformação da sociedade, cabe reafirmar algumas ideias que foram absorvidas através da leitura sobre o assunto em Brandão (1985):

1. As classes populares (a massa, os subalternos, a classe dominada), são expropriadas dos bens de produção e de poder econômico e político. Em decorrência, a classe dominada é alienada na sociedade dividida em classes, e por isso, se aliena também da possibilidade de ser livre para expressar o seu trabalho, o seu cotidiano e sua identidade de classe.
2. Debaixo do poder simbólico de uma cultura dominante, toda cultura que provém do povo (entendida aqui como o que lhe é imposto como cultura e a forma como ela é representada pelo povo), revela sua qualidade de objeto. Enquanto cultura dominada e alienada, ela não tem condições de expressar para os subalternos a realidade social em que estão inseridos. É uma cultura do povo que não é para o povo. Exemplo: a cultura das novelas que transmitem uma realidade totalmente estranha à maioria da população.
3. Através de muitas formas, a indústria cultural realiza um trabalho de bloqueio e cooptação das manifestações populares que possam expressar suas condições de classe. É a massificação da cultura que envolve e conquista o imaginário popular, fazendo com que a cultura de massa seja reproduzida de forma alienante pelo povo.
4. Complementando o ponto anterior, o povo não conscientizado de sua cultura, jamais o será dentro da lógica de dominação de classe. Portanto, apenas por meio de ação

política conscientizadora é que existe possibilidade de libertação do domínio de classes. Dessa forma, urge criar e fortalecer o trabalho pedagógico que conscientize e transforme o povo no protagonista de sua história, utilizando-se a cultura como instrumento transformador.

5. Inferiu-se também que, a principal proposta da cultura popular é produzir e disseminar instrumentos culturais e políticos a serviço da causa do povo e que expressem seu cotidiano. É também gerar transformações de consciência e de mobilização política nos espaços e grupos populares. Essa transformação só é possível através da imersão de mediadores comprometidos com a causa no interior dos grupos populares, promovendo a troca de saberes, a participação popular e, como consequência, a libertação. Esses mediadores devem instrumentalizar o povo para que este crie e retrate sua realidade social. Através desse trabalho, a cultura popular pode se tornar um processo de inovação, criação, transformação e conscientização, tornando a cultura, cada vez mais, crítica e autônoma.

2.4 A EDUCAÇÃO COMO CULTURA E PRÁTICA DE LIBERDADE

A educação está presente em todas as esferas da sociedade. Ela existe na consciência do ser humano, na ideologia de grupos sociais, e sua missão é transformar os sujeitos e as coisas em algo melhor. Seja na escola, na igreja, no trabalho ou na rua, a educação envolve todos para aprender ou para ensinar.

Brandão (2005) afirma que não existe educação, mas sim “educações”. Não há apenas uma forma de educar e de aprender e a escola não é o único lugar onde a educação se dá e, talvez nem seja o melhor local para tal fim. Dessa forma, existem várias práticas educacionais e vários atores podem ser educadores, não só o professor profissional. Isso acontece, pois existem várias culturas e mundos: sociedades camponesas, países desenvolvidos, mundos sociais sem classe, de classe etc. Com isso, existe uma educação para cada tipo de povo e sujeito. Existe, inclusive, entre povos que submetem e dominam outros povos, utilizando a educação como mais um instrumento de dominação. “Ela pode existir imposta por um sistema centralizado de poder, que usa o saber e o controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre os homens, na divisão dos bens, do trabalho, dos direitos e dos símbolos” (BRANDÃO, 2005, p. 10).

De outro lado, a educação pode ter uma força transformadora da sociedade, no sentido em que esta participa do processo de produção de crenças, valores, qualificações e especialidades que envolvem a troca de saberes e de símbolos, assim como de bens e poderes que constroem muitos tipos de sociedade. Educação, dessa forma, é poder.

No entender de Brandão (2005), a educação existe também onde não há escolas, pois em todo lugar, a transferência de saber pode acontecer, até mesmo onde ainda não foi nem criado um sistema formal de educação. Sendo assim, o homem tem a capacidade de transformar a natureza em cultura, através de sua consciência e de seu trabalho e aprendeu, com o tempo, a modificar partes dessa cultura em situações sociais de ensino-aprendizagem, ou seja, em educação.

O povo, ao alcançar um nível mais complexo de organização de sociedade e de cultura, enfrenta a questão da divisão social do trabalho e do poder. Com isso é necessário pensar as formas e os processos de transmissão do saber.

É a partir de então que a questão da educação emerge à consciência e o trabalho de educar acrescenta à sociedade, passo a passo, os espaços, sistemas, tempos, regras de prática, tipos de profissionais e categorias de educandos envolvidos nos exercícios de maneiras cada vez menos corriqueiras e menos comunitárias do ato, afinal tão simples, de ensinar – e – aprender (BRANDÃO, 2005, p. 16).

Na concepção de alguns filósofos e educadores, a educação é entendida como o meio pelo qual o ser humano desenvolve potencialidades biopsíquicas inatas, mas que não conseguiram aperfeiçoar tais potenciais sem a aprendizagem através da educação. Porém, Brandão (2005) defende uma educação baseada na sociedade e na cultura. Afirma que não é possível imaginar uma educação que não tenha como base, o cotidiano e a vida tal como ela é. Não existem condições para apreender a educação como algo que trabalhe o corpo e o intelecto de sujeitos soltos de seu contexto social.

Nas ideias de Brandão (2005), infere-se que educação é uma prática social que tem como objetivo o desenvolvimento do indivíduo, dentro do que pode ser aprendido entre os saberes de uma cultura, de acordo com as exigências de cada sociedade. Educação é o resultado do trabalho da consciência baseada numa determinada cultura. Porém o foco desta pesquisa vai ao encontro da cultura popular, da educação popular e da educação como cultura e forma de conscientização do povo. Dessa forma, é imprescindível iniciar este assunto, ainda neste primeiro capítulo, mesmo que a cultura popular já tenha sido abordada no início do mesmo.

Sobre a concepção de educação como forma de desalienação, Brandão (1985) afirma que a educação é uma dimensão histórica e especializada da cultura e obedece a princípios de produção e transformação da própria cultura. Dessa forma, é preciso considerar que a cultura é parte da educação e de seu papel pedagógico, não podendo ser analisada fora desse processo.

De acordo com Marx (2004), a educação é o livre desenvolvimento das potencialidades e da sociabilidade pelo ser humano, todavia, tal educação é impossível na sociedade do capital. O autor afirma ainda que a educação deve ter como princípio a igualdade e liberdade, mas só é possível numa sociedade livre da divisão social do trabalho, que permite o desenvolvimento do ser humano omnilateral, ou seja, um ser humano que tenha superado a unilateralidade imposta pela divisão social do trabalho e que consegue desenvolver o conjunto de suas potencialidades. Para ele, a educação deve ser emancipadora. O capitalismo produz o desenvolvimento de seres humanos unilaterais, especialistas e aprisionados à divisão do trabalho. Dessa forma, Marx criticava a educação produzida nessa sociedade. Destacava ainda outro fator alienante da educação capitalista: esta possibilita o fortalecimento da exploração dos trabalhadores, uma vez que prepara a força de trabalho para servir aos interesses do capital.

Reforçando essa concepção têm-se as ideias de Paulo Freire (1967), onde o autor defende uma educação libertadora e comprometida com o processo de conscientização do homem. Uma educação alienada forma indivíduos também alienados. Apresenta consigo uma consciência caracterizada pela simplicidade na interpretação dos problemas, pela idealização do passado, pela transferência acrítica da responsabilidade e da autoridade, pela subestimação do homem comum, pelo gosto acentuado pelas explicações fabulosas, pela fragilidade da argumentação, pela desconfiança de tudo o que é novo, pela opção da polêmica e não pelo debate, pelas explicações mágicas e pela tendência ao conformismo (FREIRE, 1967, p. 30-31).

Essa educação libertadora é a educação popular que, neste contexto, permeia a desalienação da cultura e sua democratização. É por meio de uma educação popular e libertadora que se dá a democratização da cultura. É necessário então dissertar um pouco mais sobre a educação popular.

Educação popular é uma combinação de práticas educativas direcionadas a indivíduos, grupos ou comunidades populares que, através de sua própria cultura, vivenciam e transferem o saber. Em sua origem significa uma série de estratégias de ruptura com o sentido comum da educação, assim como com as formas de se fazer educação (BRANDÃO, 1985, p. 153).

Porém, no sentido político, o horizonte da educação popular é o fortalecimento e emancipação das classes populares. O Movimento de Educação de Base ilustra bem a proposta inicial da educação popular, de acordo com Brandão (1985). O ponto de partida desse movimento foi a alfabetização. Outros movimentos também surgiram com a mesma característica de trabalho pedagógico conscientizador: de Pé no Chão também se aprende a ler, Movimento de Cultura Popular e a Campanha Nacional de Alfabetização. Outros grupos surgiram com ênfase num trabalho de “levar ao povo” uma arte revisitada. Isso se dava por meio da arte popular levada às ruas, praças, comunidades e fábricas.

Gerar uma nova era de diálogos entre intelectuais comprometidos e as classes populares; criar uma nova geração de militantes críticos e renovadoramente criativos, entre artistas e educadores eruditos e populares. Fora sonhos e ideais de longo alcance, esses dois foram objetivos imediatos da Cultura Popular (BRANDÃO, 1985, p. 45).

A título de exemplo da trajetória de um movimento de cultura popular, Brandão (1985) tomou o Movimento de Educação de Base (MEB), que foi instituído, através de um convênio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Governo Federal, até 1970. De acordo com o autor, esse movimento passa de uma Educação de Base para uma Educação Popular, onde a ideia de cultura popular e o anseio por transformações na ordem e na vida social do país são os determinantes da experiência. Dessa forma, eram objetivos do MEB:

Considerando as dimensões totais do homem e utilizando todos os processos autênticos de conscientização, contribuir, de modo decisivo, para o desenvolvimento integral do povo brasileiro, numa perspectiva de autopromoção, que leve a uma transformação decisiva de mentalidades e estruturas (MEB, 1962 apud Brandão, 1985, p. 45).

No entanto, para se alcançar tal objetivo fazia-se necessária a tomada de várias outras medidas como a iniciação em conhecimentos como saúde, alimentação e higiene, a formação profissional e o crescimento profissional. Cabe destacar as dimensões políticas dessa proposta de educação popular:

- Alfabetização e conscientização do povo, com o objetivo de estimular a descoberta do próprio valor enquanto ser humano, a busca de resolução para os problemas individuais e coletivos, assim como a aquisição de responsabilidades e a valorização da cultura popular.

Em resumo, a educação popular é um processo de autoconscientização das massas, com o objetivo de valorizar, de forma integral, o homem através do estímulo da consciência crítica da realidade.

No pensamento de Paulo Freire, a formação da consciência crítica aparece sempre solidamente vinculada à construção da personalidade democrática. E para construir essa personalidade crítica o diálogo é a base de tudo, é o instrumento fundamental. Ele afirma que sem uma consciência crítica o homem jamais poderá se integrar à sociedade que é intensamente contraditória. Ele aponta o diálogo como a solução para essa educação bancária assistencialista que impõe ao homem o mutismo e a passividade, não lhe oferecendo condições para despertar e expandir sua consciência, o que numa verdadeira democracia deveria ser cada vez mais crítica.

Teríamos então de nos servir de toda a força democratizadora do diálogo, com que evitássemos e superássemos o perigo do alongamento da assistência prestada ao operário pela instituição, em assistencialismo. Assistencialismo que deforma o homem. Que ‘domestica’ o homem (FREIRE, 1967, p. 14).

Deve-se reportar à ideia de massificação da cultura mencionada antes, pois esta aparece na teoria de Freire (1967) comparada com o assistencialismo que, nas palavras do autor “rouba ao homem condições à consecução de uma das necessidades fundamentais de sua alma, a responsabilidade” (FREIRE, 1967, p. 57). O autor frisa que no assistencialismo não há responsabilidade, não há decisão, mas apenas gestos e atitudes que culminam na passividade e na domesticação.

É esta falta de oportunidade para a decisão e para a responsabilidade participante do homem, característica do assistencialismo, que leva suas soluções a contradizer a vocação da pessoa em ser sujeito, e a democratização fundamental, instalada na transição brasileira, a que já nos referimos. Na verdade, não será com soluções desta ordem, internas ou externas, que se oferecerá ao país uma destinação democrática. O de que se precisava urgentemente era dar soluções rápidas e seguras aos seus problemas angustiantes (FREIRE, 1967, p. 57).

Nas ideias do autor, esse assistencialismo precisava ser superado através do diálogo, substituindo a educação bancária por outra educação baseada no fomento de ideias críticas e permeáveis, favoráveis à participação, à deliberação coletiva, à ingerência, ao autogoverno e, por essa via, favoráveis à democratização da vida social e à instituição de formas democráticas de governo. Seria preciso romper com a concepção bancária da educação, atrelada à manutenção da ordem social e em forma de instrumento da opressão, inaugurando uma concepção problematizadora da educação, comprometida com a superação da contradição opressores-oprimidos. Da mesma forma, a democratização da cultura precisa ser configurada através do diálogo de modo a incentivar a participação coletiva com o objetivo de se construir uma reflexão crítica da realidade.

A educação popular, inaugurada nas experiências de Paulo Freire na década de 1960, consolida grandes contribuições para este trabalho, uma vez que utiliza a cultura, principalmente a cultura popular, como práticas e ações político-pedagógicas. Era uma proposta de ação pedagógica que tinha origem na cultura e se concretizava por meio dela. Através dessa ação, a formação cultural dos sujeitos, das classes e das comunidades se transformaria na base da educação política (BRANDÃO, 2009, p. 48). Assim sendo, é fundamental descrever, mesmo que na forma de resumo, as principais ideias que permeiam a educação popular e a cultura popular.

A base histórica da cultura popular é uma ação política voltada para uma educação libertadora, uma vez que a cultura pode ser ao mesmo tempo, alienante no sentido de negar a liberdade do homem, porém ela pode ser desalienada, através da cultura popular, e fortalecer a luta pela reconquista da liberdade (BRANDÃO, 1985, p. 25).

Em contraposição à proposta da cultura popular que prega a universalização e democratização da cultura, a sociedade capitalista impõe a polarização da cultura, a sua estratificação, a concentração da cultura nas mãos da elite e colocada a serviço de seus interesses. Brandão (1985) analisa que, no interior de uma cultura alienada, como produto do trabalho das classes sociais antagônicas, existe uma cultura brasileira dominante e uma cultura brasileira dominada. Por esse motivo existe a diferenciação entre “arte erudita” e “arte popular”, “literatura” e “literatura de cordel”. Essa diferenciação resulta da histórica divisão de classes intrínseca ao capitalismo. Todavia, se a cultura pode ser realizada de modo que mantenha a

desigualdade e a dominação, ela também pode ser pensada de forma a criar e fortalecer a liberdade, promovendo uma ruptura política.

Dentro do que foi exposto até aqui, pode-se afirmar que é possível democratizar a cultura, através da prática política revolucionária da cultura popular, a cultura reflexa do povo. É através de uma ideia de cultura, enquanto instrumento popular de conscientização, que a democratização da mesma se realiza. Essa democratização deve se consolidar, através do Estado, por meio da concepção de cultura, enquanto direito do cidadão, assegurando o direito de acesso às obras produzidas, o direito de produzir obras que reflitam sua consciência social e o direito de participar das decisões das políticas culturais (CHAUÍ, 2008, p. 65).

3 A UNIVERSIDADE ENQUANTO *LOCUS* DA PRODUÇÃO DE CULTURA

A Universidade Pública pode ser caracterizada como um espaço social que expressa o modo de funcionamento da sociedade em sua totalidade. É o lugar onde as mais variadas formas de opiniões, atitudes e conflitos demonstram as contradições e divisões da sociedade.

Essa relação interna ou expressiva entre Universidade e sociedade é o que explica, aliás, o fato de que, desde seu surgimento, a Universidade Pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma *prática* social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela (CHAUI, 2003, p. 5).

Essa legitimidade da Universidade em ser autônoma frente à religião e ao Estado, conferindo-lhe a característica laica e pública, reforça a discussão em torno da defesa da Universidade como um direito democrático, opondo-se às forças do Estado que tentam torná-la uma mercadoria e, ainda mais, tomando medidas para que esta desapareça.

Com as revoluções sociais do século XX, educação e cultura tornaram-se integrantes do conceito de cidadania, ou seja, direitos do cidadão, fazendo com que a Universidade, enquanto instituição social se tornasse inseparável da ideia de democracia e de democratização do saber (CHAUI, 2003, p. 05). Como instituição social, a Universidade acompanha e vivencia as transformações sociais, políticas e econômicas do Estado, e dessa forma, a Universidade, como instituição social, só é possível em um Estado democrático.

A relação democrática entre Estado e Universidade Pública depende do modo como consideramos o núcleo da República. Este núcleo é o fundo público ou a riqueza pública e a democratização do fundo público significa investi-lo não para assegurar a acumulação e a reprodução do capital – que é o que faz o neoliberalismo com o chamado “Estado mínimo” –, e sim para assegurar a concreticidade dos direitos sociais, entre os quais se encontra a educação. É pela destinação do fundo público aos direitos sociais que se mede a democratização do Estado e, com ela, a democratização da Universidade (CHAUI, 2003, p. 12).

Além de ser um instrumento de desenvolvimento social, político, econômico e tecnológico e exercer também um papel fundamental na promoção de uma visão crítica das metamorfoses da sociedade, é fundamental que a Universidade seja o lugar onde as culturas sejam democratizadas, estimuladas e difundidas, fomentando a universalidade e diversidade de modos de pensar e ser. Diante do que foi exposto, qual é o papel da Universidade Pública no

processo de democratização da cultura, na transformação da cultura como direito? É uma reflexão complexa e repleta de questões importantes como, por exemplo: qual o papel social da Universidade e como a cultura é contextualizada no espaço acadêmico?

Conforme análise, a educação tem um papel fundamental na formação da sociedade. A educação pode ser considerada como um dos mais importantes mecanismos de mobilidade social. Assim sendo, a Universidade está inserida nesse contexto.

A Universidade construiu sua história ao longo de quase três mil anos, porém, não ocorreram grandes mudanças no papel da Universidade desde então. De outro lado, grandes mudanças ocorreram na sociedade e isso carrega consigo a necessidade de uma revolução no conceito de Universidade. Dessa forma, frente às transformações sociais e políticas, a Universidade ainda representa o patrimônio intelectual e cultural, uma autonomia administrativa, crítica e política. Talvez, essa autonomia universitária¹⁵ pudesse ser o ponto central na construção da democratização da cultura no espaço universitário e na concretização da cultura como direito. Entretanto, de acordo com Chauí (2001), a autonomia universitária não passa de uma capacidade operacional de gestão de recursos de acordo com as metas, objetivos e indicadores definidos pelo Estado.

Existe uma confusão entre o que se entende por conhecimento e pensamento. Na concepção de Chauí, conhecimento diz respeito à apropriação intelectual de um determinado campo composto de dados e fatos. Por conseguinte, pensar é desafiar o vazio de uma nova experiência que ainda precisa de sentido e significado, ou seja, que não possui dados e fatos a serem conhecidos, mas que, ao contrário, precisam ser construídos por meio da atitude reflexiva. “O conhecimento se move na região do instituído; o pensamento na do instituinte” (CHAUÍ, 2001, p. 59).

Nas palavras de Chauí (2001), a cultura é colocada pela divisão social do trabalho como algo improdutivo, assim sendo, para compensar essa “improdutividade”, a cultura deve ser

¹⁵ A autonomia universitária vem consagrada na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 207. Dispõe o artigo 207: "Art. 207 - As Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão".

instrumentalizada, e a Universidade é um dos campos dessa instrumentalização. Essa instrumentalização pode ocorrer de várias formas: 1- através da educação que reproduz as relações de classe e ideologias para adestrar a força de trabalho com o objetivo de atender aos interesses do mercado; 2- através da transformação da cultura em mercadoria de alto valor comercial, onde quem a consome possui um *status* de prestígio em relação a quem não tem acesso a mesma; 3- através da indústria cultural que, além de vulgarizar e banalizar as obras culturais, bloqueia o acesso da maior parte da população à cultura (CHAUÍ, 2001, p. 59).

A Universidade entra na instrumentalização da cultura, em sua forma mais grave, quando reduz o saber ao conhecimento, deixando de lado o pensar e a atitude reflexiva. “Limitando seu campo ao do saber instituído, nada mais fácil do que administrá-lo dividi-lo, dosá-lo, distribuí-lo e quantificá-lo” (CHAUÍ, 2001, p. 60). Nesse sentido, a autora afirma que a função da Universidade é “dar a conhecer para que não se possa pensar”.

Adquirir e reproduzir para não criar. Consumir, em lugar de realizar o trabalho da reflexão. Porque conhecemos para não pensar, tudo quanto atravessa as portas da Universidade só tem direito à entrada e à permanência se for reduzido a um conhecimento, isto é, a uma representação controlada e manipulada intelectualmente. É preciso que o real se converta em coisa morta para adquirir cidadania universitária (CHAUÍ, 2001, p. 62).

Dessa forma, ao abdicar-se da necessidade de pensar, os estudantes universitários tendem a reduzir o trabalho teórico a uma experiência de simples repetição de modelos abstratos e à aplicação mecânica do conteúdo apreendido. Perde-se, nesse sentido, o trabalho do pensamento e a própria ideia de ação como práxis social, “uma vez que atividade, longe de ser a criação de um possível histórico, se consome numa pura técnica de agir circunscrita ao campo do provável e do previsível” (CHAUÍ, 2001, p. 65).

Essa questão da Universidade, enquanto simples reprodutora do conhecimento e não como produtora do mesmo, leva a crer que a democratização da cultura no espaço universitário só será possível com uma renovação ou reinvenção da Universidade. Nesse contexto, é certo afirmar que, apesar de a Universidade exercer papel fundamental no desenvolvimento econômico, político, social, cultural e educacional brasileiro, esta não tem dado conta de responder às demandas, exigências, expectativas e necessidades de uma sociedade mutante, cada vez mais exigente, competitiva, individualista, pragmática e consumista (LAMPERT, 2010, p. 102).

De acordo com Lampert (2010), a Universidade precisa repensar suas concepções no sentido de admitir a diversidade ideológica com visão crítica. Absorver, dessa forma, novos modos de pensar, de refletir sobre o mundo e suas transformações e estar aberta às inovações e contradições. O autor ainda propõe que a Universidade deve se empenhar na transformação social, lutando por um mundo sustentável e igualitário. Nessa direção, “a definitiva razão de ser da Universidade é a transformação da sociedade e para isso ela deve participar de forma ativa na solução dos principais problemas locais, regionais, nacionais e universais” (LÓPEZ, 2006, p. 29).

Ao se reinventar, a Universidade poderá engajar-se na solução das questões sociais, políticas e culturais da sociedade opondo-se à ordem neoliberal que reduz a missão da Universidade a atender às demandas do mercado.

O foco da instituição deve estar voltado à melhoria das condições de vida da população e não atender unicamente aos interesses de determinados grupos hegemônicos, que objetivam tão somente o lucro. Além disso, cabe à Universidade a formação de cidadãos críticos, éticos, comprometidos com a transformação da realidade circundante. Esses são os grandes desafios e, certamente, serão o diferencial das instituições de ensino superior no século XXI (LAMPERT, 2010, p. 105).

A Universidade tem em seu poder um forte instrumento que possibilita sua renovação: a autonomia universitária. Mas *não* é a autonomia burocrática que engessa a estrutura administrativa e pedagógica, gerando inflexibilidade, autoritarismo, excessivo controle, excessiva legislação e burocracia. Elementos, que por si só, travam a autonomia e sua capacidade inovadora de realização e de empreendedorismo, indispensáveis em uma sociedade em constante transformação. A autonomia universitária deve ser ativa e exercida valorizando a cultura, disseminando o saber reflexivo mediante suas atividades-fim: ensino, pesquisa e extensão.

Neste sentido, cabe refletir sobre o papel social da Universidade, uma vez que esta pode ser entendida como expressão histórica dos modos de vida da sociedade. A Universidade tem o poder de reunir diversos grupos, pessoas diferentes e de idades diferentes, porém, todos têm o mesmo objetivo: a vontade de conhecer e de saber. Na conjuntura neoliberal de massificação da cultura, padronização dos modos de ser, vestir, morar, falar, a Universidade pode ser a instituição que fará diferença, pois tem em si o pensamento crítico e inovador.

De acordo com Chauí (2001, p. 35), a Universidade Brasileira assumiu a ideia e a prática neoliberal hoje dominante. Essas ideias e práticas são hegemônicas no meio universitário. A autora cita alguns fatores que exemplificam essa ideia;

1. A Universidade aceita a avaliação de seu ensino sem exigir que seja levado em consideração também o percurso dos estudantes pelo ensino fundamental e médio, como se a Universidade não tivesse nada a ver com eles e nenhuma responsabilidade lhe coubesse na situação em que se encontram;
2. A Universidade aceita a avaliação acadêmica baseada na produção de artigos e na titulação, deixando de lado a questão da docência;
3. A Universidade aceita a privatização e terceirização de suas atividades administrativas e básicas (limpeza, segurança, transporte etc.), contribuindo para a lógica do capital e fomentando o crescimento das empresas privadas.

A Universidade precisa estar atenta e vigilante para que a lógica neoliberal não a destrua. Essa lógica não tem interesse em formar cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres. Sua intenção perversa é formar uma força de trabalho que atenda aos interesses do capital.

A Universidade Pública tem aceitado passivamente a destruição do ensino público de primeiro e segundo graus, a privatização desse ensino, o aumento das desigualdades educacionais e um sistema que reforça privilégios porque coloca o ensino superior a serviço das classes e grupos mais abastados, cujos filhos são formados na rede privada no primeiro e no segundo grau. Para agravar ainda mais esse quadro, alguns propõem “democratizar” a Universidade Pública fazendo-a paga, ainda que só devam pagar os mais ricos. Procura-se remediar um problema destruindo o princípio ético-democrático do direito à educação (CHAUÍ, 2001, p. 37).

Apesar de os escritos de Chauí sobre a Universidade terem sido publicados em 2001, suas considerações continuam a permear a conjuntura política brasileira. Em 2016, o Ministro da Educação Mendonça Filho, defendeu a ideia da cobrança de cursos de pós-graduação *lato sensu* e de extensão pelas Universidades e votou a favor da PEC (Projeto de Emenda Constitucional) 395 com tal proposta quando era Deputado. Porém, a Câmara dos Deputados aprovou o arquivamento da proposta em março de 2017. Dessa forma, a privatização da Universidade Pública ainda é um fantasma que ronda os corredores do espaço público democrático.

Na interpretação de Chauí (2001), a aceitação acrítica da Universidade Pública, enquanto serva dos interesses do capital, promove ainda mais a lógica do Poder Executivo no sentido do “sucateamento” e privatização do (ensino) público. Sucateamento por conta da falta de investimentos em pesquisa, infraestrutura, Assistência Estudantil, bibliotecas, laboratórios etc e, privatização por conta do financiamento privado de pesquisas.

A aceitação dos financiamentos privados produz os seguintes efeitos principais: I- perda da autonomia ou liberdade universitárias para definir prioridades, conteúdos, formas, prazos e utilização das pesquisas, que se tornam inteiramente heterônomas; II- aceitação de que o Estado seja desincumbido da responsabilidade pela pesquisa nas instituições públicas; III- aceitação dos financiamentos privados como complementação salarial e fornecimento de infraestrutura para os trabalhos de investigação, privatizando a Universidade Pública; IV- desprestígio crescente das humanidades, uma vez que sua produção não pode ser imediatamente inserida nas forças produtivas, como os resultados das ciências (CHAUÍ, 2001, p. 39).

Pela análise de Chauí (2001), entende-se que a Universidade Pública reproduz os aspectos autoritários da sociedade brasileira quando reforça a divisão de classes entre carência e privilégios no interior da instituição. Esse fenômeno é verificado, também, na submissão dos conhecimentos produzidos na Universidade Pública à lógica neoliberal do mercado e no financiamento privado da pesquisa. Outra crítica da autora à Universidades Brasileiras reside no fato de que as mesmas tenham tomado o formato de guetos, divisões políticas e discórdias pessoais. Ela afirma ainda que a Universidade realiza um papel determinante para sua existência:

[...] criar incompetentes sociais e políticos, realizar com a cultura o que a empresa realiza com o trabalho, isto é, parcelar, fragmentar, limitar o conhecimento e impedir o pensamento, de modo a bloquear toda tentativa concreta de decisão, controle e participação, tanto no plano da produção material quanto no da produção intelectual (CHAUÍ, 2001, p. 46).

A reforma universitária, realizada a partir de 1968, por meio do Ato Institucional nº 5 e do Decreto nº 477, tinha como objetivos implantar um modelo administrativo às Universidades, refutando a ideia da autonomia universitária que era entendida como a liberdade de ensinar conteúdos prejudiciais à ordem social e à democracia. Essa autonomia ameaçava a ditadura militar, uma vez que formava uma juventude democrática e responsável e que poderia, a qualquer momento, viabilizar o retorno do movimento e de entidades estudantis combatidas pela ditadura (CHAUÍ, 2001, p. 47).

No início, a reforma universitária ocorreu para impedir a mobilização interna e externa e, também, para atender à demanda da classe média que apoiou o golpe de 64 e que cobrava do governo a ampliação de seus prestígios sociais por meio do acesso ao ensino superior.

Se outrora, a escola foi o lugar privilegiado para a reprodução da estrutura de classes, das relações de poder e da ideologia dominante, e se, na concepção liberal, a escola superior se distinguia das demais por ser um bem cultural das elites dirigentes, hoje, com a reforma do ensino, a educação é encarada como adestramento de mão-de-obra para o mercado. Concebida como capital, é um investimento e, portanto, deve gerar um lucro social. Donde a ênfase nos cursos profissionalizantes do ensino médio e nas licenciaturas curtas ou longas em ciências, estudos sociais e comunicação-expressão, no caso das Universidades (CHAUÍ, 2001, p. 52).

Dessa forma, com a reforma universitária, educação e saber são desvinculados fazendo com que a Universidade deixe de cumprir a tarefa de produzir e transmitir cultura. A Universidade passa a se resumir, num simples campo de treinamento da força de trabalho com o objetivo de sustentar o capital. Coutinho (2011) reforça essa ideia quando afirma que, a dita “modernização” inaugurada com a reforma universitária, contribuiu para ocultar o vazio cultural que é proveniente da formação técnico-formalista que esconde o esvaziamento social no ensino e nas obras geradas no âmbito universitário.

Além disso, seria ocioso lembrar o fato de que a generalização da “lógica” capitalista e monopolista no plano da cultura provoca um espontâneo privilegiamento do valor de troca sobre o valor de uso dos objetos culturais, o que abre caminho para a criação e difusão de uma pseudocultura de massas que, transmitindo valores alienados, serve como instrumento de manipulação das consciências a serviço da reprodução do existente (COUTINHO, 2011, p. 64).

Chauí (2001) faz muitos apontamentos críticos à reforma universitária. Porém, é importante enfatizar a crítica que a autora faz à burocratização da Universidade, uma vez que a burocracia segue na contramão da democracia o que inviabiliza qualquer tentativa de democratização da cultura no espaço universitário.

A administração burocrática na Universidade torna a vida cultural fragmentada. Coloca em separado a criação, a decisão e a execução de projetos e tarefas. Isso impede a visão do conjunto. É forma contemporânea da razão capitalista. Nessa lógica contemporânea do capital o que impera é a administração da coisa. Não importa o objeto ou a situação. Os princípios e o

vazio da administração se aplicam da mesma forma. Não existe diferença entre um tijolo, um computador e a cultura (CHAUÍ, 2001, p. 57).

Dessa maneira, a unificação administrativa e burocrática da Universidade significa, além da exterioridade entre direção e educação/cultura, a presença da tutela e vigilância estatais determinando a natureza do trabalho a ser executado. Ligados ao aparelho do Estado e desligados da coletividade universitária, os órgãos dirigentes reduzem o corpo docente, discente e funcionários à condição passiva de executantes de ordens superiores cujo sentido e finalidade devem permanecer secretos, pois é do sigilo que a burocracia recebe poder (CHAUÍ, 2001, p. 58).

3.1 UNIVERSIDADE E A DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA

A cultura na sociedade capitalista é vista como improdutiva e essa improdutividade deve ser compensada através da instrumentalização da mesma. De acordo com Chauí (2001), existem várias formas de instrumentalizar a produção cultural. Uma forma é a realizada pela educação, que atua no sentido de reproduzir as relações de classe quanto para “adestrar” a força de trabalho para o mercado. A outra forma de instrumentação da cultura é aquela que a transforma em algo de prestígio de quem a produz e de quem a consome. É a cultura concebida pela ótica da indústria cultural que mantém a cultura como valor em si e, ao mesmo tempo, não permite o acesso das massas de consumidores (CHAUÍ, 2001, p. 59).

A Universidade também instrumentaliza a cultura no entender de Chauí (2001). De acordo com ela, isso sucede quando a Universidade promove a confusão entre conhecimento e pensamento. Conhecer é se apropriar de determinados dados e ideias que constituem um saber. Pensar é refletir sobre algo novo que ainda precisa de formulação, algo que precisa de um trabalho reflexivo.

Em termos gerais, a noção de democracia não pode estar separada da ideia de espaço público, daí surge o objeto desta pesquisa que concebe que a Universidade Pública tem papel fundamental na democratização da cultura. Na contemporaneidade, o conceito de democracia foi ampliado e esta não é mais vista apenas como ligada a um sistema político-eleitoral, mas também como forma geral da existência social de uma sociedade, como um sistema onde predomina o princípio da isonomia (igualdade dos cidadãos perante a lei) em que o conflito é considerado legítimo e necessário.

De acordo com Chauí (2001), a democracia surge da noção de direitos e os diferencia entre privilégios e carência. Na definição da autora citada, privilégios são particulares e não podem ser generalizados nem universalizados para atender ao interesse comum. Se assim fossem deixariam de ser privilégios. Contudo, as carências são sempre específicas e particulares e não conseguem superar o interesse comum para tornarem-se direitos. Se assim fosse deixariam de ser carências. Chauí afirma ainda que esse é um problema central da sociedade brasileira onde as desigualdades se polarizam no meio social entre o privilégio (classe dominante) e as carências (classe dominada), o que dificulta a instituição e conservação da cidadania.

Diante dessa análise de Chauí (2001), pode-se identificar que a instituição da democracia no Brasil é fato difícil e complexo, pois a polarização entre privilégio e carência expressa a existência de uma sociedade onde o espaço público não consegue se constituir. Isso ocorre, pois a sociedade brasileira tem em suas marcas o autoritarismo onde o predomínio do espaço privado prevalece sobre o público, centrado na hierarquização das relações.

Dessa forma, assegurar a cultura como um direito é enfrentar a política neoliberal que não prevê a garantia de direitos, mas sim os serviços vendidos que fortalecem a política de mercado e a lógica dos privilégios. A democratização da cultura inaugura uma nova ideia de democracia. Chauí (2008) destaca que a sociedade se acomodou e vem aceitando o conceito neoliberal de democracia, que se limita a um regime da lei e da ordem com o objetivo de garantir os direitos individuais. No entender de Chauí (2008), essa definição de democracia indica que a liberdade é limitada à competição econômica chamada de “livre iniciativa”, assim como à disputa de partidos políticos nas eleições. Com isso, a democracia se reduz a um regime político eficaz, baseado apenas num conceito de cidadania organizada em partidos políticos. Tal cidadania é manifestada na escolha dos políticos no processo eleitoral. Apenas isso.

A mesma autora destaca o que de fato deve se apreender como democracia. Democracia ultrapassa a ideia de regime político. É, na verdade, a forma geral de uma sociedade. Nesse sentido, Chauí (2008) traça algumas características da democracia:

1. Democracia é a forma política onde o princípio da isonomia (igualdade de todos perante a lei) e o da isegoria (direito de todos de expor em público suas opiniões) é

aplicado, pois de fato, numa democracia, todos são iguais porque são livres. Ninguém está sob o domínio do outro e todos obedecem às mesmas leis. A sociedade dividida em classe é uma grande barreira para a implementação da democracia.

2. Na democracia o conflito é legítimo e necessário.
3. É a forma sócio política que busca soluções no princípio da isonomia e da isegoria, utilizando-se dos direitos econômicos, políticos, sociais e culturais, uma vez que é através desses direitos que os desiguais alcançam a igualdade, reivindicam a participação nos direitos existentes e criam novos direitos.

Dizemos, então, que uma sociedade - e não um simples regime de governo - é democrática quando, além de eleições, partidos políticos, divisão dos três poderes da república, respeito à vontade da maioria e das minorias, institui algo mais profundo, que é a condição do próprio regime político, ou seja, quando institui direitos e que essa instituição é uma criação social, de tal maneira que a atividade democrática social realiza-se como uma contrapoder que determina, dirige, controla e modifica a ação estatal e o poder dos governantes (CHAUÍ, 2008, p. 69).

Apreende-se, então, que a sociedade democrática estabelece direitos pela participação do campo social no fomento de direitos concretos, ao alargamento dos direitos já instituídos e à promoção de novos direitos. Com isso a democracia é aberta ao novo e à transformação. Pode se reinventar através do conflito e pode se alterar de acordo com sua necessidade prática. É nesse contexto que a ideia de cultura como direito ganha força. Se a democratização da cultura se realiza através do diálogo, do conflito, da reflexão crítica, da efetivação de direitos e da criação de novos direitos, a Universidade pode ser o *locus* de sua promoção.

Chauí (2006), ao fazer uma reflexão sobre cultura e Estado, da forma como essa relação ocorre no contexto brasileiro, afirma que ela é antidemocrática. Isso porque o Estado concebe a cultura como cultura oficial, ou seja, ele se apropria da criação cultural sob o ensejo de se estender o campo público cultural. Sendo assim, o Estado é apenas produtor de cultura.

A autora propõe dessa forma, a ideia de outra relação da cultura com o Estado, onde esta seria entendida como um dos elementos da cultura, ou seja, se tornaria uma das formas pelas quais a sociedade produz símbolos, signos e imagens de poder. O Estado passaria a ser produto da cultura e não produtor de cultura (CHAUÍ, 2006, p. 135).

Outra questão abordada por Chauí (2006) na relação cultura - Estado é o “tratamento moderno da cultura”. Na concepção do Estado, modernidade são os critérios e a lógica da indústria cultural. Ou seja, o Estado é o reproduzidor da cultura de acordo com os padrões do mercado. No entanto, Chauí defende que é possível recusar essa lógica tomando a cultural como campo de criação: “criação da imaginação, da sensibilidade e da inteligência que se exprime em obras de arte e obras de pensamento, quando buscam ultrapassar criticamente o estabelecido” (CHAUÍ, 2006, p. 135). A criação, enquanto campo específico da cultura, não pode ser determinada pela ótica do mercado, uma vez que não se reduz à condição de entretenimento ou passatempo.

É preciso não esquecer que, sob a lógica do mercado, a mercadoria “cultura” torna-se algo perfeitamente mensurável. A medida é dada pelo número de espectadores e de vendas, isto é, o valor cultural decorre da capacidade para agradar. Essa mensuração tem ainda outro sentido: indica que a cultura é tomada em seu ponto final, no momento em que as obras são expostas como espetáculo, deixando na sombra o essencial, isto é, o processo de criação (CHAUÍ, 2006, p. 136).

Tinhorão (2006) também alerta sobre essa realidade do mercado cultural. De acordo com o autor, essa nova realidade é reflexo da globalização que impõe novos padrões de cultura, voltados para uma ideologia diferente da vivenciada no cotidiano de determinada sociedade. Esses novos padrões de cultura atendem à classe média que, disposta a abandonar a lembrança da pobreza e do “atraso”, interpretam os produtos culturais oferecidos como algo moderno e sinônimo de algo bom e desejável.

Concluindo essa ideia, Chauí (2006) relaciona esse processo de criação da cultura ao trabalho. A cultura deve ser entendida como o trabalho da inteligência, da sensibilidade, da imaginação, da reflexão, da experiência e do debate. “Como trabalho, a cultura opera mudanças em nossas experiências imediatas, abre o tempo com o novo, faz emergir o que ainda não foi feito, pensado e dito” (CHAUÍ, 2006, p. 136).

Como já foi mencionado na primeira seção deste estudo, Gramsci (1979) entende que a função da sociedade civil é concretizar o papel da cultura na reprodução e na transformação de toda a sociedade. Tal fato pode mostrar-se através do sistema educacional em todas as suas fases. Da educação infantil ao ensino superior. Para ele o sistema educacional deixa de ser

apenas um campo de legitimação do poder da classe dominante e torna-se um campo de lutas entre várias concepções políticas e ideológicas.

Esse é o caso da Universidade enquanto instituição social e campo de conflitos que geram o saber. A Universidade deve superar o fato de ser vista apenas como uma estrutura que serve de sustentação à sociedade capitalista e neoliberal. Estrutura esta onde a reflexão teórico-filosófico-científica crítica, a ciência como busca da verdade, a educação prática de liberdade, educação em valores ético-morais e a educação como cultura são desvalorizados ou transformados em simples mercadorias.

Para que isso aconteça, Chauí (2003) reforça que o Estado deve considerar a Universidade como investimento social e político e não como gasto público. Sob essa ótica, entende-se que o mesmo deve se ratificar com a cultura. A cultura necessita ser democratizada e vista pelo Estado como investimento. Como um direito e não como um privilégio das elites. “É pela destinação do fundo público aos direitos sociais que se mede a democratização do Estado e, com ela, a democratização da Universidade” (CHAUÍ, 2003, p. 12). Diante dessa afirmação, infere-se que o mesmo vale para a cultura. É pelo investimento em cultura que se mede a democratização da mesma.

No âmbito da Universidade, o investimento em cultura é o investimento no protagonismo dos estudantes enquanto criadores de símbolos e manifestações culturais. Permeiam hoje na Universidade inúmeros grupos, coletivos e movimentos sociais e culturais que, para ampliarem seus debates, suas reflexões críticas, suas produções artísticas e intelectuais, necessitam de apoio logístico e instrumental para efetivar essas formas de expressão. É preciso viabilizar a participação desses grupos, porém de forma indireta. Sem moldar, sem influenciar, sem massificar a cultura.

A democracia cultural na Universidade deve apresentar-se através do investimento no trabalho de criação cultural dos estudantes. Isso pode ocorrer, por exemplo, através de chamadas públicas para apoio a projetos estudantis no âmbito da cultura. Todavia, qualquer política dirigida a estudantes deve ser dialogada e construída com os mesmos, pois é, também, através da participação ativa dos estudantes que a democracia é efetivada.

Nesse sentido, as concepções de Chauí sobre o direito à cultura e à cidadania cultural ganham força, e servem de exemplo para a implementação de uma política de democracia cultural no âmbito da Universidade. Na Universidade, o povo, o popular é o público estudantil que traz consigo a bagagem histórica de suas raízes e tradições. Dessa forma, na Universidade há o entrelaçamento das culturas.

Aqui se cruzam as principais questões deste trabalho: cultura, educação como cultura e democratização da cultura e Universidade. A Universidade, enquanto lugar da diversidade cultural, deve propiciar a participação dos estudantes nas decisões sobre a política cultural da instituição, promovendo diálogos, espaços para expressão individual e coletiva e momentos para troca de saberes, costumes e símbolos.

O estudante precisa ter a liberdade de expressão garantida no espaço universitário e essa expressão pode impulsionar uma reflexão crítica na gestão da Universidade, de modo que esta se reinvente, pois é disso que a cultura sobrevive. A cultura só se realiza com a liberdade. A Universidade necessita ser espaço de educação libertadora e educação para a liberdade.

Pensávamos numa alfabetização direta e realmente ligada à democratização da cultura, que fosse uma introdução a esta democratização. Numa alfabetização que, por isso mesmo, tivesse no homem, não esse paciente do processo, cuja virtude única é ter mesmo paciência para suportar o abismo entre sua experiência existencial e o conteúdo que lhe oferecem para sua aprendizagem, mas o seu sujeito. Na verdade, somente com muita paciência é possível tolerar, após as durezas de um dia de trabalho ou de um dia sem “trabalho”, lições que falam de ASA — “Pedro viu a Asa” — “A Asa é da Ave”. Lições que falam de Evas e de uvas a homens que às vezes conhecem poucas Evas e nunca comeram uvas. “Eva viu a uva”. Pensávamos numa alfabetização que fosse em si um ato de criação, capaz de desencadear outros atos criadores. Numa alfabetização em que o homem, porque não fosse seu paciente, seu objeto, desenvolvesse a impaciência, a vivacidade, característica dos estados de procura, de invenção e reivindicação (FREIRE, 1967, p. 104).

Porém, como dizia Paulo Freire, “ficar longe do Povo é uma forma de ficar contra ele”. A Universidade pode seguir o exemplo das práticas de Paulo Freire e ficar perto dos estudantes e não contra eles. Isso quer dizer que a Universidade deve desenvolver e estimular a participação dos estudantes, construindo no âmbito coletivo a democracia cultural.

Há de aprender também com Freire que a cultura deve ser parte do processo educativo e ter como foco a conscientização como meio de libertação. Libertação no sentido de ver-se livre

da prisão da cultura de massa, da indústria cultural, do entretenimento. A Universidade deve ser promotora do trabalho criativo.

A Universidade deve utilizar-se de sua autonomia para implantar, mesmo que, no âmbito administrativo, a ideia da democracia cultural enquanto política institucional. A autonomia universitária deve ser utilizada também para combater a lógica neoliberal da indústria cultural. É fomentar a criação dos estudantes e lhes possibilitar o acesso aos bens culturais existentes na instituição (teatros, cinemas, livrarias e galerias de arte). É a mercadoria cultura e valorizar a cultura criada como forma de expressão dos estudantes.

Diante do exposto, pode-se considerar que assegurar o direito à cultura e democratizar o acesso à mesma é sim um papel primordial da Universidade, uma vez que esta tem indiscutível responsabilidade social na produção científica, tecnológica, econômica, social e cultural da sociedade. A Universidade deve utilizar-se de sua autonomia para difundir a cultura e assegurá-la como direito tanto para os membros de sua comunidade universitária assim como para o restante da sociedade. A Universidade pode ser um grande palco por meio do qual a ideia de cultura ganha sentido de instrumento de reflexão e conscientização, politização e libertação.

A partir do que foi supracitado, é possível concluir que a Universidade desempenha um papel fundamental na democratização da cultura embora o próprio sistema capitalista coloque inúmeros obstáculos para que isso decorra de forma efetiva. É possível observar que há uma relação direta e inquestionável entre cultura, educação e Universidade que, por si só, se correlaciona com a questão da democratização do conhecimento e das culturas.

Dessa forma, a cultura pode ser entendida como educação e, indo além, como prática de educação transformadora e libertadora através do protagonismo do estudante no âmbito da Universidade. A Universidade enquanto produtora do saber científico, crítico e reflexivo é lugar da democratização.

4 UM POUCO DE HISTÓRIA: SITUANDO A UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Nesta seção o objetivo é conhecer melhor a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Pública onde exerço minhas atividades profissionais como assistente social, desde agosto de 2008, portanto, esse fato justifica a delimitação dessa instituição para ser o *locus* da pesquisa. Serão analisados também os documentos oficiais da UFES na perspectiva da cultura, ou seja, como a cultura é evidenciada em tais documentos. A parte final da seção refere-se à Assistência Estudantil da UFES como forma de basear a seção seguinte que tratará de modo específico do Auxílio Cidadania Cultural, implementado em 2017, pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania.

A Universidade Federal do Espírito Santo surge em função do processo de urbanização e industrialização do estado do Espírito Santo em meados da década de 1950. A crise e a decadência do café – uma das principais atividades econômicas do estado à época, já dava sinais de que não promoveria o desenvolvimento econômico e social no estado. Fazia-se necessário criar novos cenários de possibilidades para o estado do Espírito Santo, que passava por uma transição econômica. Dessa forma, o Governador Jones dos Santos Neves apostou na ideia de que a criação de uma Instituição Pública de Ensino Superior poderia ser capaz de acelerar esse processo de transição no Espírito Santo (BORGGO, 2014).

Durante sua gestão (1951-1955), foram criadas diversas faculdades isoladas como a Escola Politécnica; a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; a Escola de Belas Artes, todas em 1951; o Instituto de Música, em 1952; além da Faculdade de Odontologia, da Escola de Auxiliares de Enfermagem e o Instituto de Tecnologia, no ano seguinte. Em paralelo a essas ações, o Governador já articulava a reserva de um terreno para a instalação de uma Universidade Pública no estado. Dessa forma, em 1953, foi criado o Conselho de Ensino Superior, que, naquele ano, propôs um anteprojeto de lei de criação da instituição de ensino. Em abril de 1954, enfim, a Assembleia Legislativa aprova o projeto e, em 05 de maio de 1954, o governador Santos Neves sanciona a Lei nº 806 (BORGGO, 2014).

É criada, então, a Universidade do Espírito Santo, que passava a reunir a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; a Escola de Medicina, a Faculdade de Odontologia, a Escola de

Química Industrial e Farmácia, a Escola Politécnica, a Escola de Música e a Escola de Belas Artes. Em 22 de maio, foi nomeado como primeiro reitor o Prof. Ceciliano Abel de Almeida e, no dia 26, a Universidade foi instalada oficialmente (BORGIO, 2014).

Seguidos quatro anos de sua fundação, a Universidade do Espírito Santo enfrentava sérios problemas para se consolidar: não era reconhecida pelo Ministério da Educação, sua instalação era precária e a luta para se tornar uma instituição federal estava difícil de ser vencida. Apenas em 1961, o Presidente da República Juscelino Kubitschek sancionou a lei que criava a Universidade Federal do Espírito Santo. A partir desse ponto, começou-se a idealizar a integralização de todas as faculdades em um só local e, ao final da década de 1960, o Governo Federal desapropriou um terreno onde hoje está situado o maior *campus* da UFES, o *campus* Goiabeiras (BORGIO, 2014).

Nos primeiros anos, a gestão da UFES concentrou-se em estruturar a instituição acadêmica e administrativamente e o primeiro passo foi a aprovação de seu Estatuto, em 1961, seguido da instituição do Conselho Universitário em 1963. A estruturação administrativa fundou quatro subreitorias: Administrativa, Acadêmica, Planejamento e Desenvolvimento, e Comunidade Universitária, além da Superintendência da Planta Física. A partir de 1976, a UFES implanta a nova estrutura acadêmica e administrativa inspirada em polêmica legislação de 1968 que implantou a reforma universitária. Inicia-se, também, a interiorização da Universidade com o Centro Agropecuário nos municípios de Alegre e São José do Calçado no sul do Estado (atual *campus* Alegre), e a criação da Coordenação Universitária do Norte do Estado, nos municípios de São Mateus e Nova Venécia (atual Centro Universitário do Norte do Espírito Santo – CEUNES) (BORGIO, 2014).

A década de 1970 foi de intensa participação política na UFES. A comunidade acadêmica se junta ao movimento de resistência democrática que mobilizava a sociedade capixaba e brasileira, e se destaca como numa das principais marcas de resistência ao regime militar no Espírito Santo. Na Universidade, aconteceram grandes mobilizações para reivindicar o fortalecimento do ensino público e gratuito, a democracia e a liberdade de expressão, anistia aos presos políticos, fim da repressão e o direito de organização. O movimento estudantil nacional se fortaleceu ainda que em meio à forte repressão. Na UFES, em 1978, o Diretório Central dos Estudantes (DCE), que estava extinto pela ditadura, é reconstituído e começa a coordenar expressivas manifestações em defesa da educação pública e da democracia.

Como qualquer instituição pública, a UFES teve sua histórica marcada e entrelaçada pelo contexto histórico, político e econômico. Aos poucos foi se organizando e se consolidando enquanto instituição pública. No contexto atual, possui quatro *campi*: Goiabeiras, Maruípe, Alegre e São Mateus. Oferece 102 cursos de graduação presencial, com um total de 5.249 vagas anuais. Na pós-graduação possui 48 cursos de mestrado acadêmico, oito de mestrado profissional, e 26 de doutorado. Possui um quadro de 1.570 professores efetivos, 2.049 técnico-administrativos, 19 mil estudantes matriculados na graduação e 3.180 na pós-graduação (BORGGO, 2014).

A organização e o funcionamento da Universidade estão dispostos nos seus normativos: Estatuto, Regimento Geral e Regimentos dos Centros. Administrativamente, a UFES é constituída pela Reitoria, que conta com sete Pró-Reitorias; de Administração (PROAD); de Extensão (PROEX); de Gestão de Pessoas (PROGEP); de Assuntos Estudantis e Cidadania (PROAECI); de Graduação (PROGRAD); de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG); de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN); pela Superintendência de Cultura e Comunicação (SUPECC); e por três Secretarias: de Avaliação Institucional (SEAVIN); de Ensino a Distância (SEAD); e de Relações Internacionais (SRI). A administração é constituída, ainda, pelas Assessorias e pelos Conselhos Superiores: Conselho de Curadores, Conselho Universitário e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Também é constituída pelos dez Centros Acadêmicos, que são unidades acadêmico- administrativas:

- Centro de Artes - CAr;
- Centro de Ciências da Saúde - CCS;
- Centro de Ciências Agrárias e Engenharias - CCAE;
- Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde – CCENS;
- Centro de Ciências Exatas - CCE;
- Centro de Ciências Humanas e Naturais - CCHN;
- Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - CCJE;
- Centro de Educação - CE;
- Centro de Educação Física e Desportos - CEFD;
- Centro Tecnológico - CT;
- Centro Universitário Norte do Espírito Santo - CEUNES.

Ainda fazem parte da estrutura organizacional da UFES os Órgãos Suplementares vinculados à Administração Central: Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal do Espírito Santo (SIB/UFES), Hospital Universitário Cassiano Antonio Moraes (HUCAM), Instituto de Odontologia (IOUFES), Instituto de Inovação Tecnológica (INIT), Instituto de Tecnologia da UFES (ITUFES), Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) e Prefeitura Universitária (PU).

4.1 A PERSPECTIVA DA CULTURA NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

4.1.1 O Estatuto da UFES

O Estatuto da UFES, em vigor, foi aprovado pelo Conselho Universitário e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 20 de dezembro de 2012. É importante ressaltar que, de acordo com o Artigo 141º do Estatuto, o mesmo deverá ser revisado a cada quatro anos. Aliás, encontra-se em fase de revisão no momento atual.

Em resumo, o Estatuto da UFES a descreve como Instituição Federal de ensino superior de domínio e cultivo do saber humano, de natureza autárquica, em regime especial e que goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e que obedece ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. É importante destacar nessa descrição a questão da autonomia universitária.

No entender de Chauí (2003), a Universidade Pública é fundada no reconhecimento de legitimidade que lhe atribui autonomia perante outras instituições sociais, conferindo-lhe normas, regras e valores próprios “na ideia de um conhecimento guiado por sua própria lógica, por necessidades imanentes a ele, tanto do ponto de vista de sua invenção ou descoberta como de sua transmissão” (CHAUÍ, 2003, p. 05). A autora pontua ainda que a autonomia não deve ser interpretada apenas pelo ponto de vista da gestão universitária. É preciso que essa autonomia permeie também as normas de formação, docência e pesquisa, ou seja, a autonomia deve ser construída com base nas necessidades institucionais, observados os projetos e metas, a condução administrativa, financeira e patrimonial.

As recomendações de CHAUÍ (2003) são bem evidentes no Estatuto da UFES, o que assegura à Universidade outras atribuições, como as destacadas abaixo:

- I. Criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior, observadas as normas gerais pertinentes;
- II. Fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;
- III. Estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;

No entanto, nestes tempos de crise da democracia, a autonomia universitária passa por sérias ameaças, uma vez que os acontecimentos políticos atuais convergem para a tentativa de imposição de um pensamento único enraizado nas instituições brasileiras, baseado principalmente na hegemonia do capital e no desmantelamento das políticas públicas.

O que de fato requer análise nessa parte da pesquisa é como a questão da cultura é tratada no Estatuto da UFES. Dessa forma, foi observado que o termo aparece logo no Capítulo II, que trata da Finalidade, dos Objetivos e das Funções.

Art. 4º A Universidade tem por finalidade¹⁶:

- I. Estimular a **criação cultural** e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- [...]
- III. Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e **difusão da cultura**, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

¹⁶ Observei que tais fins estão de acordo com os propostos pela Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96).

- IV. Promover a **divulgação de conhecimentos culturais**, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V. Suscitar o desejo permanente de **aperfeiçoamento cultural** e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- [...]
- VII. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à **difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural** e das pesquisas científica e tecnológica geradas na instituição.

Nesse ponto, suponho ser necessário retornar à principal questão abordada na seção 1 deste trabalho, o conceito de cultura, e observar como este se configura no Estatuto da UFES. Para iniciar tal análise grifei o termo e o contexto em que este aparece.

Através do acúmulo de leitura sobre cultura norteada pela concepção marxista, entendo que “criação cultural” (inciso I) é a criação do sentido das coisas. É o ato em que o ser social representa seu modo de pensar e agir e transformar a natureza em cultura através do seu trabalho. Criação cultural é aqui compreendida como oriunda do povo, como aquela que rompe com a cultura conservadora, repetitiva e conformista. É a criação cultural inovadora, crítica e transformadora. No âmbito da Universidade Pública, a criação cultural deve estar atrelada ao trabalho crítico e reflexivo em oposição à ordem neoliberal. A autonomia universitária pode favorecer e estimular a criação cultural através da negação da massificação da cultura, padronização dos modos de ser, vestir, morar, falar. “Na criação artística ou cultural em geral, “não há salvação” para o criador se ele não se comprometer radicalmente com os valores e princípios que considera os mais adequados à sua personalidade enquanto criador (COUTINHO, 2011, p. 35)”.

Sobre isso, Silva (2001) escreve que as Universidades Públicas que alcançam graus elevados de excelência são as que não abrem mão de sua autonomia e independência. São as que não se

rendem à lógica do mercado. São as que não formam pessoas apenas para o mercado de trabalho, mas, sobretudo as que estimulam seus alunos a fazerem uma leitura crítica da realidade o que causa uma ruptura com o pensamento neoliberal.

E por não estar limitada pelas injunções do mercado é que a Universidade pública pode cumprir o seu papel histórico e social de produção e disseminação do conhecimento, e também manter com a cultura uma relação intrínseca que se manifesta numa possibilidade de reflexão que foge aos moldes do compromisso imediatamente definido pelas pressões de demanda e de consumo (SILVA, 2001, p. 299).

Em relação à questão de cultura abordada, no Inciso III, “Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e **difusão da cultura** [...]” entendo que esta remete à relação entre educação e cultura também já abordada neste trabalho. Já foi mencionado que Gramsci (1979) define cultura como a forma de organização e expressão da consciência humana. “É tomada de posse da própria personalidade” (GRAMSCI, 1979, p. 53). O autor afirma também que a consciência do valor próprio não surge de forma simples. É por meio da reflexão inteligente, estimulada pelo processo educativo.

Inferi das palavras do Inciso III que a UFES tem a função de incentivar essa “reflexão inteligente” através da investigação, da pesquisa e da crítica. No pensamento gramsciano a crítica é vista como cultura. A cultura vai além do acúmulo intelectual e do saber enciclopédico. É o que Gramsci (1982) chama de “escola criadora” que deve contribuir para desenvolver a autonomia intelectual dos indivíduos e ter como objetivo a expansão da personalidade crítica.

Assim, escola criadora não significa escola de “inventores e descobridores”; ela indica uma fase e um método de investigação e de conhecimento, e não um “programa” predeterminado que obrigue à inovação e à originalidade a todo custo. Indica que a aprendizagem ocorre notadamente graças a um esforço espontâneo e autônomo do discente, e no qual o professor exerce apenas uma função de guia amigável, como ocorre ou deveria ocorrer na Universidade. Descobrir por si mesmo uma verdade, sem sugestões e ajudas exteriores, é criação (mesmo que a verdade seja velha) e demonstra a posse do método; indica que, de qualquer modo, entrou-se na fase da maturidade intelectual na qual se pode descobrir verdades novas (GRAMSCI, 1979, p.124-125).

Uma concepção mais tradicional e clássica do conceito de cultura também aparece no Estatuto da UFES. No Inciso IV, onde se lê “Promover a **divulgação de conhecimentos culturais,**

científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade [...]”, é possível interpretar que conhecimentos culturais significam conhecimentos e saberes acumulados através da história pela humanidade no decorrer dos tempos. São expressões, costumes, crenças, práticas comuns, normas, rituais e maneiras de ser e agir que predominaram épocas determinadas. Pode-se incluir também em conhecimento cultural as obras de arte, música, dança, teatro, cinema e folclore em geral. É o que passa de uma geração para outra.

O conhecimento cultural não é menos e nem mais importante do que o pensamento crítico e reflexivo cultural. Portanto, o cuidado que a Universidade Pública precisa ter é o de não estimular a cultura de massa, a prática da cultura dominante. A Universidade Pública pode se valer de sua autonomia para estimular a prática cultural livre das regras de mercado e da indústria cultural. Sustentar sua autonomia para que o conhecimento cultural seja definido e apropriado por meio da reflexão crítica da cultura. A cultura não pode ser “entregue” pronta aos discentes, mas sim propiciada em espaços de criação de conhecimento cultural através da reflexão, da apropriação intelectual, da crítica e do debate.

Por isto a Universidade como instituição pública pode assumir a função de garantir o efetivo caráter público de que em princípio se revestem os bens de cultura historicamente legados ao presente, à medida em que estes não se apresentem como produtos que as organizações comerciais de ensino possam vender no mercado (SILVA, 2001, p. 303).

Não pretendo defender aqui a ideia de que a transmissão do conhecimento cultural tradicional não seja importante. O que vale alertar é que a Universidade Pública não deve ser reprodutora da cultura dominante. A opressão de classe, através da cultura, necessita ser rompida também nos muros da Universidade. Como mencionado, na seção 1 deste trabalho, a cultura dominante é o *locus* onde a exploração econômica, dominação política e exclusão social ganham legitimidade. Munida de sua autonomia, a Universidade Pública pode romper com as formas de cultura alienada, de forma a recusar os padrões impostos pela elite e pela lógica do capital. É papel da Universidade estimular a criação de uma cultura autêntica através do apoio ao protagonismo estudantil.

A questão da cultura aparece em quase todo o Estatuto da UFES. Conclui que, no contexto formal, há uma preocupação da instituição com a questão da criação e difusão cultural. Por exemplo, assegura que poderá ter unidades administrativas e órgãos suplementares de

natureza cultural. O Estatuto enfatiza também sobre o dever dos cursos de graduação, o compromisso com a formação cultural dos estudantes.

Enfim, a UFES, enquanto instituição pública, direciona seu Estatuto no sentido de promover o desenvolvimento social, político, econômico e tecnológico, assim como visa exercer um papel fundamental na promoção de uma visão crítica em seus discentes. Porém, ao refletir sobre a metáfora utilizada por Cohen (1972) que diz: a Universidade é uma “anarquia organizada¹⁷”, entendo que é cada vez mais complexo colocar em prática as propostas do Estatuto em sua totalidade. Uma das razões pode ser o grande número de departamentos, centros de ensino e setores administrativos. Cada qual funcionando com suas normas e filosofia. Dessa forma, é cada vez mais difícil a práxis de uma política institucional que todos compreendam e sigam.

A título de conclusão, a melhor forma de motivar a criação de cultura na Universidade Pública é o investimento no protagonismo dos estudantes, enquanto criadores de símbolos e manifestações culturais, conforme já foi citado. A gestão, os professores e demais servidores precisam atuar no sentido da garantia da liberdade de expressão no espaço universitário. Expressão que propicie o debate e a crítica, pois é disso que a cultura sobrevive. A cultura se consolida com a liberdade e a Universidade precisa se esforçar para promover uma política institucional que atue como espaço de educação libertadora e educação para a liberdade.

4.1.2 O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2015-2019

Inicialmente é importante entender o que é um Plano de Desenvolvimento Institucional e para que serve. O objetivo do PDI é definir e sistematizar a missão, o diagnóstico estratégico, a visão de futuro, os objetivos e projetos estratégicos da Universidade para os próximos cinco anos. O PDI possibilita criar uma referência para a condução das ações institucionais, além de permitir seu monitoramento e avaliação. Sua finalidade principal é proporcionar o ambiente ideal para o desenvolvimento da instituição.

Um dos mais importantes instrumentos de planejamento de uma gestão, o PDI quando bem conhecido e seguido por toda a comunidade universitária (servidores docentes e técnicos e estudantes), mostra-se eficaz para a implementação de políticas, ações e metas institucionais.

¹⁷ Característica de uma organização na qual os recursos disponíveis permitem que as pessoas sigam em diferentes direções sem coordenação de uma autoridade central.

Porém, a realidade apresentada é que muitos que atuam na cena universitária sequer conhecem o documento. Essa falta de engajamento dificulta e muito as atividades-fim da instituição que são o ensino, a pesquisa e a extensão.

É necessário demonstrar o que a UFES definiu como Missão, Visão e Valores para verificar se a cultura está presente nesses elementos e como ela é retratada. Dessa forma, segue abaixo o texto extraído do PDI 2015-2019:

Missão
Gerar avanços científicos, tecnológicos, educacionais, culturais e sociais, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, produzindo, transferindo e socializando conhecimentos e inovações que contribuam para a formação do cidadão, visando ao desenvolvimento sustentável no âmbito regional, nacional e internacional.
Visão
Ser reconhecida como instituição pública de excelência nacional e internacional em ensino, pesquisa e extensão, integrada à sociedade e comprometida com a inovação e o desenvolvimento sustentável.
Valores
São definidos como valores da UFES: <ul style="list-style-type: none"> • Comprometimento e zelo com a Instituição; • Defesa da Universidade gratuita como bem público; • Busca permanente da excelência no ensino, na pesquisa, na extensão e na gestão; • Atuação calcada nos princípios da ética, da democracia e da transparência; • Respeito à justiça, à equidade social, à liberdade de pensamento e de expressão; • Compromisso com a coletividade, a pluralidade, a individualidade e a diversidade étnica e cultural; • Responsabilidade social, interlocução e parceria com a sociedade; • Preservação e valorização da vida; • Gestão participativa.

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional UFES 2015-2019

Assim como visto no Estatuto da UFES, a questão da cultura aparece na Missão e nos Valores da instituição. O “gerar” avanços culturais está atrelado a todas as atividades-fim: ensino, pesquisa e extensão. Ao refletir sobre a questão de “gerar”, percebi o retorno à questão da liberdade de expressão, do debate, da crítica e da produção de cultura e conhecimento que foram discutidas nesta dissertação. Mas o que seriam “avanços culturais”? Seria uma evolução nos métodos de produção de obras de arte, de composições musicais? Ou seria a apropriação de conhecimento cultural por parte dos discentes? Na minha concepção, a segunda resposta é a correta. A apropriação e a criação da cultura por parte dos indivíduos

pode provocar o rompimento com um vazio cultural proveniente da formação técnico-formalista escondido nas obras geradas no âmbito universitário.

A administração burocrática na Universidade torna a vida cultural fragmentada. Separa a criação, a decisão e a execução de projetos e tarefas. Tal organização impede a visão da totalidade. Nessa lógica contemporânea do capital, o que impera é a administração da coisa. Não importa o objeto ou a situação. Os princípios e o vazio da administração se aplicam da mesma forma. Não existe diferença entre um tijolo, um computador e a cultura. Assim sendo, as obras geradas pelos discentes passam a ser reflexos do conhecimento transmitido pelos professores e não fruto de seu trabalho crítico, de sua vivência e de sua personalidade. Como mencionado, conhecer é diferente de pensar. Pensar é refletir sobre algo que ainda precisa ser criado, algo que precisa de um trabalho reflexivo. Conhecer é apropriar-se do que existe, do que é pronto.

Diante do exposto, acredito que avanço cultural é despertar e desenvolver nos indivíduos a capacidade de pensar de forma crítica, de criar. Na concepção deste trabalho, avanço cultural no espaço da Universidade Pública é “criação da imaginação, da sensibilidade e da inteligência que se exprime em obras de arte e obras de pensamento, quando buscam ultrapassar criticamente o estabelecido” (CHAUÍ, 2006, p. 135).

Nos Valores estabelecidos no PDI, também observei a questão “cultura” bem demarcada, quando se fala em liberdade de pensamento e expressão. Cultura é em si mesma liberdade de pensamento e expressão. Como já dito, cultura é a personalidade de cada indivíduo expressa de diferentes formas. Seja em obras de arte, música, dança dentre outras. A liberdade de expressão – entendida num sentido amplo, onde se inclui a palavra escrita, as peças teatrais, os filmes, vídeos, as fotografias, as músicas, as pinturas, entre outros – é um direito consagrado no artigo 19.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948)¹⁸.

O termo “liberdade de pensamento e expressão”, mencionado no PDI, revela um grau de grande responsabilidade da instituição para com a questão. A UFES ao definir a liberdade como valor assume para si o compromisso para com a liberdade de explorar, de descobrir e

¹⁸ Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão (Declaração Universal dos Direitos do Homem, Art. N° 19).

divulgar o que é conhecido, aprendido, pensado ou sentido. Dessa forma, assume também o compromisso com a criação cultural e com a democratização da cultura. A Universidade Pública, e por ser pública, deve estar especialmente responsabilizada por respeitar o direito à livre opinião. Universidade e liberdade de expressão são conceitos interligados, pois esta agrega diversos grupos e modos de pensar. Por ser o “Lugar da Diversidade¹⁹” o respeito à liberdade de pensamento e expressão deve ser, cada vez mais, estimulado dentre seus membros e a comunidade externa.

Outro ponto do PDI que merece ser discutido aqui é em relação à postura dos servidores da UFES, onde a instituição afirma que a cultura é um de seus valores mais importantes. Em termos de cultura de acordo com o PDI, os servidores devem contribuir para a criação cultural, para o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo dos estudantes. Os servidores devem também buscar o aprimoramento cultural de forma a contribuir para o desenvolvimento institucional.

Os gestores também têm sua atribuição em relação à cultura na UFES. Além de promover a difusão do saber científico e cultural, estes devem propiciar o contínuo aperfeiçoamento cultural de toda a comunidade universitária. Uma das ações observadas que vão ao encontro desse compromisso é a criação, em 2012, da Superintendência de Cultura e Comunicação – SUPECC. Assim como o Estatuto da UFES, o PDI também destaca a importância dos bens culturais no âmbito universitário. A SUPECC tem como objetivo principal ampliar e democratizar o acesso à cultura através do gerenciamento dos espaços culturais da UFES.

Quanto aos princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais, que norteiam as práticas acadêmicas da Instituição, o PDI destaca a cultura como compromisso do Ensino, da Extensão e da Assistência Estudantil. Porém, o acesso à cultura é mais destacado nessa última que tem um compromisso importante com a democratização da cultura como evidenciado na estratégia do PDI – Fomento à cultura, ao esporte e ao lazer. Dentre os projetos estratégicos, destacam-se os de promoção da cultura como: proposta de construção de conchas acústicas nos campi e criação de circuito cultural multicampi. Nenhuma das duas propostas foi executada até o momento, porém outras ações foram desenvolvidas no âmbito cultural como será destacado a seguir.

¹⁹ Campanha de boas-vindas de 2015 com o slogan “UFES, lugar da diversidade” para incentivar o respeito à diversidade e à pluralidade de ideias.

4.2 O PLANO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFES

Antes de analisar e dissertar sobre o Plano de Assistência Estudantil da UFES é necessário voltar um pouco na história e conhecer a trajetória da Assistência Estudantil, saber como tudo começou, conhecer o histórico das lutas e das conquistas em âmbito nacional.

O tema da Assistência Estudantil não é novo, embora tenha ganhado destaque nas Universidades Públicas a partir da década de 1990. Observei que a reivindicação principal dos estudantes era baseada no tripé moradia, alimentação e transporte. Essa questão está evidenciada no Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, que versava sobre o ensino superior no Brasil, e dentro do quesito “beneficência” havia previsão de concessão de bolsas de estudo aos estudantes reconhecidamente pobres e recomendados pela sua aplicação e inteligência. Ainda nos anos 1930, foi criada a Casa do Estudante do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, que era “[...] entidade sem fins lucrativos, de cunho beneficente, que tinha por objetivo auxiliar os estudantes carentes” (ARAÚJO, 2007, p. 23). Na Casa do Estudante, funcionava um restaurante popular que atendia os estudantes pobres da cidade.

Em 1934, foi elaborada a nova Constituição Federal que indicava em seu Artigo 157 que a União e os Estados deveriam direcionar parte de seus patrimônios para estruturar um Fundo para a educação e, também, que parte desse Fundo seria destinado ao pagamento de auxílios para os estudantes tidos como necessitados, com fornecimento gratuito de material escolar, bolsa de estudo, assistência médica, dentária e alimentar (BRASIL, 1934).

Mais adiante, a Constituição Federal de 1946, no art. 172, tornou obrigatória a assistência ao estudante para todos os sistemas de ensino: "Cada Sistema de Ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar" (BRASIL, 1946).

Em 1961, foi homologada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB. A lei previa recursos financeiros para a educação, visando a assegurar uma garantia da Constituição Federal de 1946. A LDB também indicava que os sistemas de ensino deveriam fornecer assistência social, médica, odontológica e de enfermagem aos estudantes – art. 90 (BRASIL, 1961).

A questão da Assistência Estudantil não avançou devido à ditadura militar imposta. O debate voltou a ganhar força nas Universidades Públicas, somente na década de 1980, que foi marcada pelo início do processo de redemocratização da sociedade brasileira, com a abertura política pós-ditadura militar, caracterizado pelo movimento das Diretas Já e a aprovação da nova Constituição de 1988.

Desde meados de 1984, os Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) já se reuniam para discutir sobre as políticas de permanência e apoio aos estudantes. Por meio de encontros regionais e nacionais, foram gerados documentos onde as preocupações eram expostas, visando à permanência dos estudantes nas Universidades, dentro de condições mínimas necessárias ao ensino de boa qualidade. Nos vários documentos gerados, sempre houve a insistência da necessidade de definição de políticas de ação, por parte do MEC, que atendessem as posições definidas pelos Pró-Reitores.

Em Belo Horizonte, nos dias 26 e 27 de agosto de 1987, aconteceu a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários (FONAPRACE), o qual passaria a representar, de forma oficial e permanente, os Pró-Reitores da área. Esse Fórum ficaria ainda encarregado de discutir, elaborar e propor ao MEC a política de Promoção e Apoio ao Estudante.

É importante frisar que a UFES já participou do FONAPRACE, inclusive sediando o encontro da região sudeste por duas vezes: 2010 e 2013. Atualmente a participação não é ativa por falta de recursos para custear diárias e passagens aos representantes da instituição.

Conforme citado, o FONAPRACE tinha como objetivo discutir, elaborar e propor uma política de promoção e apoio ao estudante. Para tanto, foi realizada uma pesquisa que visou levantar o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das Universidades Públicas Federais Brasileiras. Foram entrevistados 327.000 estudantes de graduação e destes 14% apontou as dificuldades socioeconômicas como uma das causas externas de evasão e retenção nas Universidades (FONAPRACE, 2001).

Para responder aos desafios apontados nessa pesquisa, o FONAPRACE elaborou em 2001, o Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições de Ensino Superior Públicas (PNAES). O texto foi encaminhado para o Congresso Nacional como proposta de lei, tendo como objetivo geral a definição de verbas específicas destinadas à manutenção da assistência ao estudante, na matriz orçamentária anual do MEC, para cada Instituição Pública Federal de Ensino Superior (FONAPRACE, 2001). Seis anos depois, foi homologada a Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, que institui o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Em 19 de julho de 2010, foi aprovado o Decreto nº 7.234 que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil, representando os grandes norteadores das ações que vêm sendo desenvolvidas até hoje nas Universidades Federais.

A Assistência Estudantil pode ser definida como um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações que garantam o acesso, a permanência e a conclusão de curso de graduação dos estudantes de baixa renda das IFES, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, agindo de forma preventiva, nas situações de retenção e evasão, decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Neste contexto, sobre as Universidades, podemos dizer que, genericamente, sem perder de vista as experiências e iniciativas diferenciadas, a assistência deve ser entendida como um espaço de ações educativas e de construção do conhecimento, e considerada no plano institucional-orçamentário das IFES, uma questão de investimento, garantindo recursos para a sua execução. É fundamental articular as ações ao processo educativo. Para que a Universidade brasileira forme cidadãos qualificados e comprometidos com a sociedade e com a sua transformação, deve assumir as questões sociais no seu cotidiano, tornando-se espaço de vivência e cidadania. Outrossim, a Política Social de Assistência Estudantil nas IFES, como parte do processo educativo, deverá articular-se ao ensino, à pesquisa e à extensão. Permeiar essas três dimensões do fazer acadêmico significa viabilizar o caráter transformador da relação Universidade e Sociedade. Inserir-na na práxis acadêmica e entendê-la como direito social é romper com a ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor e das concessões do Estado (FONAPRACE, 2007, p. 5-6).

Dentro e baseado nesse contexto, é elaborado, em 2009, o Plano de Assistência Estudantil da UFES. Vale evidenciar que o documento foi elaborado e proposto pela equipe de Assistentes Sociais e Psicólogos recém-efetivados na UFES, em vagas criadas através do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Ressalto que fiz e ainda faço parte dessa equipe. No entanto, cabe frisar que o documento foi revisado por Comissão

do Conselho Universitário (Cun) para ser aprovado. Em outras palavras, algumas questões colocadas no Plano não representam o que foi proposto pela equipe.

O Plano de Assistência Estudantil da UFES, aprovado pela Resolução 03/2009 (Cun), situa em seu esboço o contexto histórico e político como justificativa para a implementação de uma política de permanência do estudante. O documento evidencia também uma pesquisa realizada em 2008 pela equipe de Assistentes Sociais dos três *campi* (Goiabeiras, Alegre e São Mateus) que demonstrou as principais reivindicações elencadas pelos estudantes. Dentre as reivindicações de maior incidência, destacam-se: auxílio transporte 31,5%; moradia estudantil 17,3%; auxílio cópias 12,9%; ampliação do número de bolsas PIB 11,2%; auxílio material de estudo 8,5%; ampliação do número de bolsas de monitoria e pesquisa 5,3%; auxílio-alimentação subsidiado 4,8%; assistência médica 4,6%; bolsas de estudo para cursos de línguas estrangeiras 1,5% e auxílio-eventos 0,7% (Plano de Assistência Estudantil da UFES, 2009). Diante de tais resultados, foram elaborados os objetivos e estratégias do Plano, baseado, como supramencionado, no Plano Nacional de Assistência Estudantil.

Cabe ressaltar que Plano precisou manter uma coerência com a metodologia e a nomenclatura utilizadas no Planejamento Estratégico da UFES por estar calcado no mesmo, utilizando-se, inclusive, dos valores estabelecidos pela instituição e tendo como norte a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Foram elaborados três grandes objetivos estratégicos para a Assistência Estudantil:

Objetivo.1 Elaborar e implementar uma Política de Assistência Estudantil que possibilite a igualdade de oportunidade em relação ao exercício das atividades acadêmicas.

Objetivo.2 Institucionalizar e implementar ações para todos os estudantes de graduação envolvendo-os no ensino, pesquisa e extensão, possibilitando o aprimoramento de sua formação.

Objetivo.3 Institucionalizar e implementar ações que promovam a permanência dos estudantes na Universidade, prioritariamente os de baixa renda familiar, contribuindo para a redução dos índices de retenção e evasão.

Uma vez definidos, os objetivos nortearam as estratégias com seus respectivos projetos. Cabe mencionar que executo e acompanho o desenvolvimento do Plano de Assistência Estudantil da UFES até os dias de hoje. Isso facilita a avaliação dos projetos aqui descritos.

Estratégia I: Avaliar e atualizar os objetivos dos programas destinados à assistência estudantil.

Projeto I.1: Criação do Projeto de elaboração e implementação de mecanismos de avaliação das ações voltadas à assistência estudantil da UFES.

Estratégia II: Proporcionar aos estudantes com deficiência as condições básicas para o seu desenvolvimento em ações de ensino, pesquisa e extensão;

Projeto II.1: Consolidação do projeto de contribuição para a promoção da acessibilidade e mobilidade.

Esse projeto foi consolidado através do Núcleo de Acessibilidade da UFES (NAUFES). Criado por meio da Resolução nº 31/2011, do Conselho Universitário, o Núcleo tem o objetivo de coordenar e executar as ações relacionadas à promoção de acessibilidade e mobilidade, bem como acompanhar e fiscalizar a implementação de políticas de inclusão das pessoas com deficiência na educação superior, tendo em vista seu ingresso, acesso e permanência, com qualidade, no âmbito universitário.

Estratégia III: Proporcionar aos estudantes de baixa renda familiar condições básicas para o seu desenvolvimento em ações de ensino, pesquisa e extensão;

Projeto III.1: Consolidação do Projeto Auxílio Alimentação;

Projeto III.2: Criação do Projeto Auxílio Moradia;

Projeto III.3: Criação do Projeto Auxílio Transporte Escolar;

Projeto III.4: Consolidação do Projeto Auxílio à Aquisição de Material de Consumo;

Projeto III.5: Consolidação do Projeto de Isenção da Taxa de Confecção do Diploma;

Projeto III.6: Consolidação do Projeto de Melhoria da Infraestrutura para o Atendimento de Assistência Estudantil;

Projeto III.7: Consolidação do Projeto de Atenção Psicossocial;

Projeto III.8: Consolidação do Projeto Sorriso (saúde bucal);

Projeto III.9: Criação do Projeto Saúde da Mulher;

Projeto III.10: Consolidação do Projeto de Acesso ao Estudo da Língua Estrangeira;

Projeto III.11: Consolidação do Projeto Educação Infantil.

Todos os projetos, acima listados, são gerenciados pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (PROAECI), através dos Departamentos de Assistência Estudantil (alimentação, moradia, transporte, material, psicossocial e Educação Infantil) e Gestão e Acompanhamento de projetos (Projeto Sorriso, Saúde da Mulher, Acesso ao Estudo de Língua Estrangeira dentre outros consolidados após a criação do Plano). Os projetos e ações serão detalhados mais adiante.

Estratégia IV: Proporcionar aos estudantes de graduação condições básicas para o seu desenvolvimento em ações de ensino, pesquisa e extensão;

Projeto IV.1: Consolidação do Projeto Reforço e Acompanhamento Escolar;

Projeto IV.2: Consolidação do Programa Integrado de Bolsas (PIB);

Projeto IV.3: Criação do Projeto de Recepção aos Estudantes Calouros;

Projeto IV.4: Consolidação do Projeto de Incentivo Financeiro a Participação em Eventos.

Embora os projetos estejam consolidados, cabe ressaltar que o Projeto Reforço e Acompanhamento Escolar ainda é desafio para a instituição. Os fatores que dificultam o acompanhamento são muitos. É possível listar, por exemplo, o número reduzido de servidores para acompanhar mais de cinco mil²⁰ estudantes cadastrados na Assistência Estudantil no momento.

Estratégia V: Fortalecer e implementar ações destinadas às áreas de saúde, lazer, esporte e cultura envolvendo os estudantes inseridos no programa de assistência estudantil.

Projeto V.1: Criação do Projeto de Inserção dos Estudantes em ações que envolvam saúde, lazer, esporte, cultura entre outros;

²⁰ Dados extraídos do Portal da Assistência Estudantil.

Projeto V.2: Criação do Projeto de Identificação e Acompanhamento dos Estudantes Disléxicos e outras afecções que dificultem a aprendizagem.

O projeto de Identificação e Acompanhamento dos Estudantes Disléxicos entrou no escopo de ações realizadas pelo Núcleo de Acessibilidade da UFES. A cada ingresso de estudantes calouros, os que declaram possuir algum tipo de deficiência são identificados e atendidos pelo NAUFES.

Os projetos que envolvem saúde, lazer, esporte e cultura começaram a ser realizados em 2012, através da criação do “Projeto Culturales”, “Sorriso”, “Saúde da Mulher” e “Projeto em dia com a Saúde”. O projeto Culturales tem como objetivo principal democratizar o acesso aos bens culturais oferecidos pela UFES aos estudantes cadastrados na Assistência Estudantil. Dentre suas ações se destacam o acesso às peças teatrais e shows exibidos no Teatro Universitário por meio de sorteio semanal de ingressos; a gratuidade no Cine Metrópolis para estudantes e a Disponibilização de livros lançados pela EDUFES de forma gratuita.

Na área de esporte e lazer, o “Projeto Desconecte” desenvolve atividades físicas e esportivas, no espaço em frente ao RU duas vezes por semana. O objetivo principal consiste em sensibilizar para a importância da prática esportiva e envolver o maior número possível de estudantes da UFES em atividades físicas e esportivas.

Cabe destacar que os projetos de saúde, cultura e lazer estão sob a coordenação do Departamento de Gestão e Acompanhamento de Projeto (DGAP) do qual estou na função de diretora.

Como o foco principal desta pesquisa é a cultura na UFES, a principal ação de democratização da cultura desenvolvida na instituição, ou seja, o Auxílio Cidadania Cultural será detalhado minuciosamente na próxima seção.

Alguns outros fatores relacionados à Assistência Estudantil merecem destaque. O fato de ter sido formalizada por meio de decreto, a Assistência Estudantil é frágil, não é uma política e pode ser finalizada, a qualquer momento, a depender dos planos de governo.

No que tange ao financiamento da Assistência Estudantil, cabe salientar um entrave presente no seu Artigo 5º, onde fica estabelecido o limite de recursos a ser aplicado na área, uma vez que a quantidade de estudantes atendidos dependerá da disponibilidade orçamentária.

As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira (BRASIL, 2007).

Quanto ao investimento no PNAES, foram R\$ 125,3 milhões em 2008, no primeiro ano do programa; seguido de R\$ 203 milhões em 2009; aumentando, em 2010, para R\$ 304 milhões. Em 2011, chegou a R\$ 400 milhões e, em 2012, foram distribuídos R\$ 504 milhões. Em 2013, cerca de R\$ 640 milhões foram investidos; R\$713 milhões em 2014; R\$895 milhões em 2015; R\$ 941 milhões em 2016 e a previsão para 2017 é de R\$ 987 milhões²¹. Esse orçamento é repassado às Universidades Federais por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) a partir do qual são promovidas ações nas diversas áreas. Porém, de acordo com o FONAPRACE (2012), tais investimentos estão longe da proposta do Fórum de ampliar recursos na ordem de R\$ 1,5 bilhões para atender 43,7% dos estudantes de graduação das IFES que demandam por programas de Assistência Estudantil. Cabe destacar que a situação se agravou, a partir de 2012, quando foi instituída a Política de Reserva de Vagas²² para ingresso na IFES. Apesar de ser um avanço para as políticas sociais do país, a Reserva de Vagas gerou um aumento significativo no número de estudantes de baixa renda nas Universidades Públicas.

No caso específico da UFES, até 2012, cerca de 1500 estudantes eram atendidos pela Assistência Estudantil. Porém, de acordo com os dados do Portal da Assistência Estudantil, no último cadastro realizado em agosto de 2017, o total de assistidos chegou a 5.300 (cinco mil e trezentos) estudantes. Vale destacar que o montante de recursos disponibilizados pelo MEC manteve-se estável entre os anos de 2015, 2016 e 2017. Em 2015, a UFES recebeu R\$ 15 milhões para os investimentos em ações de Assistência ao Estudante de nível superior. Em 2016, foram cerca de 16 milhões e, em 2017, a quantia foi a mesma que em 2016²³. Tendo em vista a escassez de recursos, faz-se necessária a adoção de critérios seletivos para atendimento dos estudantes; dessa forma a Assistência Estudantil expressa as contradições presentes na sociedade capitalista.

²¹ Fonte: Ministério da Educação – MEC.

²² Lei n.º 12711 de 29 de Agosto de 2012 que institui a reserva de no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

²³ Fonte: Pró Reitoria de Planejamento – PROPLAN/UFES.

Com os dados acima apresentados, pode-se inferir que nos últimos anos a Assistência Estudantil tornou-se área prioritária para o desenvolvimento de ações destinadas aos estudantes do ensino superior que não têm condições financeiras de garantir a sua permanência nas Universidades Públicas. No caso da UFES, a criação, em 2014, de uma Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis²⁴ gerou grandes avanços para a consolidação do PNAES. Porém, no meu entendimento, a Assistência Estudantil não pode ser de responsabilidade de apenas um setor da Universidade, mas, acima de tudo, um compromisso institucional que envolva toda a comunidade universitária.

A Assistência Estudantil deve ser vista pela Universidade como um direito social, que tem como finalidade fornecer os recursos necessários para a superação dos obstáculos que impedem o bom desempenho acadêmico. Esse investimento pode permitir que o estudante desenvolva suas atividades curriculares em condições menos desiguais e tenha um bom desempenho acadêmico e social, minimizando, dessa forma, o percentual de retenção e evasão universitária. Numa visão prática, a Assistência Estudantil articula todas as áreas dos direitos humanos com ações que proporcionam a prevenção à saúde até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante, tais como: moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros.

Deve-se considerar que há muito que melhorar e discutir no que se refere à Assistência Estudantil. Muitos são os desafios, sobretudo por se tratar de uma política desenvolvida numa sociedade que privilegia os interesses da classe dominante. É preciso criar mais espaços de discussão, criar mecanismos de desburocratização dos processos de seleção dos estudantes, promover um acompanhamento mais efetivo dos estudantes assistidos dentre outras ações. Porém como mencionado, as ações precisam partir de um compromisso institucional que reconheça a Assistência Estudantil como ação prioritária e fundamental para a superação das desigualdades sociais existentes na sociedade e também na Universidade.

4.2.1 O Programa de Assistência Estudantil da UFES (PROAES)

O Programa de Assistência Estudantil da UFES, embora seja novo, já passou por várias reformulações. Regulamentado pelas Portarias nº 1410/2012, 2745/2014, 1972/2015 e

²⁴ Resolução nº 09/2014 – Cun.

2731/2015, todas com efeitos cessados, o PROAES está em sua 5ª reformulação com a Portaria nº 1831 de 25 de agosto de 2017. Ressalto que esta última versão foi por um bom motivo: a inclusão de dois novos auxílios, o auxílio Educação Infantil e o auxílio Cidadania Cultural. Este último é o foco principal desta pesquisa.

O PROAES surge como uma regulamentação do Plano de Assistência Estudantil da UFES. É um documento que detalha os critérios para cadastro no Programa, os auxílios os quais os estudantes cadastrados têm direito, os direitos e deveres dos estudantes, as normas de permanência no programa dentre outras informações. É o documento que norteia a maior parte das ações desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania. Baseado no Decreto nº 7.234/2010, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil, o PROAES visa atender aos estudantes matriculados nos cursos de graduação presencial da UFES que tenham renda familiar *per capita* de até 1,5 salários mínimos. É importante destacar que esse critério de renda é o mesmo utilizado pela política de Reserva de Vagas.

Os objetivos do Programa de Assistência Estudantil da UFES são: contribuir para o acesso aos direitos essenciais de alimentação, moradia e transporte; promover ações de caráter psicossocial; proporcionar condições de acesso e permanência na perspectiva da inclusão social e democratização do ensino; e analisar, planejar e promover ações que visem à redução dos índices de evasão e retenção universitária, quando motivadas por fatores socioeconômicos. Esses objetivos são concretizados a partir dos nove auxílios que compõem o programa, a saber: auxílio alimentação, acesso ao estudo de língua estrangeira, auxílio material de consumo, auxílio moradia, auxílio transporte, auxílio educação infantil, empréstimo estendido de livros, auxílio ao estudante em mobilidade internacional e auxílio cidadania cultural.

A inserção dos estudantes no PROAES é realizada por meio de cadastramentos semestrais. Uma vez cadastrado, o estudante só é suspenso do programa caso não atenda mais aos critérios estabelecidos. O cadastro no PROAES é efetivado através do deferimento após a realização da Avaliação Socioeconômica realizada pelos profissionais da PROAECI. Para a Avaliação Socioeconômica é solicitado um extenso rol de documentos que vão desde documentos pessoais a documentos que comprovem os rendimentos de cada membro do grupo familiar, como extratos bancários.

A Avaliação Socioeconômica possui dois pontos que precisam ser comentados. O primeiro ponto refere-se ao fato de que esse procedimento não se constitui como atribuição privativa do assistente social, mas sim uma competência. Ou seja, qualquer profissional pode fazer o Estudo Socioeconômico. Esta foi uma questão polêmica durante vários anos da Assistência Estudantil da UFES. No início, os estudos eram realizados apenas por Assistentes Sociais, mas, devido à sobrecarga de trabalho e o aumento da demanda por auxílios, aos poucos esse processo foi sendo apropriado pela maioria dos servidores da PROAECI. O segundo ponto é em relação à burocracia elevada que é necessária para fazer a Avaliação Socioeconômica.

Muitos documentos são solicitados, muitas declarações, muitas perguntas. Os estudantes se queixam e muitos não conseguem providenciar a documentação apesar de todo o esforço da equipe para apoiá-los. Para se ter uma ideia, a logística dos processos de cadastramento no PROAES é enorme. São disponibilizados computadores para o uso dos estudantes, impressoras, telefone, envelopes, folhas A4 dentre outros materiais.

Apesar do constante esforço da equipe para desburocratizar o processo, os avanços são a longo prazo. Algumas etapas já foram vencidas, mas ainda há muito que se fazer. A desburocratização do processo de cadastramento no PROAES é um desafio, uma vez que muitos casos de burla do processo foram identificados.

Cadastrado no PROAES, o estudante passa a ter o direito de receber os auxílios aos quais faz jus, assim como participar de outros projetos oferecidos pela PROAECI. Alguns projetos contam com a parceria de outros setores da UFES como o Núcleo de Línguas para a Comunidade (NLC), O Departamento de Atenção à Saúde (DAS) e a Secretaria de Cultura. No entanto, o estudante precisa estar atento aos editais que são lançados para cada projeto.

O carro chefe da Assistência Estudantil da UFES são os auxílios pecuniários. O pagamento dos mesmos é realizado todos os meses na conta bancária dos estudantes cadastrados. Porém, conforme preconiza o Programa Nacional de Assistência Estudantil, ações na área de saúde, esporte e lazer também devem ser desenvolvidas pelas IFES. Para facilitar o desenvolvimento das ações do PROAES, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania foi organizada em três departamentos. Cada qual com uma função diferenciada, porém articulados uns com os outros.

O Departamento de Assistência Estudantil (DAE) é responsável pelo gerenciamento do cadastro no PROAES e pelo ingresso pela Reserva de Vagas com critério socioeconômico. O DAE também operacionaliza a folha de pagamento mensal dos auxílios moradia, transporte, material e educação infantil, além de oferecer apoio psicossocial aos estudantes cadastrados. O acompanhamento dos estudantes também é de atribuição do DAE e encontra-se na fase de estruturação. Costuma-se dizer que é o departamento que faz o “feijão com arroz” da Assistência Estudantil.

O Departamento de Cidadania e Direitos Humanos (DCIDH) foi criado para atender às demandas de direitos humanos da UFES. Suas ações estão voltadas para o diálogo com os coletivos estudantis, ações efetivas de direitos humanos, seguindo as diretrizes dos Programas Nacionais de Direitos Humanos I, II e III, atividades para informar e educar sobre os direitos humanos da pessoa com deficiência, ações para reconhecer os direitos da comunidade LGBTI na UFES, encaminhamento de denúncias de violações de direitos humanos aos órgãos competentes. Sua missão é muito importante numa época em que a intolerância passou a dominar muitos territórios. A UFES, enquanto lugar da diversidade, deve fomentar o debate, o diálogo e a formação para o respeito mútuo.

O Departamento de Gestão e Acompanhamento de Projetos (DGAP) passou por algumas modificações em seus objetivos. Quando foi pensado em 2014, o departamento seria responsável pelo acompanhamento acadêmico dos estudantes cadastrados. Porém, com o passar do tempo, o departamento assumiu o papel de propor, executar e acompanhar projetos nas áreas de saúde, esporte, lazer e cultura na UFES. Com essa missão atual, o DGAP começou a trabalhar em março de 2017. Suas ações são: gerenciamento do projeto “Acesso ao Estudo de Língua Estrangeira”, execução e acompanhamentos dos projetos “Culturaes”, “Sorriso”, “Saúde da Mulher”, “Desconecte”, “Saber Digital”, “UFES de Portas Abertas” e o “Auxílio Cidadania Cultural”.

Ainda há muito que se fazer para avançar na proposta e consolidação de uma política universalizada e não focalizada como é o caso da Assistência Estudantil. A focalização das políticas sociais apresenta-se como estratégia para aplicação de recursos a um público restrito. Isso reflete a tendência das políticas públicas no contexto neoliberal, que envolve a adoção e implantação de medidas compensatórias. “Ignora-se a universalização, centralizando a

focalização, que deve orientar a chegada de benefícios sociais aos mais pobres de maneira mais eficaz, sem desperdiçar recursos” Castro (2010, p. 200).

5 O AUXÍLIO CIDADANIA CULTURAL

Nesta seção, detalhei o Auxílio Cidadania Cultural. Como foi pensado e elaborado. Descrevi também como foi sua implementação na UFES. Todo o processo de operacionalização, avaliação dos projetos propostos pelos estudantes foi sistematizada. A análise do processo foi realizada sob a ótica da atuação do assistente social no âmbito da cultura através do meu relato de experiência.

É em meio às dificuldades que surgem as ideias inovadoras e as oportunidades, no pensar de Albert Einstein. Ele estava certo. Foi assim que surgiu a ideia do Auxílio Cidadania Cultural. Em meio a recursos escassos para investimento em cultura, burocracia para tocar projetos culturais, morosidade do sistema público, o Departamento de Projetos e Acompanhamento ao Estudante precisou buscar alternativas para fomentar a democratização da cultura na UFES.

A ideia de criar um meio para que os próprios estudantes desenvolvessem seus projetos, de forma autônoma, surgiu em 2012 devido às vivências com estudantes que, com grande constância, procuravam o apoio de diversos setores da UFES para implementarem suas ideias e ações. Os estudantes se dirigiam ao setor de transportes para pedir ônibus para viagens, solicitavam diárias e passagens para participar de congressos, apoio com materiais e recursos financeiros para realização de campeonatos, seminários dentre outros eventos. Depois de realizarem um longo percurso pelos diversos setores da UFES, estes estudantes acabavam na então Divisão de Assistência Estudantil para que suas demandas fossem atendidas. Como se a Assistência tivesse a solução para todos os problemas da Universidade, os outros setores da UFES encaminhavam esses estudantes para as assistentes sociais.

O Serviço Social tentava resolver, mas a única forma de solução era ligar para os mesmos setores que foram percorridos pelos estudantes para receber a mesma resposta: “não”. Cabia então às assistentes sociais dar a resposta final. Isso foi inquietando a equipe que começou então a discutir sobre possibilidades de resolver a questão. O assistente social, enquanto profissional que deve atuar para além da execução, deve preocupar-se em elaborar propostas de políticas para responder à demanda apresentada pelos usuários. Sobre isso, Iamamoto (2009) ressalta que:

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (IAMAMOTO, 2009, p. 20).

Nesse sentido foram muitas conversas entre a equipe do DGAP, muitas propostas e muita pesquisa para conhecer os projetos voltados para essa demanda em outras Universidades Públicas. Toda ideia que surgia era limitada por alguma burocracia. Mas a equipe sempre entendeu que o trabalho do assistente social era mais do que a execução de tarefas, e dessa forma, mesmo com dificuldades continuou-se a pensar. Foram conversas com a chefia, com outros gestores e com estudantes que procuravam o Serviço Social. Essa característica do profissional de Serviço Social que é a de propor, insistir, negociar e, principalmente defender o seu campo de trabalho foi de extrema importância para que propostas fossem formuladas.

De acordo com Yamamoto (2009), as possibilidades estão inseridas na realidade do trabalho do assistente social, porém é preciso se apropriar dessa realidade para transformá-la em projetos e ações. Acredita-se que, ao analisar a trajetória do processo de pensar o Auxílio Cidadania Cultura, foi exatamente esse o movimento realizado pela equipe.

As assistentes sociais também tinham como norte o Código de Ética Profissional onde a questão era evidenciada através de alguns princípios fundamentais do código: a ampliação e a consolidação da cidadania, a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais (CFESS, 2012). Dessa forma, era preciso apegar-se à legislação da profissão para encontrar mediações que possibilitassem atender aos valores éticos profissionais e às demandas cotidianas no espaço de trabalho.

O que se tinha em mente era que as assistentes sociais deveriam defender o direito do estudante como outro cidadão qualquer. O direito à moradia, alimentação, saúde, conhecimento e também à cultura. Partiu-se então da proposta de que o estudante deveria ser autônomo para criar seus projetos na área de cultura, esporte e lazer, tornando-o protagonista do processo. Era preciso romper com a cultura institucional do “pires na mão” a qual o apoio dado a alguns projetos estudantis eram vistos como favor de ambos os lados. Era preciso conceber a cultura, o esporte, o conhecimento e o lazer como direito garantido na Constituição Federal de 1988²⁵ e no Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

[...] torna-se primordial que as IFES desenvolvam ações articuladas buscando, de fato, viabilizar a permanência dos estudantes (sendo que esta não se restringe somente à concessão de bolsas/auxílio material), mas também garantir uma

²⁵ Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

formação profissional qualificada assim como o acesso aos direitos sociais (PAURA, 2006, p. 119).

Dessa forma, o Serviço Social elaborou, em 2012, uma proposta de edital para a concessão de apoio aos eventos estudantis organizados e realizados pelos estudantes de graduação, para que estes pudessem desenvolver projetos de caráter técnico-científico, didático-pedagógico (acadêmico), esportivos (torneios interunidades, intercursos, ou interuniversidades, realizados na Universidade) e cultural. A proposta chegou a ser apresentada para a chefia da época, porém muitas questões urgentes foram colocadas para a equipe naquele ano o que impossibilitou a publicação e execução do edital.

É importante ressaltar que, no ano de 2012, a equipe de assistentes sociais era formada por quatro profissionais no campus Goiabeiras. A equipe tinha atribuições que deveriam atender a dois públicos diferenciados: estudantes e servidores. Outro fator que dificultou a implantação da proposta foi a execução da avaliação socioeconômica para ingresso pela Reserva de Vagas recém-homologada pelo Governo Federal. Durante o processo de Reserva de Vagas nada era mais importante e todos os profissionais eram convocados a trabalhar no processo.

A política de Reserva de Vagas é uma questão de extrema importância para o Serviço Social, pois é uma conquista dos movimentos sociais que lutaram pelo direito ao acesso ao Ensino Superior Público. O que é preciso enfatizar é o número reduzido de profissionais para realizar o processo. Isso resultou na inviabilidade de resolução de demandas importantes para os estudantes de forma geral. Questões pertinentes ao PNAES como saúde, esporte, cultura e lazer foram deixadas em segundo plano.

A questão voltou a ser discutida várias vezes. O que trouxe certo conforto para a equipe foi a aprovação de uma Resolução para apoiar os estudantes na participação de eventos científicos. A Resolução 50/2013 do Conselho Universitário estabelecia que:

Art. 1º. O aluno do curso de graduação desta Universidade, devidamente matriculado em disciplinas do respectivo curso, que necessitar de apoio para participar de atividades/eventos de caráter técnico-científico, didático pedagógico (acadêmico), esportivo e cultural, deverá encaminhar, por intermédio do Coordenador de Curso ou do Professor Responsável/Professor Orientador, solicitação de ajuda financeira que será autorizada pelo Diretor de Centro e encaminhada ao Pró-reitor de Administração (PROAD) desta Universidade para a análise de viabilidade de pagamento (UFES, 2013).

Foi um avanço propiciado pela luta constante dos estudantes por apoio para suas atividades. A Resolução prevê também a possibilidade de transporte coletivo para grupos de estudantes que forem participar de eventos. O único problema que se viu foi a falta de divulgação da Resolução. Muitos estudantes continuavam buscando apoio e voltavam a ser encaminhados para o Serviço Social. Ou seja, a comunidade universitária não tinha conhecimento do documento. Cabia então ao Serviço Social orientar os estudantes nos termos da Resolução.

Com a criação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (PROAECI), em 2014, foram contratados mais três profissionais de Serviço Social, porém a questão da cultura dentre outras continuava em segundo plano devido ao aumento da demanda por auxílios o que sobrecarregava a equipe que passava a maior parte do seu tempo fazendo avaliação socioeconômica, elaborando editais de cadastro no Programa de Assistência Estudantil e de ingresso pela Política de Reserva de Vagas e, também atendendo aos estudantes em suas mais diversas demandas.

Aqui cabe uma reflexão acerca da atuação do Serviço Social na Assistência Estudantil. O assistente social faz parte da categoria que mais atua para formular e executar as ações de Assistência ao Estudante, embora muitos psicólogos e outros profissionais estejam presentes nas ações compondo as equipes multiprofissionais. Dessa forma, pensar a prática profissional do Serviço Social na operacionalização da assistência estudantil pode contribuir para as futuras análises sobre os fundamentos e diretrizes que a orientam.

Os assistentes sociais da UFES sempre se mostraram comprometidos com as demandas dos estudantes. No entanto, as dificuldades enfrentadas para a defesa dos interesses dos usuários é, por muitas vezes, prejudicada devido à falta dos meios necessários para a efetivação da prática profissional. Ainda que tenham uma “autonomia relativa”, o assistente social depende da instituição para viabilizar os direitos dos estudantes. Faltam recursos financeiros, técnicos e humanos o que culmina num processo de adoecimento e desmotivação profissional. A redução do trabalho do Serviço Social na assistência estudantil em função da burocracia do processo de cadastramento nos programas desenvolvidos — preenchimentos de formulários, análise de documentos, declarações, entrevistas e cálculos de renda, dificulta a criação de oportunidades que viabilizem a formação de grupos de discussão com foco na elaboração de propostas que tenham como objetivo a intervenção na realidade institucional e que sirvam para fundamentar planos, programas e projetos no setor. Esta sempre foi uma inquietação das assistentes sociais: não sobra tempo para discutir a prática profissional. A análise

socioeconômica é a principal demanda que se coloca para o assistente social no âmbito da UFES, mas é importante ressaltar que o trabalho deve ir além disso.

Podemos dizer que a realidade da assistência estudantil não se diferencia das demais políticas de assistência social, limitando a atuação do assistente social não somente pelo número restrito de programas sociais, mas pela obrigatória definição de critérios cada vez mais restritivos, seletivos e focalizados (PAURA, 2006, p. 126).

Nesse contexto de dilemas impostos aos profissionais de Serviço Social, colocar em prática projetos de democratização da cultura na UFES requeria tempo, dedicação, investimentos, desburocratização, apoio da gestão e recursos humanos. Isso só foi possível, a partir de fevereiro de 2017, quando houve uma reestruturação interna da PROAECI. Os servidores foram realocados de forma a atender as demandas dos três departamentos e impulsionar a implementação de projetos que atendessem a todas as áreas do Plano Nacional de Assistência Estudantil: moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acessibilidade.

Com essa reestruturação, o Departamento de Projetos e Acompanhamento ao Estudante - (DPAE) passou a ser denominado Departamento de Gestão e Acompanhamento de Projetos – (DGAP). Dentre suas atribuições, destaca-se o atendimento ao público (comunidade estudantil) em suas demandas inerentes à cultura, esporte e saúde preventiva. Tal reestruturação foi decisiva para a implantação de ações nas áreas supramencionadas. A equipe do DGAP começou então o seu trabalho da seguinte forma:

- Elaborou plano de trabalho que previa retomar projetos antigos como o Saúde da Mulher, Projeto Sorriso e Projeto Culturales além da criação de novos projetos;
- Realizou reuniões com outros setores da UFES para parcerias. Foram firmadas parcerias para desenvolvimento de projetos como: Saber Digital (parceria com Núcleo de Cidadania Digital), Saúde da Mulher e Sorriso (parceria com Departamento de Atenção à Saúde), Projeto Culturales (parceria com a Secretaria de Cultura), Coral Canto Diverso (parceria com o curso de Música);
- Reestruturou a gestão do Projeto Acesso ao Estudo de Língua Estrangeira;
- Reestruturou o Projeto UFES de Portas Abertas;
- Assumiu a gestão do Projeto Desconecte;
- Retomou os projetos Saúde da Mulher, Sorriso e Culturales;

A visão do DGAP sempre foi a de firmar parcerias com ações e projetos existentes, ou seja, numa instituição onde acontecem muitas coisas ao mesmo tempo, não faz sentido “reinventar a roda”. Desenvolver ações em parceria é imprescindível não só para o Serviço Social, mas para o cotidiano do trabalho. A partir dessa visão, o DGAP buscou conhecer as atividades que aconteciam na UFES para propor parcerias, apoio e aprimoramento das mesmas.

No que tange aos projetos na área de cultura, este foi o maior desafio, mas também onde a busca por alternativas culminou na criação do Auxílio Cidadania Cultural. Naquele momento, resgatei a ideia de apoiar os estudantes para que desenvolvessem seus projetos na área de cultura, esporte e lazer. Durante minha trajetória na UFES, observei o esvaziamento por parte dos estudantes nas ações realizadas pela instituição. Nesse sentido, o melhor era estimular o protagonismo estudantil. Em outras palavras, o estudante prefere participar das atividades organizadas e realizadas por eles mesmos do que participar de atividades oferecidas pela instituição.

Parti então do princípio de que o estudante deve ter a liberdade de expressão e autonomia garantida no espaço universitário e essa expressão deve impulsionar uma reflexão crítica na gestão da Universidade, de modos que esta se reinvente, pois é disso que a cultura sobrevive. A cultura se concretiza com a liberdade. A Universidade é espaço de educação libertadora e educação para a liberdade.

Indiquei então à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania a consolidação daquele projeto antigo onde seria repassada ao estudante uma quantia para que este desenvolvesse seus projetos. A ideia foi bem aceita e apoiada pelo Pró-Reitor, uma vez que exemplos de outras Universidades como a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) foram citados. Esta Universidade lançava edital para apoio a projetos com repasse de recurso. A ideia era essa. Porém, vários foram os entraves burocráticos. Como fazer esse repasse? Como prestar contas? Para obter respostas e encontrar uma solução foram realizadas diversas conversas com a Administração Central da UFES.

Por fim, chegou-se à conclusão de que o melhor era tornar o repasse de recursos em forma de auxílio, uma vez que essa prática já era comum em outras áreas da Assistência Estudantil como moradia, transporte e material didático. Assim foi criado o Auxílio Cidadania Cultural

que passou a incorporar o Programa de Assistência Estudantil da UFES²⁶. Na redação do documento de criação definia-se o Auxílio Cidadania Cultural como:

O auxílio cidadania cultural consiste em recurso financeiro a ser repassado ao estudante cadastrado no Programa de Assistência Estudantil, para que este desenvolva projetos no âmbito da cultura, assim como atividades relacionadas a ações afirmativas nos *campi* da Ufes.

Entende-se a cultura como direito do cidadão, como a expressão simbólica do cotidiano da comunidade estudantil e como potencial para o desenvolvimento social. Incluem-se aí atividades esportivas, de lazer, de artes visuais e plásticas, música, dança, cinema, literatura, teatro, fotografia, assim como as atividades e os eventos desenvolvidos por coletivos e por movimentos estudantis presentes na Ufes (UFES, 2013).

Após a criação formal do auxílio, iniciou-se a parte prática. A concepção do auxílio foi elaborada, apresentada e discutida no Fórum de Assistência Estudantil. O Fórum tem como objetivo estudar e propor alterações no Plano e no Programa de Assistência Estudantil da UFES (PROAES). O Fórum é composto por 31 membros, sendo 15 representantes estudantis, 15 técnicos envolvidos com o Programa e o Pró-Reitor da PROAECI como Presidente. É um espaço de diálogo com a comunidade universitária de grande relevância. A criação desse novo tipo de auxílio deveria ser discutida no âmbito do referido fórum²⁷.

A ideia inicial do auxílio Cidadania Cultural foi muito bem aceita pelos estudantes, pois era uma demanda antiga do Movimento Estudantil, o investimento em cultura, esporte e lazer. No entanto era preciso definir os critérios, normas e demais itens para a elaboração de um edital de seleção de projetos. Nesse sentido, foi definido um grupo de trabalho dentro do fórum para tratar da questão, composto por estudantes e servidores do Departamento de Gestão e Acompanhamento de Projetos.

Definiu-se um aporte de R\$12.000,00 (doze mil reais) para investimento no auxílio no ano de 2017. O grupo de trabalho definiu os critérios e demais questões do edital. Em resumo, foi lançado um edital, em setembro de 2017, com os seguintes atributos:

- O Auxílio Cidadania Cultural consiste em recurso financeiro a ser repassado ao estudante, cadastrado no Programa de Assistência Estudantil, para que desenvolva

²⁶ Portaria nº 1831 de 25 de agosto de 2017.

²⁷ “Aos governos e suas instituições cabem a formulação de políticas públicas, diretrizes e critérios, o planejamento, a implementação, o acompanhamento, a avaliação, o monitoramento e a fiscalização das ações, projetos e programas na área cultural, em diálogo com a sociedade civil” (Lei Nº 12.343, de 2 de Dezembro de 2010).

projetos no âmbito da cultura e esporte assim como atividades relacionadas a ações afirmativas e acessibilidade nos *campi* da UFES. O conceito de cultura foi tido como direito do cidadão, como a expressão simbólica do cotidiano dos estudantes e como potencial para o desenvolvimento social. Seriam atividades de lazer, de artes visuais e plásticas, música, cinema, cineclubismo, literatura, teatro, tecnologias, fotografia, assim como as atividades e eventos desenvolvidos por coletivos e movimentos estudantis presentes na UFES.

- Entendeu-se esporte como sendo um fenômeno cultural e social que se manifesta através de práticas corporais, como dança, jogos, atividades esportivas e competitivas.
- Denominou-se as ações afirmativas como as que se relacionam ao debate em torno de questões da diversidade, cidadania, direitos sociais, com enfoque na cultura afro-brasileira, relações de gênero, diversidade sexual e temáticas indígenas e quilombolas.
- Acessibilidade foi interpretada como ação afirmativa que envolve ações voltadas às pessoas com deficiência (física, auditiva e visual) e transtornos globais do desenvolvimento, dentre outras relacionadas à temática.

Vale ressaltar que tais atributos principais foram construídos, através do diálogo com os estudantes, com os demais departamentos da PROAECI e também baseados em estudos sobre o tema como o conceito de Cidadania Cultural proposto por Marilena Chauí e a concepção de Educação como prática de liberdade inaugurada por Paulo Freire. Assim como os objetivos que serão descritos abaixo, o conceito de cultura foi definido através de uma leitura sobre a experiência de CHAÚÍ (2006) quando atuou como Secretária Municipal de Cultura de São Paulo nos anos 1990. Nessa experiência, a questão do direito à cultura e consequente democratização da mesma foram bem desenvolvidos. Nessa perspectiva, os objetivos do Auxílio Cidadania Cultural são:

- Estimular o protagonismo estudantil nas áreas da cultura, esporte e ações afirmativas;
- Fomentar o desenvolvimento de ações estudantis nas áreas da cultura, esporte e ações afirmativas;
- Democratizar o acesso e a produção de cultura;
- Promover a vivência e a integração dos estudantes da e na Ufes (UFES, 2017).

Outro ponto que merece destaque na proposta do Auxílio Cidadania Cultural é o seu caráter pedagógico. Além da oferta de duas oficinas de elaboração de projetos, a equipe do DGAP orientou e auxiliou os estudantes na elaboração das propostas. Muitos deles apresentaram

dificuldades na construção do projeto. Essas dificuldades foram percebidas desde a concepção da ideia até a sistematização das mesmas em forma de projeto. Mesmo com o modelo do projeto anexo ao edital, muitos estudantes precisaram de apoio.

A previsão era que o edital apoiasse 15 (quinze) projetos distribuídos nos 04 (quatro) campi da UFES: 06 (seis) em Goiabeiras, 03 (três) em Maruípe e 03 (três) em cada campi do interior. Cada projeto aprovado teria o investimento de até R\$1.400,00 (um mil e quatrocentos reais). No entanto, foram recebidas 11 propostas de projetos: 07 propostas do campus Goiabeiras, 01 proposta do campus Maruípe, 02 propostas do campus Alegre e 01 proposta do campus São Mateus. A hipótese mais provável para o número reduzido de propostas foi o prazo curto para inscrição. O prazo foi reduzido devido ao cronograma da Universidade para fechar o orçamento de 2017. Os recursos que não foram repassados a projetos foram destinados ao pagamento dos auxílios estudantis básicos (moradia, transporte e material).

Nos projetos deveriam constar os objetivos da proposta, a área temática (cultura, esporte ou ações afirmativas), a metodologia, o período de realização, os materiais e recursos necessários. Além desses aspectos, os proponentes deveriam também apresentar um plano de gestão do lixo ²⁸que seria produzido no projeto/evento.

Para a avaliação das propostas, uma comissão foi nomeada. A comissão²⁹ foi composta de 03 (três) estudantes e 02 (dois) servidores, onde atuei como presidente. Os estudantes, membros da comissão, foram escolhidos pelos estudantes que participaram do grupo de trabalho que elaborou o edital. Os demais membros pela PROAECI, sendo que um servidor era docente lotado no curso de Artes.

A avaliação das propostas ocorreu de forma tranquila e prazerosa. Os membros estavam empolgados não só com a ideia do auxílio, mas muito mais com as propostas que foram apresentadas. Durante as avaliações, cada projeto foi lido minuciosamente pela comissão o que possibilitou a discussão das propostas de acordo com o edital publicado.

Para facilitar o processo de avaliação, foi elaborado um roteiro com os indicadores que seriam avaliados e suas respectivas pontuações, conforme quadro abaixo:

²⁸ Trata-se da responsabilidade de tratamento do lixo produzido pelo evento/projeto visando à redução da geração de resíduos sólidos, redução do desperdício de materiais, redução da poluição e dos danos ambientais.

²⁹ Portaria nº 09/2017 - PROAECI

Quadro 1: INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DE PROJETOS

CRITÉRIOS	PESO	PONTOS	PONTUAÇÃO
A) Excelência, originalidade e relevância do projeto: conteúdo relevante; concepção inovadora; inserção social na área em que o projeto estiver inscrito; descrição clara e objetiva da conveniência de sua execução.	6	0 a 5	0 a 30
B) A contribuição para o debate no contexto das ações afirmativas: importância do projeto para a discussão das ações afirmativas na comunidade universitária; possibilidade de ampliação da divulgação do tema.	6	0 a 5	0 a 30
C) Impacto e abrangência do projeto: período de execução do projeto; local de realização e público alvo.	3	0 a 5	0 a 15
D) Potencial de realização do proponente e da equipe envolvida no projeto: capacidade do proponente e dos demais profissionais envolvidos de realizar, com êxito, o projeto proposto, comprovada por intermédio dos currículos, documentos e materiais apresentados.	3	0 a 5	0 a 10
E) Viabilidade técnica, operacional e financeira de execução do projeto: projeto de acordo com modelo; plano de gestão do lixo; plano de comunicação e divulgação; recursos necessários.	2	0 a 5	0 a 10

Fonte: UFES, 2017.

Mesmo com a orientação da equipe do DGAP algumas propostas precisaram passar por adequações por parte dos proponentes. Foram problemas com o detalhamento orçamentário, gestão do lixo produzido e período de realização das atividades. Porém, a essências das propostas eram claras e objetivas como se pode observar:

Quadro 2: PROJETOS APROVADOS

(continua)

PROJETO	OBJETIVO	CAMPUS
III SEMANA DE DIVERSIDADES - É NECESSÁRIO (RE)EXISTIR	Ampliar o debate sobre as diversidades sociais, culturais, sexuais, de raça, etnia e credo com a participação dos coletivos. Atividades: oficinas, palestras, apresentações culturais.	São Mateus

Quadro 2: PROJETOS APROVADOS

(conclusão)

RECICLANDO CONHECIMENTO	Mostrar a comunidade acadêmica de Alegre que existe coleta seletiva no município e dentro do campus e que a mesma não está sendo realizada de forma adequada. Atividades: oficinas e palestras.	Alegre
COPA PRIMAVERA 2017	Democratizar a prática esportiva garantindo o direito de acesso ao esporte recreativo e de lazer. Atividades: Vôlei, handebol e futebol.	Alegre
FUTEBOL AMERICANO PARA TODOS	Proporcionar integração e desconstruir preconceitos, dando oportunidade para todos praticarem o esporte. Atividades: oficinas de futebol americano.	Goiabeiras
PERFORMÁTICOS	Criar um grupo de teatro democratizando o acesso à cultura e incentivo ao protagonismo estudantil. Atividades: teatro	Goiabeiras
QUADRANGULAR INTERNO DE VOLEIBOL MASCULINO	Formar um banco de atletas para treinos e competições. Atividades: Seleção, treinos e competição.	Goiabeiras
OLHAR PARA O CORPO: VIVENCIANDO MOVIMENTOS	Difusão de práticas integrativas de saúde proporcionando bem estar físico, mental, emocional e espiritual. Atividades: Ioga	Maruípe
GUIA DE SOBREVIVÊNCIA GASTRONÔMICO SUSTENTÁVEL	Atender a demanda de pessoas que não possuem habilidades culinárias, mas necessitam de uma alimentação ao alcance do bolso. Atividades: oficina e distribuição do Guia.	Goiabeiras
IDIOMA TEATRAL	Iniciar os participantes no teatro visando à montagem de um espetáculo ao final do projeto. Atividades: oficinas, espetáculo.	Goiabeiras
MÁQUINA DE CANTAR LIVE RÁDIO	Viabilizar um espaço democrático organizado para divulgação de arte e cultura. Atividades: tenda aberta ao público em frente ao RU.	Goiabeiras
CALISTENIA, STREET WORKOUT & UFES	Incentivo à prática de esportes e atividades físicas. Atividades: realização de prática de calistenia no campus.	Goiabeiras

Fonte: Departamento de Gestão e Acompanhamento de Projetos – DGAP/UFES

Após o prazo de revisão, todas as propostas foram aprovadas. Os estudantes foram então convidados a assinar o Termo de Compromisso em uma reunião com o Reitor da UFES. Com exceção dos proponentes dos *campi* do interior, todos os outros compareceram. Durante a reunião, cada estudante teve a oportunidade de se expressar sobre seu projeto. A TV UFES foi acionada para fazer a cobertura da reunião e entrevistou alguns estudantes.

O meu projeto é o Performáticos e ele consiste na formação de um grupo de teatro aqui da UFES composto não só por pessoas da UFES como também da comunidade externa [...] e ele consiste em ter, nesse período inicial aulas de teatro mais voltadas para o aprendizado de práticas teatrais e no primeiro semestre do ano que vem vai ter intervenções artísticas pelo campus da UFES (estudante do curso de Letras).

“O meu projeto é a Máquina de Cantar e consiste no protagonismo do estudante, ou seja, na sua performance vocal” (estudante de Artes Visuais).

“O meu projeto é Futebol Americano para todos e todas. E a ideia é trazer o futebol americano que é um esporte democrático para combater o racismo. O combate ao preconceito entre as pessoas” (estudante de Administração).

Observei que os participantes ficaram muito entusiasmados ao ver sua ideia com a possibilidade de se materializar. Na narrativa de um estudante, foi possível perceber certa emoção em poder participar:

“Eu nem acredito que agora, quando estou quase formando poderei finalmente expor uma ideia minha (estudantes do curso de Artes)”.

Vale ressaltar que a maior parte dos proponentes não era ligada às áreas de seus projetos. Por exemplo, um estudante da Gemologia apresentou um projeto na área de culinária; outro da Administração propôs projeto na área de esportes. Com isso pôde-se inferir que ações de cultura, esporte e lazer são temas transversais na educação e na formação do ser social não se limitando aos cursos do Centro de Artes e do Centro de Educação Física e Desportos.

Outro ponto que merece destaque é a satisfação da comissão avaliadora em participar das atividades. Ao final da avaliação, as narrativas foram de alegria e vontade de participar novamente. No meu ponto de vista foi uma das melhores experiências vivenciadas no trabalho nos últimos anos.

5.1 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA CULTURA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Da minha audição e da minha vista participam, portanto, de algum modo, todo o meu saber e a minha cultura, todas as minhas experiências – sejam vivas, sejam ocultas na memória e se manifestando em determinadas situações [...] (KOSIK, 2002).

A inserção do assistente social na área da cultura acabou se perdendo com a emergência da atuação profissional nas políticas de saúde, assistência social dentre outras. Acredita-se que, por esse motivo, a produção científica sobre a relação do Serviço Social com a cultura é pouco encontrada. Nessa perspectiva, tentei elaborar minhas impressões e pontos de vista sobre minha atuação enquanto assistente social na cultura no âmbito da UFES, de forma particular na elaboração e execução do Auxílio Cidadania Cultural. Minhas experiências anteriores foram marcadas por uma grande repetição de atividades rotineiras típicas da atuação de assistente social na Assistência Estudantil: análise socioeconômica, entrevistas, elaboração de relatórios, visitas domiciliares, além do trabalho na gestão. Com o tempo, o desgaste e a impressão de que já não se contribui para o aprimoramento dos processos de trabalho tornam-se constantes e causam o adoecimento do corpo, da alma e do próprio fazer profissional.

Nesse sentido, a oportunidade de atuar num campo estranho ao Serviço Social trouxe motivação, prazer, a volta do olhar de assistente social para as demandas cotidianas. Veio à tona a vontade de criar, de inovar e fazer algo a mais pela instituição e pelos estudantes. Depois de muito tempo a assistente social voltava a ser assistente social.

A atuação do assistente social no âmbito da cultura pode ser considerada um desafio uma vez que, a cultura como direito, ainda é um tema pouco discutido e não se constitui como um campo de atuação comum para a categoria. Nesse sentido se faz necessária uma reflexão, pois sendo a cultura um direito, nela também deve atuar o assistente social para propiciar e garantir o mesmo a todos os cidadãos.

A relação entre o Serviço Social e cultura é pouco reconhecida pelos profissionais e pelo Estado, este, pouco discute a importância e ligação do Serviço Social com a cultura, já que o assistente social em sua prática

profissional elabora, coordena, executa programas e projetos que venham viabilizar os direitos culturais dos cidadãos, partindo de uma ação conjunta entre os assistentes sociais e a comunidade (CUNHA *et al*, 2012, p. 01).

Porém, o assistente social tem como característica a intervenção na realidade com o objetivo de transformá-la de forma prática. Sendo assim, existe a emergência da categoria de atuar e discutir sobre a educação e cultura, ambos os espaços ainda pouco ocupados pelo Serviço Social. Uma questão que se coloca é o desconhecimento, por parte dos profissionais que já atuam na educação e na cultura, sobre o fazer do assistente social. Este é visto como o “resolve tudo” nas instituições. Por outro lado, a categoria tem se debruçado para conhecer e intervir nos espaços educacionais. Acredita-se que este mesmo movimento deve acontecer no âmbito da cultura por ser esta direito do cidadão, assim como a educação.

Mediante o Código de Ética do Assistente Social, justifica-se a atuação profissional no âmbito da cultura, uma vez que o documento preconiza como um dos princípios fundamentais a “Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras” (CFESS, 2011).

Como o trabalho do assistente social ocorre na Universidade Pública onde transitam várias expressões da questão social, faz-se necessária a sua atuação nas variadas situações cotidianas que se surgem no espaço acadêmico, dentre elas a falta de acesso à cultura e à criação cultural. É importante mencionar que questão social pode ser entendida como um leque de expressões das desigualdades inerentes ao sistema capitalista. No contexto da UFES, evidenciam-se várias faces dessas desigualdades, como o número substancial de estudantes de baixa renda que demandam auxílios assistenciais para concluírem seu curso de graduação.

A questão do direito à cultura, mesmo que presente na Constituição Federal de 1988, não se tornou de fato, um direito social. Pode-se afirmar então que a não garantia do direito à cultura é uma nova expressão da questão social posta ao trabalho profissional. Nesse sentido, afirma Iamamoto (2009), que essas novas formas de produção da questão social devem ser absorvidas enquanto uma oportunidade para que os Assistentes Sociais recuperem os elementos de sua formação não só no âmbito ético-político, mas também no horizonte teórico em que está inserido o projeto formativo.

O assistente social é o profissional que formula, organiza, implementa, acompanha e avalia os projetos e os programas sociais que são pensados como formas de enfrentamento das desigualdades. Em virtude disso, acredito ser importante a inserção da temática cultura nos currículos de formação, nos congressos e seminários, assim como o incentivo à pesquisa nessa área, da mesma forma que se deu com a inserção profissional na educação.

Mais que uma atuação na área da cultura, entendo que a minha experiência caracterizou-se como uma intervenção. Desde quando o Auxílio Cidadania Cultural começou a ser pensado, procurei conhecer o problema a ser abordado com o objetivo de buscar e reunir informações contundentes para a tomada de decisão. Com isso busquei construir competência teoria, técnica e ético-política. Vale ressaltar que a participação no Grupo de Estudo e Pesquisa Culturas e Diversidade (GEPCD) da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, foi de grande relevância para a construção teórica e prática do Auxílio Cidadania Cultural. A leitura de textos e a troca de saberes e experiências teve impacto decisivo na direção ideológica do mesmo. O objetivo principal do GEPCD é:

Contribuir com a formação acadêmica e produção de conhecimentos na área de Ciências Humanas e Sociais, com foco em saberes gramscilianos sobre a cultura, saberes histórico-culturais e saberes multiculturais e valorizando a diversidade de gênero, etnias, raças, religiosidade, ritos, mitos que compõem a comunidade capixaba (SILVA, 2016).

A intervenção, nesse sentido foi orientada por uma intencionalidade e objetivos que foram construídos durante anos. O acúmulo teórico e prático, a partir das vivências institucionais e os estudos aprofundados sobre a temática da cultura, possibilitou a formulação de uma proposta profissional que vislumbrava uma solução para o problema da falta de apoio para os projetos protagonizados por estudantes. Nesse sentido, “cabe ao Assistente Social a responsabilidade de imprimir na sua ação os saberes acumulados pela profissão, ao longo do processo de reelaboração das demandas a ele encaminhadas (PAIVA, 2000, p. 81).

Nessa perspectiva, o processo de criação da proposta de intervenção através do Auxílio Cidadania Cultural teve um aporte teórico, político e metodológico embasado nas ideias de FREIRE, BRANDÃO e CHAUI assim como no projeto ético político do Serviço Social.

Paiva (2000) pontua sobre a importância do estudo e da pesquisa para a intervenção na realidade. A autora afirma que a base teórica-política e metodológica é cabível durante todo o

processo prático de formulação e gestão das políticas sociais. Os recursos teóricos e metodológicos são essenciais para o assistente social realizar a leitura da realidade, pois traça e molda os rumos da ação interventiva. Dessa forma, Iamamoto (2009) afirma que:

O conhecimento não é só um verniz que se sobrepõe superficialmente à prática profissional, podendo ser dispensado; mas é o meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado. Nessa perspectiva, o conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridos pelo Assistente Social ao longo do seu processo formativo são parte do acervo de seus meios de trabalho (IAMAMOTO, 2009, p. 63).

Outro ponto que foi fundamental para a formulação e a implementação do Auxílio Cidadania Cultural foi o diálogo com os estudantes que se constituem enquanto público alvo do mesmo. Através da apresentação e discussão da proposta foi possível estabelecer alterações na mesma, uma vez que o olhar dos estudantes trouxe à tona questões imprescindíveis para a desburocratização do processo e contribuiu muito para a efetivação de uma proposta mais democrática e atenta à realidade do público alvo.

Nessa lógica, para a formulação de propostas de intervenção e políticas sociais, é exigida ao assistente social, a apropriação de múltiplos saberes que vão desde os aspectos legais às estratégias de planejamento e administração. Outro fator de essencial importância é a construção de diagnósticos e indicadores que possam subsidiar as ações. Destarte, após a apreensão desse arcabouço teórico e analítico, outros conhecimentos devem ser somados para a efetivação da intervenção, a saber, a participação dos usuários no processo.

O estabelecimento de demandas ou definição das necessidades da população, a partir das quais o campo de proposições irá se erigir, requer que seja construído com a interlocução valiosa e imprescindível dos protagonistas deste processo – os usuários mesmos da política social em questão. Devem, assim, partir deles a eleição das prioridades, os critérios de atendimento, a dinâmica do serviço, até a gestão e a administração dos programas, de forma a que se imprima uma direção social e política de novo tipo e qualidade no espaço concreto de apropriação da cidadania (PAIVA, 2000, p. 89).

Conforme mencionado, projetos na área de cultura, esporte e lazer sempre foi uma demanda por parte dos estudantes. Além da experiência já relatada sobre tal demanda, uma pesquisa realizada em 2014, identificou a necessidade de ações voltadas para as áreas supramencionadas.

[...] destacamos que também surge nas respostas a demanda por serviços/projetos nas áreas esportiva, cultural e de lazer e que nos leva a refletir sobre o que pode ser contemplado nas demandas estudantis e que vão além de um repasse financeiro como, por exemplo “*Poderia ter mais programas de esporte e lazer (...)*” ou “*(...)*”

promover mais eventos e cursos que têm como tema principal a cultura” ou ainda “Poderia ser implementado um programa para facilitar o acesso à cultura, não só nos aparelhos da universidade”. Há algo por trás desta reivindicação: a necessidade de os estudantes se inserirem nos espaços coletivos, quer seja pelo desejo de se envolverem em atividades recreativas que compensem a carga acadêmica à qual são submetidos ou ainda pela busca de novas possibilidades de relacionamento como forma de amenizar a distância da família/amigos, dado o considerável quantitativo de estudantes que são contemplados ou que reivindicam o auxílio moradia, conclui-se, portanto, serem residentes longe do seio familiar (PAVAN, 2014, p. 153).

Dessa forma, através da participação dos usuários na formulação do Auxílio Cidadania Cultural, foi incorporado à proposta o apoio a projetos na área de esporte, lazer e ações afirmativas com o objetivo de ampliar a participação de estudantes de diferentes áreas de conhecimento. Cabe ressaltar que o diálogo com os estudantes, desde a concepção até a avaliação dos projetos, foi defendida para que a proposta tivesse um caráter essencialmente democrático e desburocratizado. Isso teve reflexos importantes como a troca da prestação de contas dos recursos recebidos, pela elaboração de um relatório final de execução dos projetos.

De acordo com Paiva (2000), no processo de formatação das políticas sociais com a participação popular, os rumos da política assumem papel central na execução técnica e política. A forma democrática e participativa com que os estudantes foram inseridos no processo de construção da proposta auxiliou no estabelecimento de parâmetros e prioridades do ponto de vista dos mesmos.

Outro fator que teve substancial importância foi o ponto de vista da gestão, uma vez em que estou inserida nesse contexto. A todo o momento, optei por incorporar os aspectos gerenciais com o exercício profissional de assistente social. Acredito que foi uma escolha acertada, porém, as características do fazer teórico e prático do Serviço Social sobressaíram aos princípios administrativos e burocráticos próprios da função de gestor. Como já foi dito, tive a oportunidade e o privilégio de me refazer enquanto profissional de Serviço Social.

De acordo com Chiavenato (1999), a função gerencial é hoje colocada para os assistentes sociais não só para a execução das políticas sociais, mas também para a construção de processos organizacionais, gestão de pessoas e serviços no âmbito das organizações públicas, privadas e não governamentais. Essa função gerencial exige um conhecimento técnico ampliado, que vai de encontro tanto à apreensão crítica das demandas como da operacionalização burocrática das mesmas. É um espaço de atuação contraditório onde há de

se ter o cuidado para não perder de vista o projeto ético político da profissão que preconiza a defesa intransigente dos direitos humanos.

Estas tendências precisam ser percebidas com grande clareza pelos assistentes sociais, pois as novas exigências colocadas ao Serviço Social implicam tanto novas formas de gestão, como imediatamente a reorganização da funcionalidade da profissão no exercício desta no âmbito da reprodução do trabalho. Assim, constitui-se ou está constituindo-se um novo espaço contraditório e desafiador ao exercício profissional do assistente social (SARMENTO, 2002, p.120).

Cabe destacar que novas possibilidades de trabalho emergem para o assistente social. Estas precisam ser apropriadas e desenvolvidas. A função gerencial, apesar de trazer consigo grandes desafios e até mesmo frustrações, coloca para o assistente social a oportunidade de contribuir com o seu olhar crítico e comprometido com a consolidação das políticas sociais. Permite também o fortalecimento da autonomia profissional, o que contribui para a ruptura da visão burocrática e rotineira dos processos de trabalho. Diante do que foi exposto, cito o exemplo do Serviço Social na contemporaneidade onde Iamamoto (2009) afirma que é preciso interpretar esses novos tempos nos quais:

Exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade. O novo perfil que se busca construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o tempo presente, os homens presentes, a vida presente e nela atuar, contribuindo, também, para moldar os rumos de sua história (IAMAMOTO, 2009, p. 49).

A título de conclusão desta seção, a atuação do assistente social, no âmbito da cultura, contribui para a efetiva consolidação do acesso dos usuários a esse direito social. Essa atuação implica não somente em garantir o acesso dos usuários aos bens culturais, mas também, contribui no sentido de democratização dos processos de elaboração e execução das políticas de cultura.

A experiência, enquanto assistente social no âmbito da democratização da cultura na UFES, trouxe a possibilidade de rompimento com uma visão rotineira, burocrática e sem expectativas em que eu me encontrava. Cheguei a um momento da carreira profissional em que se pensei que já tivesse feito tudo o que poderia ser feito. Cheguei a pensar que eu representava o

passado. No entanto, a possibilidade de inovar e participar da criação de algo que vai além das rotinas e burocracias trouxe à tona a verdadeira essência do cargo para o qual prestei concurso e para o qual a minha formação se direcionou.

Descobri o sentido da prática profissional que é muito mais do que avaliação socioeconômica. Lancei o olhar para mais longe, para a observação atenta das demandas dos estudantes que ainda não eram atendidas e, o mais importante, uma visão atrelada aos pontos de vista dos mesmos. Enfim, a experiência, enquanto assistente social num leque de atividades diferenciadas, foi e continua a ser um privilégio. Espero que os colegas de profissão tenham também a oportunidade de vivenciar essa experiência tão gratificante e inovadora que amplia os horizontes profissionais e renova as forças para a luta em favor dos direitos sociais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso nesta pesquisa em torno do conceito de cultura, sua inter-relação com a formação do ser humano e com a educação, assim como com a prática profissional no âmbito da Assistência Estudantil, me permitiu tecer algumas considerações que não encerram a complexidade em que essa temática está inserida. Muitos questionamentos ainda podem ser feitos: quais serão os reflexos do Auxílio Cidadania Cultural no futuro dos estudantes? A democratização da cultura na UFES obteve avanços? Quais as principais mudanças na cultura da organização, na gestão e nos próprios usuários da proposta? Os Assistentes Sociais da UFES tiveram a oportunidade de ampliar seu horizonte profissional e atuar na cultura? São muitas as perguntas. As respostas estão no passar do tempo. Os desafios são muitos, mas vejo um horizonte com muitas possibilidades e oportunidades.

A partir dos objetivos da pesquisa, sendo que o objetivo principal foi analisar o papel da Universidade Federal do Espírito Santo na democratização da cultura e os objetivos específicos foram: Conhecer a trajetória histórica do conceito de cultura e de cultura popular como prática de liberdade; Conhecer o papel da Universidade Pública; Conhecer e analisar os documentos oficiais da UFES na perspectiva da cultura; Descrever a experiência de construção, implementação e execução do Auxílio Cidadania Cultural, enquanto proposta para a democratização da cultura na UFES, pelo viés da minha experiência enquanto assistente social atuante no âmbito da cultura, foi possível concluir que a Universidade desempenha um papel fundamental na democratização da cultura embora o próprio sistema capitalista coloque inúmeros obstáculos para que isso se concretize de forma efetiva. É possível observar que há uma relação direta e inquestionável entre cultura, educação e universidade que, por si só, se correlaciona com a questão da democratização do conhecimento e das culturas.

Apreendi também que a cultura pode ser entendida como educação e, indo além, como prática de educação transformadora e libertadora através do protagonismo do estudante no âmbito da Universidade. A Universidade, enquanto produtora do saber científico, crítico e reflexivo é lugar da democratização.

Talvez o aprendizado mais relevante foi o de reconhecer o quão importante é a participação dos estudantes na elaboração e implementação das políticas públicas, uma vez que estas são

fruto da reivindicação dos mesmos. Nesse sentido, há que se considerar a importância das ações políticas organizadas que demonstraram a necessidade de implementação de uma proposta que pudesse democratizar a produção e o acesso à cultura.

As inquietações, advindas da prática profissional que impeliram a minha busca pelo descerramento das múltiplas faces e expressões da cultura, deram base e nortearam a implementação de uma proposta de democratização da cultura no âmbito da UFES com a ativa participação dos estudantes.

Entendo que a democratização da cultura na UFES precisa ser construída no cotidiano. Obstáculos vão surgir e novas possibilidades também. O amadurecimento e comprometimento dos profissionais envolvidos será de fundamental importância para a fixação de novas estratégias para enfrentamento das dificuldades - que também são da ordem estrutural do sistema - como a insuficiência de recursos e a burocracia elevada.

Relembro um passado não muito distante e vejo os avanços e alguns desafios que foram superados. Visualizo um futuro promissor quando vejo a dedicação dos profissionais que atuam na Assistência Estudantil articulada com os estudantes que lutam pelo atendimento de suas necessidades e direitos.

7 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Josimeire de Omena. **O elo assistência e educação:** análise assistência/desempenho no Programa Residência Universitária Alagoana. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: < https://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/9984/arquivo_9304_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 abr. 2017.

BEZERRA FILHO, José Mendonça. Ministro defende que Universidades públicas cobrem por cursos de especialização. **O Globo**, 2016. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/Brasilministro-defende-que-Universidades-publicas-cobrem-por-cursos-de-especializacao-19324559> > .Acesso em 31maio 2017.

BORGO, Ivantir Antonio. **UFES: 40 anos de história.** Vitória: Edufes, 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa Participante.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **O que é educação.** São Paulo: Brasiliense, 2005.

_____. **A educação como cultura.** São Paulo: Brasiliense 1985.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; ASSUMPÇÃO, Raiane. **Cultura rebelde:** escritos sobre a educação popular ontem e agora. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federal de 1988.** Brasília, 1988.

_____. **Decreto n. 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Brasília, 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm >. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. **Lei nº 12.343**, de 02 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em: < <http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/Lei+12.343++PNC.pdf/e9882c97-f62a-40de-bc74-8dc694fe777a> >. Acesso em: 10 abr. 2017.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a Universidade.** São Paulo: Unesp, 2001.

_____. Cultura e democracia. **Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales**, Buenos Aires, Año 1, n. 1, p. 53-76, jun. 2008.

_____. A Universidade Pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n.24, p.5-15, 2003.

_____. **Cultura e democracia:** o discurso competente e outras falas. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Cidadania cultural:** o direito a cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

COHEN, M. D.; MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. A garbage can modelo f organizational choice. **Administrative Science Quartely**, v. 17, n.1, p. 1-25, March 1972.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética do/a assistente social; Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. – 10. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: < http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf >. Acesso em: 08 abr. 2017.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**. Ensaio sobre ideias e formas. 12. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CUNHA, Laís Souza da et al. **A atuação do assistente social na cultura popular brasileira**. In: XX Seminário Latinoamericano de Escuela de Trabajo Social, 2012, Córdoba. Disponível em: < http://www.trabajosocial.unlp.edu.ar/articulo/2012/1/2/seminario_alaeits >. Acesso em: 20 maio 2017.

DUARTE, Newton. **A individualidade para si: Contribuição a uma teoria histórico-crítica da formação do indivíduo**. Campinas: Autores Associados, 2013.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2003.

ESTEVAM, Carlos. **A questão da cultura popular**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963.

FONAPRACE. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Recife, 2001. Disponível em: < <http://unb2.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/pna.htm> >. Acesso em: 10 abr. 2017.

FONAPRACE. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Belém, 2007. Disponível em: < http://www.ufpa.br/fonaprace/index.php?option=com_content&view=article&id=56:plano-nacional-de-assistencia-estudantil-aprovado-pela-andifes&catid=35:docs&Itemid=27 >. Acesso em: 10 abr. 2017.

FREIRE, Paulo. **A educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. Criando métodos de pesquisa alternativa. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. 2. ed. Brasília: MMA, 2006. Disponível em: < http://www.mma.gov.br/estruturas/168/_publicacao/168_publicacao_30012009115508.pdf >. Acesso em: 21 maio 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez, 2009.

KAMEYAMA, Nobuco. Metodologia: uma questão em questão. Palestra proferida no Seminário Nacional sobre Ensino de Metodologia o Serviço Social. PUC-SP, 1988. **Cadernos ABESS**, p. 99-116. Disponível em: < <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/03-caderno-abess-n3-parte-segunda-metodologia-uma-questao-em-questao-201702011204598599010.pdf> >. Acesso em: 17 abr. 2017.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LAMPERT, Ernâni. Repensando a Universidade: algumas notas para análise. **Universidade e Sociedade**. Brasília, ano 19, n. 45, p. 103-112, jan. 2010.

LEONTIEV, Aleksei Nikolaevich. **O desenvolvimento do psiquismo**. São Paulo: Moraes, 1978.

LÓPEZ SEGRERA, Francisco. Escenarios mundiales de la educación superior: análisis global y estudios de casos. In: _____. **Escenarios mundiales de la educación superior: análisis global y estudios de casos**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2006, p. 21-106. Disponível em: http://bvsde.org.ni/clacso/publicaciones/Escenario_mundialesdelaEducacionSuperior.pdf >. Acesso em: 7 abr. 2017.

MALANCHEN, Julia. **A Pedagogia Histórico-Crítica e o Currículo: para além do multiculturalismo das políticas curriculares nacionais**. 2014. 234 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Programa de Pós-graduação em Educação Escolar, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2014.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl; ENGELS Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; LIMA, Telma Cristiane Sasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. esp, p. 37- 45, 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802007000300004&script=sciabstract&tlng=pt> >. Acesso em: 15 abr. 2017.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948**. Disponível em: < <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf> >. Acesso em: 12 abr. 2017.

PAIVA, Beatriz Augusto. Reflexões sobre pesquisa e processos de formulação e gestão. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social: O trabalho do assistente social e as Políticas Sociais**. Brasília: CEAD, 2000. Módulo 4, p. 79-94. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000229&pid=S0101...lng... >. Acesso em: 31 maio 2017.

PAULO NETTO, José. Notas para a discussão da sistematização da prática e da teoria em serviço social. Palestra proferida no Seminário nacional sobre ensino de metodologia o Serviço Social. PUC-SP, 1988. **Cadernos ABESS**, p. 141-161. Disponível em: < <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/03-caderno-abess-n3-parte-segunda-metodologia-uma-questao-em-questao-201702011204598599010.pdf> >. Acesso em: 17 abr. 2017.

PAURA, Simone Giglio. O serviço social na educação superior. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. (Orgs.). **Serviço Social e Educação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

PAVAN, Flávia Rossi Vacari. **Definições e rumos na implementação de uma política nacional de assistência ao estudante do ensino superior**. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, 2014.

PINTO, Álvaro Vieira. Teoria da Cultura. In: _____. **Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. Serviço Social, das tradicionais formas de regulação sociopolítica ao redimensionamento de suas funções sociais. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, vol. 5, n. 2, p. 115-124, jul/dez, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/viewFile/6034/5603>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Educação, sujeito e história**. São Paulo: Olho D'água, 2001.

SILVA, Angela Maria Caulyt Santos. Projeto do Grupo de Estudo e Pesquisa “Culturas e Diversidades” (GEPED). EMESCAM, 2016. (Cópia cedida pelo autor)

SILVA, Franklin Leopoldo. Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública. **Estudos Avançados**, vol. 15, n. 42, p. 295-304, maio-ago. 2001.

TINHORÃO, José Ramos. **Cultura popular: temas e questões**. São Paulo: Editora 34, 2006.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura. **Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**. Paris, 2003. Disponível em: < <http://www.iber museus.org/wp-content/uploads/2014/07/convencao-sobre-a-diversidade-das-expressoes-culturais-unesco-2005.pdf> >. Acesso em: 15 maio 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Estatuto**. Vitória, 2012. Disponível em: < <http://daocs.ufes.br/estatuto-da-ufes> >. Acesso em: 10 abr. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Portaria nº 1831**, de 25 de agosto de 2017. Regulamenta o Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: < http://portal.ufes.br/sites/default/files/anexo/portaria_1831_proaes-ufes.pdf >. Acesso em: 12 abr. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Conselho Universitário. **Resolução 50**, de 29 de agosto de 2013. Regulamenta o apoio financeiro para o aluno de graduação participar de atividades/eventos de caráter técnico-científico, didático-pedagógico (acadêmico), esportivo, cultural, em território nacional e internacional. Disponível em: < http://www.daocs.ufes.br/sites/daocs.ufes.br/files/field/anexo/resolucao_50.2013_2.pdf >. Acesso em: 10 abr. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. **PDI: Plano de desenvolvimento institucional 2015-2019**. Vitória, 2015. Disponível em: < http://www.proplan.ufes.br/sites/proplan.ufes.br/files/field/anexo/pdi-_2015-2019_1.88mb_.pdf >. Acesso em: 10 abr. 2017.